

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

GIOVANA BARBIERI GALEANO

Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie

CAMPO GRANDE – MS

2017

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

GIOVANA BARBIERI GALEANO

Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, área de concentração Psicologia da Saúde, da Universidade Católica Dom Bosco, para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Dra. Andrea Cristina Coelho Scisleski.

CAMPO GRANDE – MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

G151p Galeano, Giovana Barbieri

Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie / Giovana Barbieri
Galeano ; orientação Andrea Cristina Coelho Scisleski .-- 2017.
131 f.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica
Dom Bosco, Campo Grande, 2017.

Inclui bibliografias

1. Juventude - aspectos culturais 2. Rolezinho - Jovens
3. Cidade - Segurança – 4. Juventude - Resistência - I. Scisleski,
Andrea Cristina Coelho.

CDD – 305.23

A dissertação apresentada por **GIOVANA BARBIERI GALEANO**, intitulada **Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie**, como exigência para a obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, foi:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Andrea Cristina Coelho Scisleski – UCDB (Orientadora)

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes – UCDB

Prof. Dr. José Licínio Backes – UCDB

Profa. Dra. Simone Maria Hüning – UFAL

Campo Grande – MS, ____/_____/____

*Este rolê é dedicado ao Grupo Psicologia, Direitos Humanos e Subjetivação e a todas e todos
que, como nós, resistem em tempos tão urgentes.*

Valeu, falô!¹

Esta escrita não teria existência unicamente por um esforço ou desejo individual. O que você lerá aqui somente teve condições de emergir após duras discussões, leituras e embates que levaram à exaustão. Mas, antes de seguir a isso, peço – como lhe pedirei muitas vezes durante o texto – para que você conheça aqueles que foram fundamentais para que este trabalho fosse possível.

...

Agradeço ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UCDB pelo investimento no período em que fui aluna de I.C. e que, através da bolsa conquistada no ano de 2014, pude ingressar no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Psicologia e permanecer durante o primeiro ano enquanto Bolsista UCDB.

Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela possibilidade de, em meu segundo ano, dedicar-me exclusivamente ao desenvolvimento da minha pesquisa e escrita desta dissertação, fator que foi fundamental diante do atual cenário econômico-político-social no qual vivemos.

Agradeço à querida Luciana Fukuhara por toda atenção, cuidado, aprendizagem e disponibilidade que teve comigo em todos os momentos – e que não foram poucos.

...

Por seis anos caminhei de mãos dadas com uma porção de pessoas que se tornaram mais do que colegas de profissão. Esse modo de caminhar dá visibilidade não apenas à nossa relação, mas à maneira como enfrentamos cotidianamente diversas formas de violência. Nós construímos um espaço de discussão e marcamos – com coragem – nosso posicionamento epistemológico, ético e político, constituindo não apenas uma política de pesquisa, mas, sobretudo, uma escrita política. É por isso que dos desesperados momentos de escrita, de vida e ciência, encontrei em vocês repouso, cuidado, carinho, abrigo e força para continuar a lutar.

Eu sou grata à minha Orientadora Andrea Scisleski por estar ao meu lado nestes seis anos de muito trabalho e desafios cotidianos. Por todas as oportunidades, atenção, cuidado, afeto, apoio e pela constituição da Pesquisa Ostentação que é unida não apenas por vínculos acadêmicos, mas por muito amor. Por nos dar suporte em todos os momentos, mesmo aqueles em que a Barbárie espreitava faminta. Por me incentivar, acreditar em mim, pelas conversas intensas, pelo Selo Scisleski de qualidade e por dar condições para que o meu rolê tivesse a possibilidade de continuar. Por nunca se ausentar, calar-se ou deixar que as forças destrutivas se instalassem sem qualquer tipo de resistência. Nós resistimos porque você nos ensinou

¹ Gíria que corresponde a um agradecimento.

como fazer da potência, especialmente a do não, o mais contundente “pé na porta” que existe. Você é um presente. Um encontro feliz. Uma inspiração. É um orgulho dizer que eu sou Cria da Andrea.

À Professora Neuza Guareschi pela chance de pensar fora da caixa, pelas provocações, encontros sempre acompanhados de excelente comida e regado a muito vinho, por ter a possibilidade de tornar comunicável a experiência em POA, pela sua generosidade, acolhida, carinho e cuidado.

À Suy e Bruna com quem eu pude dividir meus dias e por terem sido a casa na qual me abriguei nos momentos de tempestade, afinal de contas a gente enfrentou a vida levando uns bons golpes – apesar da idade. Eu não poderia ter ao meu lado pessoas mais especiais, amadas e fortes. Sou grata pelo cuidado, pela escuta e tenho orgulho de poder compartilhar minha vida com vocês. Minhas diferentonas, desconstruidoras, problematizadoras, pós-estruturalistas.

À Suzanir e Priscilla pela amizade, carinho, companheirismo, risadas e por tornar mais suaves as minhas segundas, mesmo sob os efeitos da luta diária. Amigos são presentes e vocês, com toda certeza, fazem meus dias mais felizes.

À Duda e Ana por terem exigido o máximo de mim nos dias de discussão e que, desse modo, contribuíram para meu crescimento. Também a todos os queridos que tão bem me acolheram na Mobilidade Acadêmica em Porto Alegre - RS: Glênio, um *gentleman*, que, em todas as ocasiões foi sempre acolhedor e gentil. Rodrigo, Ori, Pablo, Camila, Pâmela, Fernanda, Nereidy, Saci e Puft - vocês me possibilitaram estar em casa, mesmo tão distante.

A minha Mãe com quem eu aprendi que a gente tira forças de não sei onde para viver. Ao meu Pai que, ao seu modo, incentivou-me.

À minha irmã, e melhor amiga, Manuela que tem convivido com a minha ausência e que na sua existência canta comigo a nossa *Bela Infância*. A vida tem dessas curvas e talvez a Manu ainda não entenda, mas eu sigo, luto – e sonho - também por ela.

À Cassia *San* pelo apoio, parceria, compreensão, acolhida e por ter dividido comigo a família que se tornou minha família também.

À Camilla com quem eu reinventei a cor da felicidade, habitei espaços nunca antes visitados, avizinhei afetos e me senti amada, cuidada e segura. Agradeço por ter me possibilitado outras formas de existência, por todo apoio e incentivo, discussões acaloradas e companheirismo. Pela tua crítica, presença, compreensão, coragem. Pelo teu amor.

*Não ter lugar obriga a:
Cochilos leves e breves,
Escritas provisórias,
Cuidado permanente.*

RESUMO

Galeano, G. B. (2017). *Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie*. 131 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS.

Esta é uma dissertação que não aborda o rolê como mero objeto, mas como o próprio método que compõe a pesquisa e, mais do que isso, faz do rolê a política de escrita e de pesquisa deste texto. Ao longo de toda esta dissertação, Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin são os Ajudantes que contribuirão para trazer o rolezinho para a academia, não de forma asséptica, mas com toda a tensão que essa prática implica. A aposta epistemológica-ética e política que este estudo assume tem por objetivo, a partir da análise da gestão da cidade e da juventude rolezeira, não apenas dar visibilidade a produção cotidiana de barbárie, mas em problematizar um espaço de resistência tanto em relação à academia, quanto em relação às práticas direcionadas a uma parcela bastante específica da Juventude, aquela já marginalizada e que recebe visibilidade apenas quando coloca em questão os padrões de ordem estabelecidos. Trata-se, portanto, da análise de um confronto entre lógicas de segurança e de resistência que se embatem no que tange à juventude na cidade.

Palavras-chave: Juventude, Rolezinho, Cidade, Segurança, Resistência.

ABSTRACT

Galeano, G. (2017). B. *Hanging out: youth, city, barbarism*. 131 f. (Master's Degree Dissertation in Psychology), Dom Bosco Catholic University - UCDB, Campo Grande, MS.

This dissertation does not approach the action of hanging out as a mere object, but rather as the very method that composes the research, more than that, it turns it into the writing and researching policy in this text. Along the whole dissertation, Michel Foucault, Giorgio Agamben and Walter Benjamin are Assistants that contribute to bring the action of hanging out to the academy, not in an aseptic way, but with all the tension that this practice involves. From the analysis of the management of the city and the young people that hang out, the ethical-epistemological and political bet of this study does not only aim to give visibility to the daily production of barbarism. It also problematizes a space of resistance in relation to both the academy and the practices directed to a quite specific portion of the Youth, the one already marginalized that is only given visibility when it questions the established standards of order. Therefore, this is an analysis of the confrontation between logics of security and resistance that clash when the urban youth is at stake.

Keywords: Youth, Hang out, City, Security, Resistance.

ESQUENTA PRO ROLÊ

	10	QUAL É O ROLÊ?
	14	PRIMEIRO ATO
	15	PARTIU ROLEZINHO?
SEGUNDO ATO	42	
CIDADE – CENÁRIO	44	
A CIDADE = CAMPO (RURAL) + GRANDE (URBANO)	53	
	65	CENÁRIO I: GRANDE CAMPO
	69	CEMITÉRIO, VACINA, ESCRAVO
	72	REUNIÃO PROIBIDA E OFFENSAS A MORAL
CENÁRIO II: CAMPO GRANDE DAS CORPORações E DOS AGENTES PARA AS PRÁTICAS DE SEGURANÇA	75	
DA INFRAÇÃO-LEI À INFRAÇÃO- VIDA	76	
	79	
	83	TERCEIRO ATO
	85	O MEDO DA RUA EXTRAPOLAR A RUA
	88	ROLÊ DE BUSÃO
BATALHA DE RAP	92	
VALE QUANTO, OU É POR METRO?	94	
CENAS DE UM SHOPPING CAMPO- GRANDENSE	97	
	99	CAMPO DE GUERRA
	103	“ARRASTÃO NO SHOPPING É MÓ IDEIA ERRADA”
	105	OPERAÇÃO DE DOMINGO
ÚLTIMO ATO	116	
		LEITURAS DO ROLÊ
		118

QUAL É O ROLÊ?

O CONVITE

Esta é uma dissertação-rolê. Ou seja, o rolê aqui não é mero objeto de uma pesquisa. Neste caso, assumo o risco de alavancar o rolê à condição de torná-lo o próprio método que compõe a pesquisa e, mais do que isso, em fazer do rolê a política de escrita e de pesquisa deste texto. Ao longo de toda esta dissertação, busco trazer o rolezinho para a academia, não de forma asséptica, mas com toda a tensão que essa prática implica. Além disso, trata-se de dar visibilidade a um modo de ser e de se fazer *flâneur* na atualidade: a juventude rolezeira.

Oi, e aí, você está com tempo? Vai ter um rolê por Campo Grande e eu queria saber se você estaria a fim de sair por aí. Assim, vai ser um pouco na academia, na rua, vamos passar no *shopping* também, nada muito formal não, pode ir aí com a roupa que você estiver. Mas nada impede que você se produza. Tem *mó galera* também que já confirmou que vai.

Eu perguntei se você está com tempo, mas, quando estiver no rolê, não se preocupe muito com relógio. Relógio é, inclusive, um objeto engraçado, porque se você pensar bem, ele não diz nada. Aliás, até diz *tic tac tic tac*, mas é um som angustiante porque parece que os ponteiros cortam a vida em 60 pedacinhos. Se for para contar o tempo que seja com música “poxa, levei só 5 músicas *pra* chegar aqui”. Eu não sei bem qual é a sua relação com o tempo, mas a minha é uma luta danada. Por um lado, tenho que administrar meu tempo, assim bem economicamente, pois, do contrário, é quase impossível sobreviver neste mundo como ele se organiza. Se a gente perde o *busão* já chega atrasada (o), porque ao perder um se dispara um efeito dominó e acabamos por perder todos os outros.

Tem uma outra ideia de tempo que é aquele que não está preso a regras de divisão cronológica. Se voltarmos à música é possível entender esse tempo como experiência: de repente, foi-se a música! Mas não é o compasso – divisão métrica – do elemento musical que opera esse deslocamento do tempo cronológico a um tempo como experiência. É, no fim, como uma suspensão dessa organização normativa – que não deixa de existir – mas que

rompe com a concepção de um tempo contínuo e faz da memória – não das horas, minutos, segundos, milésimos de segundos e assim por diante – o elemento que marca o tempo.

O tempo do rolê será semelhante a esse da memória. Você até pode tirar uma foto para “guardar na memória”, “refrescar a memória”, “eternizar o momento”, mas não é bem esse o lance. Porque a memória não vai cindir os diversos elementos que a compõe: imagens, sons, cheiros, sensações. E a foto é limitada a uma capacidade visual, mesmo que, ao olhar para ela, você seja levada (o) a lembrar daquilo que aconteceu. Mas, assim, eu gostaria que registrássemos a curtição do rolê na memória que não tem *gigabyte* e que, portanto, não limita somente ao visual e auditivo aquilo que vivemos no rolê. A memória permite que não apenas aqueles que estão presentes no rolê sejam incluídos na experiência, mas, também, aqueles que ficaram pelo caminho.

Ah! Quase me esqueci que preciso lhe avisar de umas coisas antes de você colar no rolê: como advertido acima, esta é uma dissertação-rolê que, contudo, não tem o objetivo de assumir e ascender ao *status* de modelo de texto acadêmico/científico, tampouco se encerra atrás dos muros da academia, muito embora seja produzida, também, no mundo acadêmico/científico. Ao contrário, somente é possível a partir de uma série de negociações pouco fáceis, especialmente no que diz respeito aos padrões estabelecidos pela forma tradicional de produção de conhecimento.

Caso você esteja acostumada (o) com um lance mais tradicional é provável que estranhe um pouco o modo como as coisas acontecem aqui, mas relaxa, aos poucos você vai conhecer o pessoal e já se enturma. Por falar nisso, é importante que você saiba que o meu “referencial teórico” – para falar um pouco em termos acadêmicos mais conhecidos – isto é, os estudos desenvolvidos pelos autores nos quais fundamento minhas análises são, aqui, transformados em personagens. Aliás, é por meio dessa transformação em personagens, a partir de diálogos imaginários comigo, que os autores serão citados; melhor dizendo, é através da composição de diálogos que as citações desses autores serão, na maior parte das vezes, visibilizadas. Citação também é uma coisa engraçada porque às vezes é usada como reforço de vigas de sustentação para que uma determinada estrutura não desabe. É usada, também, como um *álibi* cuja função é isentar de uma responsabilidade. Nesses dois usos há uma transposição e deslocamento não da ideia enquanto um operador, mas como princípio fundamental. Prefiro me inspirar no conceito de citação de Walter Benjamin, ao entender por citação a forma como alguém se apropria da ideia de um autor e não a reprodução literal de suas palavras (Mate, 2011). Por tudo isso, Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter

Benjamin serão, respectivamente: o Foucault, o Agamben e o Benjamin, utilizando, assim, o artigo definido “o” para indicar meus Ajudantes nesta pesquisa-rolê.

Do mesmo modo você verá que eles – meus ajudantes e demais personagens do rolê – são provocativos. Eles incitam o diálogo e *cutucam a onça com vara curta*, como se costuma dizer àqueles que sabem da existência de um perigo, mas insistem na aventura – aliás, eu também gosto de *cutucar as onças com vara curta*, e você? Bem, retomando, as “citações”, para acompanharem o ritmo do meu “referencial teórico” serão em forma de diálogo². Não seremos apenas nós e eles três, vai ter a Juventude – no singular, muito embora se trata de uma multiplicidade de sujeitos, tomando-a primeiramente como uma experiência e, também, pela sua função de personagem nesta dissertação-rolê – e um outro pessoal também, mas esses eu vou lhe apresentar já durante o rolê.

Antes umas palavras mais pontuais: o encontro com a Juventude foi o momento crucial para este rolê, mais especificamente um certo conjunto de práticas direcionadas não a Juventude como um todo, mas à parcela que sofre processos de marginalização político-social-espacial. Também não quero lhe adiantar os detalhes, pois não é o momento. Digamos que tem muita onça por aí que fareja o nosso rolê e o que me incomoda é que nós – pessoas da academia/ciência – contribuimos muito seriamente para alimentar essas onças.

Se, por um acaso, você estiver na dúvida sobre se eu já dei uns rolês mais tradicionais pode ficar tranquilo que este aqui não é meu primeiro rolê. Eu também já estive em um no qual me era exigido um estilo específico de comunicação e não é preciso ir longe, basta abrir as “diretrizes aos autores” nas páginas de periódicos para ver que não é de qualquer modo que se deve dizer as coisas. Ao circular pelos mundos das ciências, portanto, fui avisada de que esses registros de saber – sejam eles projetos, relatórios de pesquisa, artigos, comunicações diversas – deveriam ter uma forma adequada ao espaço do qual se pensa/fala. Pois bem, chegamos em um ponto decisivo: busco marcar uma posição de resistência tanto em relação ao espaço acadêmico, cujas demandas, por vezes, tendem a homogeneizar os modos de produção de conhecimento; quanto com as práticas direcionadas a uma parcela bem específica da Juventude, aquela já marginalizada e que recebe visibilidade apenas quando coloca em questão os padrões de ordem estabelecidos pelas lógicas econômicas, sociais e de segurança.

² É importante ressaltar que parte das falas dos personagens foram criadas por mim inspiradas em questionamentos que eu mesma me fazia durante a escrita e, também, das reuniões de orientação. Mas não fique angustiada (o) em relação às normas, eu sou uma boa negociadora, então, ora as citações aparecerão na forma tradicional, isto é, entre aspas no corpo do texto seguidas da autoria, ora em forma de diálogo. Nesse último caso – em forma de diálogo – quando se tratar de conteúdo literal, extraído na íntegra de uma obra, a indicação de autoria também será realizada.

Esta escrita-rolê, para dar conta da política de pesquisa da qual emerge, não poderia, portanto, ser dissonante daquilo a que se propõe. Isto é, uma escrita que seja marcada pelo desassossego, provisoriedade e cuidado. Desassossego por se tratar de uma escrita que é interpelada por elementos – objetos – que resistem a serem pensados; provisoriedade, pois não se trata de estabelecer uma verdade inabalável, mas uma análise pontual e circunscrita a determinado contexto; cuidado visto que, com esta escrita, uma verdade será produzida e, com ela, diversas práticas criadas. Essas práticas não terão como foco um ser inanimado, mas farão parte de todo um conjunto que, no fim – ou nos meios – intervém na vida.

Contudo, apesar da questão metodológica desta pesquisa ser evidenciada a todo o tempo, ela não se sobrepõe à questão de pesquisa desta dissertação-rolê. Não se trata de um procedimento da pesquisa que opera de modo dicotômico, mas justamente do próprio método ressaltar a resistência do “objeto juventude rolezeira”. O método busca trazer as negociações entre os personagens e a academia, a tensão do rolê.

Não espere, portanto, terceira pessoa, cujo objetivo seria fabular uma neutralidade na escrita; tampouco blocos teóricos cujo solo de tanto ser pisado já não nasce mais grama e que não demanda atenção: basta passar os olhos para ver que se trata de um descampado estéril; não seremos apenas nós: personagens nos acompanharão neste rolê pelas ruas da cidade; tal como nas ruas existem placas que informam seus nomes, aqui há notas de rodapé; e, se antes de atravessar a rua olhamos para os dois lados, aqui existem apelos de paciência insistindo para que você P A R E; esteja atenta (o) às minhas sinalizações, pois é fácil entrar em becos, ser capturada (o) por *slogans* atraentes e se perder.

PRIMEIRO ATO

PERSONAGENS

Giovana, pesquisadora-catadora.
Barbárie.

ÉPOCA: Presente

LUGAR DA CENA: Casa

[Giovana está dormindo quando a Barbárie se aproxima com um refletor e lança a luz em seu rosto, acordando-a de súbito]

CENA I

Barbárie — Acorda! Já passou da hora!

Giovana — Mas o que é isso?! Está louca?

Barbárie — Louca? Eu sou a razão pura. E você levante que Deus ajuda quem cedo madruga. Além do mais temos trabalho a fazer, então, nada de ficar à toa. Vamos, vamos, vamos, vamos! Agir a vida!!!!

Giovana — Ahhhhh, lá vem você. Acordou cedo hoje hein?!

Barbárie — Ande logo que não temos tempo, já reparou a quantidade de texto que tem para terminar?

Giovana — Quem diria que a razão é ranzinza.... Por um acaso você não tem mais o que fazer?

Barbárie — Já estou fazendo: despertando você com as luzes.

Giovana — Pois eu levanto, mas não é para os seus fins....

[Giovana começa a se preparar para o rolê e a Barbárie inicia seu inquérito cotidiano acerca das demandas acadêmicas de produção científica]

CENA II

Barbárie — Para onde a Srta. pensa que vai?

Giovana — Tô indo pro rolê.

Barbárie — Você tem que escrever. Existem prazos, procedimentos!

Giovana — Relaxa, Barbárie.

Barbárie — Relaxa???? Ócio só se for criativo!

Giovana — Sim, relaxa. Além do mais é o rolê que me possibilita escrever e não o contrário.

Barbárie — Rolê não preenche *lattes*, não garante conceito A, não conta créditos na ficha de acreditação!

Giovana — Realmente você TEM RAZÃO!

Barbárie — Como está atrevida! Cuidado que eu lhe delato para a sua orientadora!

Giovana — Isso é uma ameaça?

Barbárie — Entenda como um aviso.

Giovana — Pois não precisa delatar nada.

Barbárie — E por quê?

Giovana — Ela *vai tá* no rolê também.

PARTIU ROLEZINHO?

Não é possível iniciar esta história com “era uma vez”, visto que essa locução adverbial de tempo localizaria os acontecimentos no passado e o que quero comunicar se faz presente cotidianamente. Eu, narradora-personagem desta dissertação-rolê, espero que você, caso aceite meu convite para dar um rolezinho, tenha paciência e seja cuidadosa (o), não porque pretendo fazer desta escrita um mistério ou ocultar nas entrelinhas supostos segredos, ao contrário: todos os personagens³ expressam exatamente aquilo que pretendem dizer. Os apelos de paciência, já digo, são feitos porque caminharemos bastante e por ruas pelas quais, por vezes, é difícil passar, isto porque são ruas estreitas e cheias de indicações, ordens arbitrárias, transeuntes que nem sempre nos querem por esses espaços. Que você seja cuidadosa (o), pois, diferentemente de João e Maria que iluminaram o caminho deixando pistas para o retorno ao ponto inicial, as ruas pelas quais circularemos têm somente um sentido, o que nos deixa, a princípio, apenas com duas opções: seguimos o fluxo ou andamos na contramão.

Esse sentido único não deve ser compreendido literalmente, pois mesmo naquelas ruas nas quais os automóveis devem circular somente em uma direção é possível caminhar no sentido oposto. A rua de mão única (Benjamin, 1987) é planejada, construída e asfaltada pelo progresso. É essa força que impele a todos nós em direção ao futuro a mesma que institui a doutrina do avanço científico, o destino da humanidade e a ordem das coisas. É por isso que em um rolezinho o que interessa não é tanto o final – aliás, não acredito que o rolê tenha um fim determinado – mas, sim, todo o resto que se constitui desde a vontade de dar um rolê e convidar o pessoal bastante informalmente, talvez até com um *se pá, cola lá no rolê*, isto é, se der, caso queira, nos encontre, vá até o rolê. Há, assim, uma micropolítica do rolê, um conjunto de práticas bastante peculiares que conduzem às perambulações. É importante dizer, também, que o ponto de encontro pode ser em qualquer lugar: na casa de alguém para um *esquentá*⁴, onde esperamos aqueles que confirmaram presença, e fazemos algo como ouvir música, comer ou beber – tudo isso depende do tipo de rolê, dos interesses das pessoas, dentre outras questões. E assim, o rumo do rolê pode mudar no meio do caminho, então é preciso

³ Os personagens, nesta escrita, para efeito de compreensão das análises realizadas, serão grafados com letra maiúscula: Juventude (personagem), juventude (população jovem) ou, ainda, Cidade (personagem e cenário), cidade (unidade administrativa).

⁴ Encontro para a preparação para o rolê.

que sejamos flexíveis aos encontros com aquilo que poderá nos forçar a mudar de rota, bem como que estejamos atentos aos movimentos na rua, mesmo porque é fácil se perder se tomarmos algum caminho equivocado. Não é um problema se perder, mas, neste caso aqui, perder-se do rolê seria fazer outro percurso, então, se você quiser curtir com o este rolê, seria bom que continuasse conosco, caso contrário a gente marca um outro dia, quando você estiver mais a fim. De todo modo, caso esta seja sua primeira vez neste rolê, você pode ficar mais próxima (o) de mim que tomarei os cuidados necessários para sinalizar por onde vamos. Apesar das sinalizações, nosso rolê não se constitui por regras que determinam por onde se deve ir, com quem ou sobre o que falar, em quais verdades acreditar e no que pensar. No máximo, há algumas “proposições no sentido de indicações de opção” (Foucault, 2008a, p. 3).

Uma questão importante de lhe dizer é que como andaremos por diversos lugares da cidade, faz-se necessário levar em consideração as condições desse espaço. Tal como na rua: *outdoors*, nomes de lojas, condições da calçada, trânsito de automóveis e outros transeuntes, placas de sinalização, vento, chuva, sol, falas desconexas, buzinas. Toda essa sorte de burburinhos pode interferir na nossa comunicação. Então, você até pode seguir por um caminho que acredita cruzar com o do rolê para o qual lhe convidei, mas seria interessante seguir comigo, pois uma rua que você imagina ser perpendicular em algum ponto com a que perambulo, pode, na verdade, ser paralela e, por conseguinte, não mais nos encontraremos. Conforme seguimos vou lhe contando certas histórias que, como já disse, não foram encerradas no passado, mas são como um chavão “hoje, mais uma vez” que ainda anima diversas práticas direcionadas à vida.

Seguir o fluxo ou andar na contramão não é tão somente uma escolha entre andar no meio fio, no asfalto, na calçada ou trocar de rua em razão de uma interdição; trata-se de uma aposta política e também epistemológica. Não há segurança ou certeza dos efeitos da realização de uma aposta, mas existe uma esperança – nem sempre verde – de que as coisas corram bem e deem certo. Uma aposta é a tentativa de mudança, sem a pretensão de ser revolucionária no grande cenário, mas pequena, pouco certa, entretanto, impulsionadora. Digo-lhe, então, que o rolê desta dissertação acontece na cidade de Campo Grande⁵ que é, ao

⁵ Muito embora a pesquisa aconteça no contexto de Campo Grande – MS, a construção desse cenário se deu, também, por catação de materiais em Porto Alegre – RS durante o período em que realizei uma Mobilidade Acadêmica junto ao Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias Contemporâneas de Subjetivação, E-politics, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Catei uma vez na rua, enquanto seguia para um dos museus que visitei, duas mulheres que trabalhavam com a limpeza das ruas. Fiquei surpresa ao ver que aquelas mulheres carregaram uma placa com a inscrição “Cuidado: homens trabalhando”. Fiquei pensativa se ‘homens’ se relacionava à ‘humanidade’ ou se era realmente uma piada de mau gosto. De todo jeito eu não ri. Catei

mesmo tempo, cidade-cenário e cidade-personagem. Enquanto cidade-cenário foi construída a partir da catação de documentos, placas, grades, avisos, *outdoors*, madeira, terra, tijolo, vidro, dentre outros materiais que pareceram ser interessantes para sua forma arquitetônica. Já enquanto cidade-personagem foi alimentada por discussões salgadas, práticas azedas, enfrentamentos amargos, guloseimas históricas agridoces.

APELO DE PACIÊNCIA A CATAÇÃO

Barbárie — Desde quando *catação* é método científico?

Giovana — Com certeza entendemos a ideia de ciência de formas diferentes. Podemos entender que existe uma abordagem ampla (a que eu e meus ajudantes se situam) e outra estreita (que você trabalha), menciono isso apenas para ilustrar. Penso mais como uma estratégia mesmo. Os materiais, a partir dos quais construí as narrativas aqui presentes, foram catados pelos espaços da cidade. Nas ruas, enquanto perambulava, peguei coisas desimportantes para alguns, mas fundamentais para as análises realizadas aqui. Tal como para uma criança o pedaço de madeira achado no chão pode assumir a forma da mais fantástica aeronave, a poeira do papel esquecido, justamente por ter sido esquecido, é, para esta escrita, o elemento mágico das discussões. Não apenas papéis – leis, textos históricos, reportagens –, mas placas, práticas, imagens, sons, sensações, ideias assaltantes que como um susto nos despertam da inércia produzida no cotidiano.

Barbárie — Tudo muito “bonito”, mas não responde a minha pergunta. Você precisa dar um nome a isso. De preferência, tabelar, produzir gráficos, mensurar.

Giovana — Mas eu estou nomeando o meu método. Não com os seus recursos. Até porque estou trabalhando com percursos.

Foucault — Tenho uns conhecidos que chamam de cartografia.

Agamben — Não me parece o caso.

também as singularidades das ruas que, se comparadas com as estratégias de acessibilidade de Campo Grande – MS, não eram ‘adequadas’: irregularidades nas calçadas centrais, poucas rampas e não me recordo de ter visto piso tátil para pessoas com deficiência visual. Mas existe uma sensação curiosa: Campo Grande nunca me convidou tanto a andar na rua quanto o fez Porto Alegre naqueles dias em que lá estive. Nesse período pude também estabelecer uma outra relação com a Cidade, visto que apesar de já ter estado em Porto Alegre, viver mesmo que por um curto período de tempo é uma experiência de imersão que abala o espaço cômodo da cidade natal.

Foucault — *Ah* não? Ela disse que vai sinalizar o caminho, fala de percurso, da cidade, das ruas, parecem-me pistas de um trajeto....

Agamben — Até onde eu sei a cartografia está relacionada ao rizoma, à uma ideia de mapeamento, discussões estas que não estão em questão aqui.

Benjamin — Foucault, nem tudo é cartografia. A *flanerie* não é uma prática – exclusivamente – cartográfica, muito embora dela façam esse uso (Pannuti, 2015, Pozzana, 2013).

Foucault — Mas em nenhum momento se falou de *flanerie*....

Agamben — Como não? No convite ela diz que o rolê é *pra* dar visibilidade a um modo de ser e de se fazer *flâneur* na atualidade: a juventude rolezeira.

Benjamin — O que não foi dito em nenhum momento foi sobre cartografia.

Foucault — A questão do nome do método foi imposta pela Barbárie. Devo ter me precipitado.

Barbárie — Essa falação infundável continua sem responder à minha pergunta. E, aliás, esses seus ajudantes só atrapalham! Um vem com catação, *flâneur*, cartografia...

Giovana — É preciso fazer algumas considerações, porque não se trata de deslegitimar o trabalho feito com/pela cartografia. De fato, existe um pessoal que trabalha com cartografia (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2012, Prado Filho, & Teti, 2013, Marques, 2015), mas, não é o meu caso. A catação é uma estratégia do rolê como método. Por isso eu disse que é preciso estar atenta (o) e ser cuidadosa (o): perder-se não é um problema, mas pode levar a outros rolês que não este.

Foucault — Você poderia, então, explicar logo de início como funciona o rolê como método, porque, assim, facilitaria a vida daqueles que tem interesse.

Giovana — Assim, Foucault, até não acho uma sugestão ruim, contudo, não é assim que funciona aqui. Meus apelos de paciência não são em vão, tampouco o são as sinalizações que faço. O Benjamin falou sobre *flanerie* e não discordo totalmente dele, mas, também não direi que o rolê é *flanerie*. No máximo faço uma aproximação entre o *flâneur* e o rolezeiro, ou melhor: entre a *flanerie* e o rolê.

Agamben — Fazer essa aproximação não seria só um jogo de palavras para não admitir que se trata de um deslocamento das discussões que o Benjamin faz?

Giovana — Não. Mas como “não” não basta vamos a alguns detalhes: o primeiro detalhe é, em verdade, um incomodamento muito particular que é presente o tempo todo, pois não sou afeita a reproduções. Não cabe aqui – devido não apenas ao tema, objeto e objetivos –

tomar um método e aplicá-lo, reproduzi-lo. Se eu deslocasse a *flanerie* para minhas questões, não faria mais do que transformar o rolê em trilha. O segundo detalhe é porque as questões são outras: Benjamin trabalha a questão do *flâneur*, a partir das produções de Baudelaire e isso é muito importante.

Benjamin — O *flâneur* é o errante, caminhante, aquele que observa.

Giovana — Sim, mas como você mesmo disse “onde o tom é dado pela vida privada, há tão pouco espaço para o *flâneur* como no trânsito febril da *city*” (Benjamin, 2000, p. 50). O *flâneur* é aquele que vaga, e a *flanerie* é esse perambular, mas não se trata de uma prática que se mistura com a massa ou o ritmo da cidade. Porque se pensarmos com cuidado é possível compreender que a cidade, ou melhor ainda, as lógicas que produzem a cidade são, também, aquelas que instituem uma via de mão única. A *flanerie* não é o caminhar (pré)destinado ou de expectador, pois que constituiriam um circuito e posição protegida: ter destino e apenas observar é a condição daquele que acompanha os acontecimentos tomando café atrás de uma parede de vidro. A *flanerie* é, ao contrário, a fragilidade da existência na qual “a necessidade se faz uma virtude” (Benjamin, 2000, p. 7). Por fim, e provavelmente detalhe mais importante: a *flanerie* nunca foi um método – ao tomarmos como método isso ao que se denomina à maneira de proceder no campo da ciência, mesmo porquê o Baudelaire foi um poeta.

Benjamin — A ciência poderia aprender com a arte.

Foucault — E as suas questões partem de onde?

Giovana — A aproximação que considero importante é justamente a necessidade que emergiu ao me aproximar da juventude e da cidade. Não se tratava de pensar as práticas direcionadas ao rolê simplesmente pela via da estigmatização da juventude pobre ou como exclusão, esses portões todos estavam cadeados e, portanto, levar-me-iam a lugar algum. Além disso, organizar um itinerário pela cidade também não era apropriado por duas razões principais: o rolê não tem necessariamente um itinerário e produzir um seria já não mais falar de um rolê, mesmo sabendo que há uma certa combinação de onde começar ou algo do gênero; e, também, porque não se trata de eu realizar o rolê com os jovens, acompanhar e participar do que lhes acontece. A cidade interessa porque não há um elemento nela que não diga respeito a todos e a cada um. As práticas violentas direcionadas a um determinado grupo dizem respeito a mim não somente na medida que esse grupo me oferece perigo, mas porque a lógica que produz segurança é a mesma que institui a fragilidade da vida. Três pontos, portanto, sobre o porquê não se trata de um simples deslocamento do que o Benjamin

discutiui: não é uma reprodução de método; os pontos de onde o Benjamin parte são distintas das quais eu parto; a *flanerie* não é de princípio um método, mas eu assumo o risco de fazer do rolê meu método de escrita e pesquisa.

A Cidade, por ter dupla função na narrativa, está sempre passando por modificações tanto no que diz respeito à sua organização espacial, quanto com as trocas de figurino. Em razão dessas mudanças, também o modo como andamos pela Cidade sofre alterações. Vamos a pé, de ônibus e, eventualmente, em carros particulares – tudo isso depende, como já indiquei, do tipo de rolê. Gostaria muito que você conseguisse não apenas compreender, mas sentir que o modo como nos deslocamos, os lugares de onde partimos e aos quais nos dirigimos implica diretamente na forma como recebemos visibilidade. Outra diferença, acrescida aos nossos meios de transporte, está no jeito como cobriremos nosso corpo. A roupa que, por ventura venhamos a usar, pode atrair os olhares no sentido de uma admiração ou fazer com que os outros transeuntes mudem de calçada, segurem mais firmemente seus aparelhos celulares, bolsas, carteiras.

As ruas têm particularidades muito interessantes. Poderíamos falar do que são feitas. Nas periferias⁶ da cidade de Campo Grande-MS, o asfalto é estratégico e a regra é clara: trata-se de linha de ônibus? Então, há asfalto. Mas há exceções: às vezes o ônibus precisa passar por onde não existe pavimentação asfáltica. Aos transeuntes dedicam-se as ruas de terra, pedregulho, lixo e mato – patroladas vez ou outra quando fenômenos naturais, como a chuva, abrem crateras impedindo a passagem. A calçada é, nesse contexto, adorno do asfalto cuja função é que caminhantes possam – por vezes somente em fila indiana – passar. Os bairros mais próximos ao centro da cidade que são, geralmente, mais antigos, e cujo fluxo de veículos é maior se somam à importância comercial e estratégica – no caso de lugares que dão acesso a rodovias – e têm, assim, as vias asfaltadas. As calçadas, contudo, seguem desvalorizadas.

⁶ Por periferia entendo os espaços distantes do centro da Cidade de Campo Grande – MS tendo como foco a população economicamente pobre. Muito embora esses espaços não necessariamente são habitados somente por populações economicamente pobres, visto que em uma área periférica da cidade foi construído um condomínio fechado de alto padrão e um *shopping*. A construção desse condomínio e centro de compras dá visibilidade a uma apropriação do espaço que produz ainda mais o afastamento das pessoas que não tem condições financeiras de continuar residindo na área, visto que com os novos estabelecimentos o custo de vida da região é aumentado, não significando, contudo, melhorias nas condições do bairro no qual a população vive, além da intensificação das práticas policiais – não raro, violentas – que não têm como objetivo a proteção da população em geral, mas a salvaguarda dos novos habitantes.

Bairros centrais e nobres são aqueles em que o recapeamento asfáltico não é realizado na lógica de “tampar buracos”, refaz-se o perímetro desgastado pelo uso. As calçadas, resguardadas as particularidades da região, possuem condições de serem utilizadas. Mas quem é que se importa com aquele que anda a pé? Andar a pé é uma prática em desuso – nem todas as ruas nos convidam a perambular.

De bicicleta pode andar, mas desde que o traje e a *bike* sejam semelhantes às utilizadas em competições esportivas. O *status* obtido pelo meio de transporte utilizado vai depender de qual transporte se trata e, é claro, do objetivo e de quem o usa⁷. Com todos esses alertas eu não tenho a intenção de lhe exigir um modo de vestir ou se comportar, quero, sim, sinalizar nosso caminho. Sinalizar o rolê é, então, uma estratégia para lhe guiar no seu caminho comigo. Mas é preciso dizer que esta escrita se constitui também como um rolezinho, sendo assim, do mesmo modo que em uma rua passamos por prédios bem delineados, cuja estrutura faz reconhecermos de que tipo é, pode ser que passemos em frente a terrenos baldios ou, simplesmente, em frente a portas e portões que estão, a princípio, fechados. Com isso digo que conforme narrarei esta história, fragmentos de memória podem emergir e parecerem desconexos. Quando isso acontecer, recorrerei, mais uma vez, à sua paciência para que possa compreender que narrar uma história é diferente de transmitir uma informação. Uma bula de medicamento, um guia turístico, panfletos e afins são destinados a informar. Uma narrativa é feita de memórias, acontecimentos, eventos e, principalmente, por aquele que narra. Não que a autora – neste caso eu enquanto narradora – seja fundamental e deva ser imortalizada nestas palavras, mas justamente porque aquilo que lhe digo é possível somente a partir da experiência que tenho necessidade de comunicar. A narrativa não tem a função de informar, mas de tornar partilhável uma experiência (Benjamin, 1940/2012).

A narrativa que empreendo aqui se constitui, portanto, por essa inspiração benjaminiana cuja estratégia é a produção de imagens. Essa produção de imagens não é da ordem da conotação e por mais que a Língua Portuguesa tenha elementos de análise que insiram essa produção de imagens na categoria das figuras de linguagem, não é disso que se trata. Produzir imagens não é tão somente um recurso linguístico, mas, sim, compõe o

⁷ Em Porto Alegre existe um sistema denominado *BikePoa* cujo objetivo é oferecer o serviço de bicicletas públicas de aluguel. São diversas estações espalhadas pela capital. Funciona assim: o usuário faz um cadastro, inclusive pode fazer o *download* do aplicativo para seu celular pagando o valor mensal de 10,00 reais e o diário de 5,00 reais (Porto Alegre, [20--]). O sistema pode ser utilizado desde às 6:00 horas da manhã até as 22:00 horas da noite. No que se refere ao contexto nacional, segundo o Portal Brasil (2014, não paginado), “O Bike já atende sete cidades – Petrolina (PE), Porto Alegre (RS), Porto Leve (PE), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP) e Sorocaba (SP)”.

conjunto metodológico. Benjamin (1987, 1936/2012a, 1940/2012b, 2000) não produz imagens porque “existe um significado oculto por trás delas”, mas sim enquanto evocação, como rememoração da história. Os fragmentos “Sobre o conceito da história” (Benjamin, 1940/2012b) são a tentativa de fazer da história não uma imagem eterna do passado, mas, a partir dessa produção de imagens citar o passado e, portanto, trazer a história para a ordem do dia. Quando me proponho a produzir imagens é em razão de um conjunto de necessidades, dentre eles destaco os que considero mais importante: a. nunca gostei de exemplos; b. a imagem, quando escrita, demanda não apenas cuidado de quem a produz, mas de quem a lê; c. acredito em uma forma de falar da história sempre no presente.

Nunca gostei de exemplos porque eles destituem a magia do pensamento. O que é um exemplo senão um recorte muito reduzido e insuficiente da ideia que se pretende desenvolver? Um exemplo é a tentativa insatisfatória de explicação, muito embora durante minhas atividades junto a alunos da graduação era quase que forçada a pensar em exemplos para tornar os assuntos “mais assimiláveis e compreensíveis”. Ao produzir imagens não objetivo “complicar a vida de quem lê”, mas exercitar em mim e na (o) leitora (or) o cuidado. Chegamos ao segundo ponto: cuidado, aqui, não é um exercício cuja finalidade é a segurança tal como no imperativo “tenha cuidado!”. Trata-se de uma postura que não nos deixe seguir pelo caminho – a p a r e n t e m e n t e – mais fácil. Que isso quer dizer? É fácil confundirmo-nos em uma leitura rápida, a imagem não permite leitura rápida. É preciso imaginar. A imagem se situa no limite entre a liberdade de se imaginar o que quiser e a necessidade de compreendê-la no espaço ao qual pertence, ou melhor: na experiência que quer comunicar. Por fim, eu acredito em uma forma de falar da história sempre no presente especialmente porque o passado não é um *aqui jaz*. Aprendi isso especialmente com o Benjamin, mas o Foucault (2005a, 2009) também faz parte dessa forma de pensar.

Nesses meus rolês aprendi, portanto, que aquilo que penso e minhas ações não podem ser descoladas de um processo de subjetivação pelos espaços/saberes nos quais eu circulo/habito. Por essa razão é que me coloco como narradora-personagem que, enquanto pesquisadora-catadora⁸, marco minha posição epistemológica, ética e política. Epistemológica, pois o narrador não é aquele cuja função, como disse, é informar, mas cuja potência está em comunicar (Benjamin, 1913/2009, 1933/2012, 1936/2012, 1940/2012a). Comunicar o quê? Pois isto: uma experiência. Experiência que não é, neste caso, um termo

⁸ A narrativa é, nesse aspecto, a resposta à exigência da história a ser contada pela (o) catadora (r).

que denomina uma vivência particular ou individual, como se depois de ter percorrido um trajeto, em razão do conhecimento adquirido, eu carregasse comigo uma bagagem-manual que seria o fundamento de todas as ações futuras.

Trata-se de uma experiência que é ao mesmo tempo singular e partilhada, possibilitando que, mesmo sendo levada pela tempestade do progresso e inserida nos arranjos de saber-poder, eu possa negociar, resistir, criar novos espaços de problematizações e, nesse sentido, fazer artesanalmente aquilo que, por séculos, a academia - instituição na qual a ciência é visibilizada – industrializou: o pensamento.

Trabalhar artesanalmente com o pensamento não é tarefa fácil, é sim ofício de luta das quais, por vezes, saio exausta e com a sensação de que o chão, no qual eu piso, cede a cada passo em que busco um espaço de segurança para me recuperar – e você, já sentiu isso? O saber não é um espaço seguro para aquele que vive em tempos de urgência, é preciso aprender a viver em um solo móvel, na angústia das incertezas. De modo que o rolê exige, daquele que se arrisca, não só comprometimento, mas, principalmente coragem, porque não faltam guardas diante de portas que nos impedem a passagem (Kafka, 2009). Acredito que para ser pesquisadora (o) é necessário abrir caminhos conforme se anda e que, ao passo que se avança, é inevitável acordarmos certas criaturas extremamente fortes cujo sono leve é perturbado ao mínimo sinal de movimento oposto à lógica vigente. Algumas dessas criaturas têm o nome de cultura, verdade, medo, fascismo, dentre outros. Para lidar com elas é preciso aprender como elas operam, através de quais estratégias nos capturam e, a partir daí quais formas de resistência se pode estabelecer e como criar espaços nos quais outras possibilidades tenham condições de existir. Isto é, não é cutucar a onça imprudentemente, mas calcular o comprimento da vara.

Prado Filho, Lobo e Lemos (2014) atribuem a Foucault uma figura de “filósofo-artesão, cujo ofício é forjar as armas de combate às repetições do presente” (p. 30). Assim é que as dimensões ética e política se encarregam de uma política de pesquisa, pois não se trata de uma escrita descolada de uma época, mas de uma luta cotidiana que não se encerra atrás dos muros da neutralidade científica, constituindo-se, portanto, como uma escrita que é interpelada pela da rua, muito embora não seja possível escrever sempre na rua, demandando, em determinados momentos, uma espécie de recolhimento para que o exercício de transcrição da experiência em códigos linguísticos seja possível. Esta escrita é, portanto, uma forma de assumir uma posição de resistência em dois pontos principais: o primeiro em relação à produção de conhecimento e o segundo, que se entrelaça ao primeiro, em relação ao modo

como práticas, subsidiadas por instituições de saber – e nisso se inclui muito fortemente a psicologia – têm sido produzidas e direcionadas à juventude⁹.

Outra coisa que eu aprendi no rolê é que pesquisar produz sensações, gostos, sentimentos. A sensação de exaustão depois da leitura. O asco e a revolta diante de práticas de violência que também nós pesquisadores produzimos no cotidiano das nossas investigações. A violência a qual me refiro não diz respeito apenas àquela que afeta alguém fisicamente/biologicamente, mas a prática que é da ordem do excesso: o excesso de conhecimento que subjuga o saber do outro, a escolha e a liberdade. A violência que, em razão da posição ocupada por aquele que pesquisa, permite que façamos visitas a unidades prisionais, socioeducativas, hospitalares, dentre outras, mesmo que a nossa presença nesses espaços seja quase que como se tivessem esquecido uma janela aberta e a brisa atravessasse o lugar saindo pela porta. Somos passageiros bisbilhotando vagões que seguirão com sua carga após saltarmos em uma estação qualquer. Às vezes existem bilheteiros nesses vagões, ou melhor, um pessoal responsável pela elaboração de diretrizes de ética em pesquisa, sejam eles o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa, Conselho Nacional de Ética em Pesquisa ou os Comitês de Ética em Pesquisa. Todo esse aparato ético, cuja criação está muito mais atrelada a contenção dos excessos autorizados, ou justificados, pelo progresso da ciência do que para a proteção dos interesses dos seres humanos objetivados como elementos de pesquisa, de modo algum é capaz de garantir um procedimento ético ou que não produza danos às pessoas afetadas. Mesmo porque, se pararmos um pouquinho para pensar, a ética e normativa, quando são equivalentes, geram apenas a institucionalização de certos procedimentos que de ética propriamente dito, muitas vezes, resta apenas sua denominação.

Aliás, quando se fala em pesquisas com seres humanos a ideia presente é aquela relacionada a intervenção direta no organismo biológico vivo – vida enquanto sistema orgânico. Nesses termos, somente no ano de 2016 foi elaborada a Resolução sobre normas aplicáveis em Ciências Humanas e Sociais (Conselho Nacional de Saúde, 2016). Essa resolução não garante, contudo, que os efeitos das investigações não sejam nocivos ou prejudiciais no que concerne a uma vida que não esteja indexada apenas ao organismo vivo. Isso não significa, entretanto, que nossas pesquisas sejam em vão, mas coloca em questão o cuidado no momento em que se produz conhecimento.

⁹ Esta segunda relação – com a juventude – será detalhadamente contextualizada e discutida mais adiante.

O sentimento de impossibilidade se faz presente no rolê, especialmente diante de situações em que nos escapa qualquer tipo de ação. Recordo-me de um dia em que nós – na época alunos de Iniciação Científica – estávamos em uma das audiências na Vara da Infância e da Juventude e entrou na sala um guri que não tinha mais do que um metro e sessenta de altura e uns 15 anos. Ele estava ali para dar continuidade a um processo sobre porte de drogas. Em um determinado ponto, contou ao juiz que em razão de terem apreendido a droga, ele estava ameaçado de morte pelo dono da boca de fumo. O juiz perguntou a ele se não teria algum parente em outra cidade para onde pudesse ir, mas a resposta foi negativa. Não sei o que aconteceu com o guri, mas não preciso me esforçar para trazer à memória o terror de uma morte por vir.

Já senti, também, uma vergonha que incomoda e machuca: visitamos, por ocasião do percurso da pesquisa, a Unidade Educacional de Internação – UNEI Dom Bosco, onde tivemos a possibilidade de ver as salas de aulas (sem professores suficientes), o ambulatório (desativado), a sala de refeições (não utilizada), conversar com os educadores e ver, em fila indiana, com as mãos para trás, em silêncio e cabeças baixas os jovens sendo encaminhados para seus alojamentos (celas). Em outra situação, em uma UNEI provisória, a mesma cena se repetiu. Um dos educadores chegou mesmo a nos oferecer para ver os jovens – nas celas – como em um zoológico. Recordo-me da vergonha que senti e, também, de não conseguir olhar para os jovens, não por medo ou pena, mas por estar ali e não saber como modificar a situação na qual aquelas pessoas se encontravam. Somente algum tempo depois eu pude entender que a vergonha que eu sentia se dava em razão de um estatuto de ciência/saber que estabelecia a norma segundo a qual ao identificar um problema se deve propor uma solução/intervenção. Esse estatuto me colocava em uma posição de impossibilidade naquela situação, afinal, que tipo de intervenção poderia ser proposta que não se constituísse, novamente, como uma violência à vida daqueles jovens?

Você já deve ter percebido que o rolê é tenso. Mas, como nós abrimos caminhos conforme andamos, também criamos espaços. Além disso, depois de um tempo começamos a chamar mais gente para o nosso rolê. Veio um pessoal do direito, da filosofia, da enfermagem, do serviço social. Aos poucos, também, aquilo que pesquisávamos foi levado para dentro das salas de aula da graduação e, então, o embate foi tão difícil quanto aquele que travávamos com as criaturas de sono leve. Nessas empreitadas um assombro se fazia presente e esse assombro era produzido pela constatação de que gente tão jovem – alunos da graduação, de maneira geral, têm idade mínima de 17 anos – tinha ideias tão engessadas e perigosas tais

como o posicionamento favorável à pena de morte, redução da maioria penal, criminalização do aborto, fundamentalismo religioso e demais violências. O pessoal que curtiu nosso rolê e que já participava de outros rolês, iniciou a criação de grupos de estudos e grupos de discussão dentro da graduação. Nesses grupos passaram a convidar gente de dentro e de fora da Universidade para falar de suas experiências em pesquisa e, também, militantes de movimentos sociais relacionados a diversas questões envolvendo os direitos humanos. Foram as questões que emergiram nesse caminho que constituíram o campo problemático que tornam possível esta escrita.

É preciso dizer, ainda, que não ignoro o fato de estar em uma posição, até certo ponto, privilegiada não apenas na produção de conhecimento, mas no modo como a minha vida – e provavelmente também a sua – recebe visibilidade. Até certo ponto privilegiada, pois é possível que entremos em um estabelecimento comercial sem sermos seguidos ou vigiados de soslaio pelos seguranças. Contudo, também somos tomados por dispositivos que admitem a possibilidade de oferecermos perigo – nossas digitais gravadas em documentos de identificação são a marca de uma política sobre a vida que tem tido eficácia (Agamben, 2009). Posição até certo ponto privilegiada, ainda, pois quando escrevemos, pesquisamos, produzimos e divulgamos conhecimento estamos “à luz do saber”, entretanto, de um saber limitado pelo foco da lanterna com a qual tateamos a realidade e que impossibilita, muitas vezes, de enxergar aquilo que iluminamos. É muito importante ressaltar, com isso, que as discussões aqui presentes são da ordem do modo como a vida se torna um objeto que vai ser administrado e, por mais que ocupemos uma posição privilegiada isso não implica que estejamos fora das estratégias de gestão (Foucault, 2008a, 2008b). Isto é, o segurança que, por ventura, vigia o (a) jovem em um determinado estabelecimento não é diferente de nós quando instalamos câmeras de vigilância, interfones, trancas nas portas. Mas esse é um caso até muito concreto. Gerimos nossas vidas, também, quando decidimos não sair depois de um determinado horário ou quando preferimos não passar por certas ruas e bairros.

Já lhe apresentei a Cidade e acabei falando da Juventude, outro personagem deste rolezinho. Aos poucos os demais aparecerão e, conforme isso aconteça, lhe conto algo sobre cada um. É importante dizer que, tal como em uma peça de teatro, existem os protagonistas e os coadjuvantes, é por essa razão que alguns desses personagens ficam pelo caminho do rolê, enquanto que outros permanecem conosco até o fim. Esse “desaparecimento” não é por acaso, mas sim em razão de que se seguíssemos com eles poderíamos chegar em questões que, no

momento, não são o foco narrativo. Aviso, também, que não indicarei pormenorizadamente a razão da saída de cada um.

A Juventude, assim como a Cidade-personagem, é uma protagonista do nosso rolê. Em verdade ela é uma multiplicidade heterogênea de criaturas aos quais são operacionalizadas ações diferentes dependendo do modo como são categorizados, isto é, em razão de onde vivem, o que fazem – e, principalmente, o que não fazem – o que possuem, dentre outros aspectos que serão discutidos mais adiante. Sobre a Juventude é importante dizer que ela vive na Cidade-cenário, mas que seu acesso a certos espaços tem sido dificultado por outros personagens, dentre eles a Segurança, a Infração, o Cidadão de Bem, a Polícia e a Promotoria. Mas vamos com calma.

O rolê da pesquisa sofreu, assim como ocorre em um rolezinho, diversas mudanças. Meu caminhar, tal como em uma rua, foi obstruído por algo que não era da ordem do desconhecido, mas, sim, do desde já sabido. Asfixiei meu pensamento com a fuligem das máquinas teóricas e não me envergonho de assumir que tinha medo de largar a mão de um conceito que me mantinha nos trilhos. Foram precisos muitos descaminhos para que este rolê – ou esta escrita, se você preferir – se tornasse possível. Com esses descaminhos aprendi que a academia e a ciência, portanto, criam as condições para que se produzam sujeitos ávidos na arte de fazer irradiar o lúmen do saber a ponto de cegarem-se. Neste ponto é importante dizer que a Juventude foi o encontro mais importante que tive nos últimos anos. De fato, foi vendo o modo como ela resiste, mesmo diante de tantas práticas violentas e marginalizadoras, que pude habitar espaços que me permitiram pensar uma política de pesquisa e problematizar a produção de conhecimento na qual também eu, enquanto acadêmica, estou inserida.

Dentre as mudanças de direções uma foi crucial: descarrilei-me ao me encontrar com as problematizações feitas por Scisleski e Hüning (2016) acerca do modelo epistemológico da luminosidade e propõem uma possibilidade de epistemologia do escuro. Uma epistemologia da luminosidade está pautada na razão, cuja função seria afastar todo e qualquer elemento que impedisse o acesso à verdade. Essa epistemologia implica a supervalorização de uma forma de produção de conhecimento na qual é preciso “enxergar com clareza” (p. 10). As autoras argumentam, no entanto, que a epistemologia da luminosidade produz sombras. Ora, e o que é uma sombra? É aquilo que é produzido em razão da incidência da luz em um objeto que é tornado evidente. Argumentam ainda que o excesso de luz pode cegar, isto é, todo esse conjunto de saber/verdade/ciência que se atrela a uma ideia de progresso constitui uma impossibilidade de pensar outras formas de saber, bem como outras possibilidades de vida

além daquelas já prescritas normativamente. A lógica das luzes cega e limita, pois não é segredo que aquele que está na claridade não enxerga quem está no escuro, mas que quem está no escuro vê os objetos iluminados.

A proposta de uma epistemologia do escuro, ou seja, pensar e escrever com e a partir daquilo que é invisibilizado e marginalizado, constitui-se como uma estratégia de “recusa da epistemologia da luminosidade” (Scisleski & Hüning, 2016, p. 23) que possibilita como diz Benjamin no fragmento 7, das teses *Sobre o conceito de história*, “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1940/2012b, p. 245). Isto é, assim como existe um saber pautado pela razão e uma história dos vencedores fundamentada na lógica do progresso, assumo a função de defender um tipo de saber que se produza em conjunto com aqueles que seriam apenas objeto de pesquisa e enfrentar a história naquilo que é expulso dela, os infames da história (Foucault, 1992). É a partir dessa tomada de posição que se constitui a possibilidade de fazer denúncia de uma época na qual, por todos os lados, produz-se barbárie: o discurso da vulnerabilidade permite intervenções que fazem da pobreza foco embrionário do perigo; a serviço da proteção, abrigos colecionam crianças e adolescentes; em nome da segurança autoriza-se carnificina, construção de depósitos de pessoas – também conhecidos como prisões e UNEI. Não digo, com isso, que as modificações em termos de políticas de assistência, segurança ou mesmo a criação de estabelecimentos que possibilitam o acesso a direitos não sejam importantes, pelo contrário: aquilo que insisto em problematizar são as práticas de gestão de certas vidas e, principalmente, a lógica que permite a operacionalização de tais práticas.

Pensar a partir do escuro escovando a história a contrapelo é uma estratégia de produção de conhecimento que não ignora os elementos iluminados, mas não quer deixar-se cegar. Sou a pesquisadora que anda com os bolsos cheios de coisas que catei ao vagar: algumas – as mais importantes, talvez – foram aquelas nas quais tropecei quase que por acaso, mas que não estariam no caminho não fosse o rigor com o qual me desloco por entre o mundo. Não fosse, também, a agudeza arisca e desconfiada em relação às evidências. O rolê é a estratégia metodológica e de resistência assumida para o enfrentamento dentro e fora da academia; posição que pretende comunicar não uma experiência isolada e circunscrita em uma individualidade, mas, sim uma experiência do presente.

Benjamin — Giovana, gostaria de fazer uma observação cujo objetivo é provocar um incômodo para continuar mobilizando o pensamento. O que acha?

Giovana — Olha, o que eu acho é que você pode ficar mais do que a vontade.

Benjamin — Você sabe que nem sempre eu e Foucault concordamos, por inúmeras razões que não vem ao caso aqui. Na verdade, nós não trabalhamos juntos, apesar do Agamben algumas vezes nos aproximar. Pois bem, você tem citado, porém não explicitado, um conceito bem importante. Talvez você pudesse trazer o conceito de resistência para o texto.

Giovana — Você me pegou, de fato não explicito. Bem, não pensei esse conceito sozinha e você deve saber muito bem disso... então vou precisar de ajuda para responder aos que, assim como você, perguntaram-se e àqueles que não se perguntaram, sobre o que eu chamo de resistência nesta dissertação-rolê.

Benjamin — Precisaremos de reforços. Onde estão Agamben e Foucault?

Agamben — Estava ali, mas já estou aqui.

Foucault — Eu topo, muito embora saiba que partimos de pontos diferentes para pensar a resistência.

Agamben — Já que você tocou no assunto, que tal você começar a desenvolver a questão?

Foucault — Começarei, então. Primeiramente, para falar de resistência é preciso dizer sobre as relações de poder. Não entendo o poder como algo que se possui, mas enquanto exercício. Isso implica dizer que as relações de poder são desiguais e móveis e que “não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução” (1988, p. 104). Já que se trata de uma relação, “lá onde há poder, já resistência e, no entanto (ou melhor por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (p. 105).

Agamben — Eu penso algo que não tem exatamente o nome de “resistência”, mas que pode ser compreendido como algo ao mesmo tempo próximo e distinto disso que você compreende.

Foucault — E isso não é um problema, é claro.

Agamben — Não, não é.

Foucault — Não posso deixar de dizer que não se trata de “resistência” no singular, mas resistências. Pois, elas são o outro termo das relações de poder.

Benjamin — As resistências estão, então, no jogo das relações de poder?

Foucault — Sim, eu poderia dizer, inclusive que “não há relações de poder sem resistências” e mais, as resistências são, como as relações de poder, múltiplas e integráveis às estratégias globais de poder (1977/2003, p. 249).

Agamben — Pois eu penso a “resistência”, a partir da potência, ou melhor ainda, da potência do não.

Benjamin — Como assim?

Agamben — A potência é um conceito que tem uma longa história, mas não é o meu objetivo aqui levá-la a termo. Fico muito curioso quando ouço a afirmação “eu posso”. Essa curiosidade me levou a perguntar “o que queremos dizer quando dizemos ‘eu posso, eu não posso?’ ” (2015a, p. 243). Esse posso não implica, contudo, uma vontade, “ao contrário, ela em toda parte excede à vontade” (2015b, p. 28). Potência tem a ver com possibilidade. Quando digo “eu posso” coloco em jogo uma faculdade que não está, necessariamente, em ato, mas pode vir a estar. O violonista, enquanto não está tocando violão, é potente de tocar. Quando toca, isto é, quando ocorre a passagem da potência ao ato não há, contudo, a anulação ou esgotamento da potência.

Benjamin — E a impotência seria o quê?

Agamben — Impotência, ou, potência de não seria ausência de potência, mas justamente potência de não passar ao ato (2015), ou, ainda, de se manter em relação com uma certa privação. Voltemos ao violonista, quando ele não toca ele está em privação, isto é, não está em ato. Disso a gente pode entender que se algo pode ser (potência), também pode não ser (impotência).

Foucault — Então uma potência de não ser abriria um entendimento de que há uma via de liberdade? Já que existiria aí uma escolha ou algo do gênero?

Agamben — Bem, você sabe que para o grego o problema da liberdade não é como para os modernos. Já que para os gregos isso tinha a ver com um *status* e condição social, enquanto que para os modernos se relaciona à experiência e vontade de um sujeito.

Foucault — Sim, para o grego o problema da potência não tem nada a ver com a liberdade. Mas, e se pensarmos a impotência em termos de resistência, como você anunciou no início?

Agamben — Pois, então, creio que a questão da resistência se localiza justamente no ponto em que quando somos separados daquilo que podemos fazer, ainda somos capazes de resistir: podemos não fazer. Contudo, quando o poder incide naquilo que podemos não fazer, isto é, na nossa impotência, somos separados daquilo que nos possibilitaria resistir (2010).

Foucault — Então, em uma relação de poder podemos resistir, pois não estamos, ali, separados de nossa impotência?

Agamben — Sim, acredito que seja possível colocarmos nesses termos. É claro, não estamos falando de uma mesma perspectiva de resistência, mas, para entendimento, não vejo problema em certos deslocamentos.

Benjamin — Reparem que a Barbárie, mas não é ação exclusiva dela, é claro, estabelece esses jogos ao tentar interditar a potência de não.

Giovana — Sim, Benjamin, veja quando a Barbárie discute com outras formas de pensar, há uma insistência para que essas outras formas se modifiquem, e o alvo é justamente a diferença que as tornam potentes. É a partir dessas aproximações – e distanciamentos – entre o Foucault e o Agamben que eu compreendo a resistência enquanto essa forma de tencionar as forças que insistem em nos capturar e que incidem naquilo que podemos fazer, mas, principalmente, em nossas possibilidades de não-fazer.

Barbárie — Quero saber qual a aplicabilidade dessas infinitas falações para a Psicologia...

Giovana — Primeiro que essa história de aplicabilidade é muito *démodée*, e você deveria saber, já que adora viver vestida da mais nova coleção. Mas já que assim insiste, uma aplicabilidade de toda essa falação são, justamente, as negociações que empreendo contigo.

Barbárie — Saiba que... [fala interrompida]

Giovana — Saiba nada, estou falando e agora você deve ouvir. É a todo momento isso “como usar?”, “como resolver?”, “como deve ser a prática da (o) psicóloga (o) no contexto X?”. Quanto encaixotamento, disciplinamento... quanta economia da prática! Não se trata de aplicar, trata-se de suspender – nem que seja por um milésimo de segundo – a ordem pragmática.

Barbárie — Mas os problemas devem ser resolvidos!

Giovana — Não! Os problemas devem ser criados. É em razão do excesso de ações resolutivas que se produz ração humana com alimentos próximos ao vencimento e não se pensa as condições de pobreza, de tecnologia e avanço que produzem a fome e a desigualdade social. É pelo excesso de ações resolutivas que as hidrelétricas são construídas e a fauna e flora extintas. É, também, pelo excesso de ações resolutivas que crescem os presídios, as unidades de internação para jovens, as unidades experimentais de saúde. É toda essa ordem dos excessos que faz, também, do rolê um perigo para o espaço protegido no qual somente um tipo de sujeito – o de direito e de bem – deve e pode circular. Agora basta!

APELO DE PACIÊNCIA
EXPERIÊNCIA - HISTÓRIA - TEMPO

Nunca estamos sozinhos. Há imagens que nos (per)seguem. Imagens que nos ensinam. Eu vi um homem dando nó na Liberdade e foi assim que aprendi o que Benjamin (1930/1986) disse sobre o catador solitário e descontente. Um homem magro, os poucos cabelos que tinha eram grisalhos, sentava-se em algo como um banco, parece-me que comia em uma dessas marmitas que vêm em embalagens brancas de isopor. Ao seu lado um carrinho de madeira trançado com retalhos brancos de um pano qualquer. A trança tinha interrupções que formavam nós em certos pontos do carrinho. Tudo isso acontecia na Ponte de Amizade¹⁰, Bairro da Liberdade, sob a avenida 23 de maio em São Paulo. Passei pelo homem, seguindo o meu caminho. Em discussões sobre procedimentos metodológicos a questão da população sobre a qual nossos estudos falam esbarrava, com frequência, no questionamento: “como eu posso dizer algo, se eu não vivi aquilo? Eu não posso afirmar algo porque eu não ouvi do próprio sujeito”. Nessas discussões eu era assombrada pelo homem que dava nó na Liberdade e, então, debatia-me para compreender a experiência: eu nunca estive em situação de rua, eu nunca estive privada de alimento por condições inalteráveis. Por fim: eu nunca poderia falar dessa experiência porque ela somente me pertenceria após passar, deliberadamente – e, por que não, controladamente – pelo experimento. Nesse tipo de concepção o que está em jogo é aquilo que Agamben (2005) discutirá sobre a “comprovação científica da experiência que se efetua no experimento” (p. 26) onde a única experiência possível – na modernidade¹¹ – é aquela inseparável de uma ideia de conhecimento cujo caráter de autoridade será atribuído somente em razão da comprovação metodológica e objetiva. Benjamin (1913/2009, 1933/1986a) pensará o empobrecimento da experiência como efeito do progresso e avanço da ciência/técnica. No texto “O Narrador”, escrito em 1936, Benjamin (1936/2012) aproximará a escassez de “pessoas que sabem narrar devidamente” ao fato de que “as ações de experiência estão em baixa” (p. 213 – 214), isso não deve ser compreendido como uma incapacidade dos

¹⁰ A ida a São Paulo – SP, aconteceu em novembro do ano de 2015 quando da ocasião de retorno à Campo Grande – MS, após participar do XVIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO que ocorrera em Fortaleza – CE. Nesse período o Grupo Psicologia, Direitos Humanos e Subjetivação, do qual faço parte desde o ano de 2012, já havia feito estudos de textos de Walter Benjamin. O ano de 2015 foi particularmente decisivo, em determinados aspectos, por ser aquele no qual concluí a graduação em Psicologia, ao final do qual, fiz o processo seletivo para o Mestrado em Psicologia. Em razão das participações em eventos pelo Brasil, a cidade, enquanto questão, foi emergindo.

¹¹ Aqui me refiro ao período no qual Foucault (2007) situa a emergência de uma epistémê moderna, isto é, fins do século XVIII.

sujeitos, mas efeito de uma época, afinal quem ousaria criar o tédio “pássaro onírico que choca os ovos da experiência” (p. 221) em uma sociedade na qual quanto mais breve for a informação, menos dinheiro será despendido? (Tempo é dinheiro[?]). Assim, o que interessa é interrogar não o sujeito da experiência, mas a história. Isso nos leva a um outro problema: a história e o tempo. Agamben (2005) afirma, inclusive, que “toda concepção da história é sempre acompanhada de uma certa experiência do tempo que lhe está implícita, que a condiciona e que é preciso, portanto, trazer à luz” (p. 109). O lance deste rolê é, nesses termos, trabalhar a partir de uma concepção de história que não é a de acúmulo de fatos apresentados em ordem cronológica e seguindo um nível de relevância/importância criado a partir de um determinado critério, mas construir a história através da rememoração. A composição da história será levada a cabo pela memória. Também o tempo não será apresentado de modo cronológico, seccionado, mas tomado enquanto tempo da história e, portanto, elemento de análise do tempo como experiência. Como catadora, coloquei nos bolsos um dos nós feitos pelo homem na Liberdade, essa memória da Ponte de Amizade anima o presente desta escrita e não permite que o passado seja, como já disse, um “aqui jaz”.

Aliás, você vem comigo? Não seremos apenas nós, claro, pois andar sozinha (o) é algo impossível no rolê, além disso, é preciso que a experiência do presente seja comunicável – e partilhável. Eu disse que lhe apresentaria os outros personagens desta dissertação-rolê, então, preciso dizer que existem três criaturas com as quais eu caminho, às vezes nos desentendemos – já que nem sempre falamos a mesma língua ou estamos de acordo uns com os pensamentos dos outros – e discutimos também, pois existem discordâncias, contudo, eles têm sido fundamentais na constituição das minhas problematizações. São eles: Michel Foucault, Giorgio Agamben e Walter Benjamin, daqui para frente chamados apenas de “o Foucault”, “o Agamben” e “o Benjamin”. Foi, inclusive, com Agamben (2007), referindo-se às criaturas dos romances de Kafka, que eu compreendi que ele – e os outros dois – eram meus *Ajudantes*, apesar de “parecerem incapazes de proporcionar ajuda” (p. 31). Essas três criaturas aparecem e desaparecem durante o rolê, contudo, mesmo em suas ausências se fazem presentes, pois, de fato, é quase impossível livrarmo-nos delas. Essa impossibilidade não diz respeito ao fato de terem se transformado em um dogma epistemológico seguido à risca e livre de críticas, mas sim em razão de que essas criaturas carregam velas acesas que ajudam a iluminar o caminho,

entretanto, por vezes, felizmente a chama se apaga. São, também, incapazes de mentir, mas não falam a verdade. A elas tampouco adianta perguntarmos onde dará nossa andança – não o sabem e se o soubessem não nos contariam.

Benjamin (1934/2012) também fala dos ajudantes identificando-os como personagens que atravessam toda a obra de Franz Kafka. Esses personagens apareceriam ora como o vigarista, o estudante e ora como o louco. Todo modo, constituem-se como personagens que vivem na penumbra, não categorizáveis, sem lugar fixo, “não pertencem a nenhum dos grupos de personagens e não são estranhos a nenhum deles – são mensageiros que circulam entre todos” (p. 153). Entre os Ajudantes não há ordens ou hierarquias, protagonistas ou coadjuvantes. É interessante como figuras tão insignificantes são aquelas cuja presença é fundamental para o desenrolar de uma história, pois meus Ajudantes não são heróis, responsáveis pelas grandes aventuras, capazes de derrotar as criaturas fortes de sono leve; ao contrário, são frágeis e somente fortes o suficiente para carregar as varas com as quais me ajudam a cutucar as onças pelo rolê.

Meus Ajudantes e eu decidimos entrar em conflito com a lei, neste caso: com as leis da academia. O próprio Benjamin teve sua tese de livre docência recusada e, segundo Borges (2012) o trabalho fora “considerado não convencional em termos acadêmicos” (p. 14). Também Foucault (2013) ironiza muito seriamente o estatuto de verdade do saber científico quando diz, na primeira de cinco conferências realizadas na PUC-Rio em 1973, que “o que gostaria de dizer-lhes nestas conferências são coisas possivelmente inexatas, falsas, errôneas, que apresentarei a título de hipótese de trabalho” (p. 17). Entrar em conflito com as leis da academia não significa ignorar seus pressupostos ou fazer pilhéria, pelo contrário, significa colocar em questão as limitações que tais pressupostos impõem à prática da pesquisa e, mais: colocar em questão a não homogeneidade nas formas de produção de conhecimento, bem como a singularidade de cada estudo. Nesse contexto, argumento que a possibilidade de existência de certos tipos de sujeito de conhecimento, ordens de verdade, domínios de saber, têm emergência não de uma simples evolução do campo de conhecimento científico, mas a partir de condições políticas nas quais se formam o sujeito, os domínios de saber e as relações com a verdade.

Meu compromisso – estratégico – é o de tornar partilháveis as luzes e as sombras, fazer da política o espaço não apenas dos vivos, mas dos mortos (Benjamin, 1940/2012; Mate, 2011). Para cumprir essa tarefa é preciso, às vezes, fazer certas negociações com a academia, nos moldes em que ela se constitui, pois, a investigação científica e a produção de um

relatório demandam, daquele que os produz, uma conversa com a Barbárie (Benjamin, 1933/1986a) que insiste, com toda a sua erudição, construir muros entre as diversas formas e estratégias de produção de conhecimento. Por ter falado nela, é preciso que a apresente: a Barbárie não é, ao contrário do que costumam dizer, uma selvagem. Ela é uma personagem bastante culta e erudita. Famosa por suas avaliações sobre o verdadeiro – e do estatuto para sua comprovação – carrega nas mãos um livro no qual tenta registrar fielmente os acontecimentos e se julga a criatura mais sábia de todas. Seus escritos falam de grandes heróis, sobre o progresso da ciência, as guerras que proporcionaram o grande desenvolvimento da humanidade e serve, também, como arquivo das mortes – e das vidas – que ficaram no meio do caminho. Nesse livro – o grande livro de todos os conhecimentos – existe uma linha cujos pontos estão ordenados cronologicamente. É por isso que todos os encontros com a Barbárie são delicados, mais adiante você verá que ela, vez por outra, aparece no rolê, especialmente para fazer certas exigências, mas disso lhe digo quando for o momento.

APELO DE PACIÊNCIA VADE-MÉCUM DAS BARBARIDADES

Se você é curiosa (o), como eu espero que seja, deve estar se perguntando que tipo de escrita pode ser encontrada nesse livro do qual a Barbárie é autora, editora, revisora e, claro, marqueteira. Trata-se de um livro dividido em diversos capítulos, organizados em categorias, por ordem alfabética e cronologicamente ordenado em uma linha do tempo – estilo a. C/d. C¹² – até o presente. A taxonomia estruturante dessa obra impede a crítica, exigindo um exercício de tabuada. A Tabuada – junto ao relógio e à citação – é mais uma coisa bem engraçada. Sempre me perguntei dos efeitos nocivos de memorizar a tabuada e um desses efeitos é justamente a produção do contrário, isto é, a obliteração. Uma tabuada demanda repetição para que seja aprendida, de modo que ao invés de aprendermos a pensar a lógica que sustenta

¹² Agamben (2005) afirma que a experiência do tempo cristão tem uma direção e um sentido: “ele se estende irreversivelmente da criação ao fim e tem um ponto de referência central na reencarnação de Cristo, que caracteriza o seu desenvolvimento como um progredir da queda inicial à redenção final” (p. 113). Além disso, ressalta que a concepção moderna de tempo é uma laicização do tempo cristão, contudo, dissociado “de toda ideia de um fim e esvaziado de qualquer sentido que não seja o de um processo estruturado conforme o antes e o depois” (p. 115).

as multiplicações – movimento de pensamento que nos distanciaria do instrumento tabuada – tornamo-nos dependentes da facilidade e rapidez de saber o resultado de uma operação. No Vade-Mécum das barbaridades tudo pode ser classificado e, principalmente, qualificado nas páginas desse livro: animais, plantas, acontecimentos e, claro, pessoas, saberes. Há, inclusive, uma seção especialmente destinada ao científico: todo aquele conhecimento fundado, hierarquizado e produzido a partir de critérios exatos e objetivos. A Barbárie recorre com frequência a essa seção nas discussões sobre validade e importância de estudos, pois para Ela existe uma forma correta de pesquisar, falar, escrever e, conseqüentemente, comportar-se. Insubordinações não são permitidas, sendo duramente punidos aqueles que ousarem discordar, criticar, questionar ou, como nós, andar na contramão. As punições não são exatamente suplícios – mas podem ser a depender de contra quem as ameaças são supostamente investidas – geralmente operam na via da instalação de obstáculos para dificultar o rolê, entretanto não são usadas barricadas, pneus queimados, obstrução de vias com objetos de grande porte – afinal, para a Barbárie, isso seria selvageria. São utilizados editais, reuniões seletas, comissões julgadoras, Emendas Constitucionais, novas descobertas científicas que refutam verdades antigas e instauram novas mentiras universais, decisões arbitrárias tomadas precipitadamente – todas as decisões precisam ser precipitadas para que tomem de assalto, não aquele a mão-armada, mas de surpresa, os interessados. O livro legisla sobre toda essa sorte de questões. A Barbárie acredita, portanto, que sendo uma criatura administrativa, legal, da ordem (e progresso) e baseada em critérios legitimados por um conjunto de relações favoráveis, está distante e é uma criatura qualitativamente diferente dos selvagens e das violências que tanto despreza. Mas já nos tinha dito o Benjamin “nunca houve um documento de cultura que não fosse simultaneamente um documento de barbárie” (Benjamin, 1940/2012b, p. 245).

Eu e meus ajudantes discutimos muito frequentemente com a Barbárie, pois para ela a experiência é aquilo que está em seus livros. A Barbárie recorre à experiência para argumentar em favor do progresso; enquanto que o Benjamin (1940/2012) toma de empréstimo o quadro de Klee de nome *Angelus Novus* para pensar a cumplicidade entre progresso e destruição, assim como para assinalar a posição-função do historiador, ou aqui no caso, a de pesquisador. Nesse quadro existe “um anjo que parece estar na iminência de se

afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto” (Benjamin, 1940/2012, p. 245-246). O anjo da história não vê no passado somente uma série de acontecimentos, mas sim catástrofe. À tempestade que leva o anjo em direção ao futuro para o qual o mesmo dá as costas, o Benjamin chama progresso. A Barbárie, contudo, insiste em olhar somente para os cantos iluminados e não entende que as luzes produzem sombra (Scisleski & Hüning, 2015), do mesmo modo que, para ela, a função da história é acumulativa e cronológica.

Nessa posição de conflito com a academia é válido ressaltar que nossas lutas se direcionam a questionar a suposta neutralidade da ciência. No nosso rolê, a ciência é tão neutra – e nada tem a ver com política – quanto o burburinho, efeito das decisões tomadas acerca da vida. É por isso que fazer ciência – ou pesquisa –, mesmo no mais asséptico laboratório, é lidar com os modos como a vida é gerida. Aquilo que o rolê desta pesquisa permite pensar é uma pesquisa que faça do evidente um estranhamento, da verdade uma ponte de madeira minada por cupins. Só assim é possível compreender que as grades e muros altos de residências particulares não falam da Segurança, mas do Medo, do mesmo modo que os portões e cercamentos de espaços públicos não falam somente de proibições e impedimentos, mas da regulação do caminhar.

Ainda sobre o conflito com as leis da academia, recordo-me que nas muitas discussões com a Barbárie – falando nisso, é ela quem escreve algumas leis naquele livro de que lhe contei – quando tentava traduzir o modo como se constitui minha pesquisa, no esforço de fazer-me compreender que o método e os procedimentos metodológicos são estratégias que operam junto com o campo epistemológico no qual também eu me constituo enquanto sujeito pesquisadora, ela questionava-me insistentemente acerca do meu objeto de estudo, minhas hipóteses de pesquisa, meus objetivos. Além disso, o inquérito tinha como objetivo saber quais seriam as minhas soluções para os problemas que levantava e onde eu queria chegar com a minha pesquisa.

Todas essas interrogações constrangedoras – pois, obrigavam, pela força/violência, que eu dissesse algo – amarravam-me o pensamento, até que um dia, enquanto ouvia o *Cântico Negro*, poema de José Régio, declamado por Maria Bethânia, foi como se meus Ajudantes pulassem em minha frente e, em coro, dissessem:

Ajudantes - Ah, que ninguém me dê piedosas intenções, ninguém me peça definições! Ninguém me diga: ‘vem por aqui’! A minha vida é um vendaval que se soltou. É uma onda

que se levantou, é um átomo a mais que se animou... Não sei por aonde vou. Não sei para onde vou. Sei que não vou por aí! (Régio, 1925, não paginado).

As discussões com a Barbárie tomam rumos bastante delicados, especialmente porque ela costuma utilizar uma arma contundente: a da legitimidade. Certa vez, participando da pré-conferência do Congresso Regional de Psicologia – COREP, na qual estava em questão a elaboração de propostas e discussões sobre as políticas prioritárias a serem encaminhadas ao Congresso Nacional de Psicologia – CNP, a Barbárie disse que eu era nada. Acontece que na fase final da referida pré-conferência os participantes poderiam se candidatar para representarem a categoria das (os) psicólogas (os) no CNP. O critério para a candidatura era ter inscrição no Conselho Regional ou ser estudante. Como minha inserção na psicologia não é regulada pelo Conselho Regional, visto que “não atuo como psicóloga”, não estou inscrita. Perguntei, então, se eu poderia, enquanto aluna de pós-graduação, candidatar-me enquanto estudante. A resposta foi a de que somente quem estava na graduação poderia representar a categoria como estudante, visto que alunos de pós são considerados profissionais e que se não estivesse inscrita (o) no Conselho Regional era “nada”.

Ser nada foi não só constrangedor, mas deu visibilidade a tensão entre aquelas (es) que são psicólogas (os) e têm suas práticas reguladas e fiscalizadas pelos Conselhos profissionais e aqueles que não devem “se meter onde não são chamados” ou, como já ouvi diversas vezes, “o povo da academia”. Ser nada implicou, portanto, uma redução do título de psicóloga (o) aquela (e) cuja prática é vinculada ao órgão fiscalizador/regulador. Foi constrangedor porque mesmo tendo formação em psicologia eu não estava autorizada a representar a categoria, nem ao menos como estudante, como se minha inserção nesse campo fosse menos psicologia ou, mais radicalmente, não fosse coisa de psicóloga (o). Como efeito não só desse episódio, mas de uma série de acontecimentos, peguei-me respondendo àqueles que me perguntavam “qual sua profissão” do seguinte modo: “sou psicóloga, mas só às vezes”. Meu rosto corou quando percebi que respondendo desse modo também eu não só me colocava na posição de “ser nada”, como deslegitimava e desrespeitava tudo aquilo que o grupo de pesquisadores de que sou parte, produz. Por sorte meus Ajudantes aparecem para me dizer que

Ajudante Hüning (2017) — Há outras psicologias, muito jovens, algumas talvez crianças, ganhando vida, mas é preciso que sejam nomeadas, pois podem não ser reconhecidas como tal.

Giovana — Não é tarefa fácil! Na academia a Barbárie insiste em homogeneizar a produção de conhecimento; fora da academia, não sempre, mas, por vezes reduz, as possibilidades de diálogo.

Ajudante Backes (2017) — Nós sabemos, mas é preciso levar em conta que mesmo que hegemonicamente a academia continue sendo uma máquina de castrar o pensamento, há também espaços outros, pensamentos outros, há diferenças, há formas de pensamento que afirmam a vida, que potencializam a diferença. Há também rolezinhos na academia, ou pelo menos, microrrolezinhos.

Giovana — De fato, um pensamento amarrado permite seguirmos àqueles que indicam um caminho, mas, que, de tanto ser pisado, afundou o chão. Para mim, é o rolê e não a trilha o que interessa. Por isso decido vagar pelas ruas da cidade, pois assim é que me é possível pensar sobre os efeitos das práticas cotidianas que tomam a vida, modificam as relações entre os sujeitos, a organização dos espaços, fixam placas e erguem *outdoors* como se fossem bandeiras hasteadas indicando o estandarte de um reino.

Pela necessidade de negociação com as leis da academia, eu e meus Ajudantes gostaríamos de lhe dizer que o rolê desta dissertação acontece, então, sempre no presente, mas não seria possível se outros rolês não tivessem acontecido. Diversos encontros aconteceram entre os anos de 2012 e 2017, já fizemos rolês aqui em Campo Grande, ali na Rua da Paz para assistir a audiências de jovens na Vara da Infância e Juventude, nas UNEI, em Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Delegacias, isso sem mencionar nossas reuniões semanais. Houve até rolê em São Paulo, Fortaleza, Porto Alegre e em todos esses encontros havia gente de todas as partes do país que estavam ali para trocar ideias conosco. Para a construção da Cidade-cenário e personagem, nossas ultimas perambulações se deram mais frequentemente em Arquivos Públicos, municipais e estaduais, e, alguns rolezinhos foram nos *shoppings*, quando marcávamos algo com a Juventude – aquele encontro acerca do qual me referi anteriormente e que foi fundamental para esta escrita aconteceu no *shopping*, mas sobre isso eu conto mais detalhadamente adiante, pois, nesse dia, o rolê foi transformado em um campo de guerra.

Voltemos à Cidade, cenário e personagem. Bem, como eu disse ela se chama Campo Grande e é, atualmente, uma senhora de idade duvidosa. Isso porque, quando nasceu, no ano de 1872, lhe foi dado o nome de Arraial de Santo Antônio de Campo Grande – depois veio se chamar Villa de Campo Grande – contaria, portanto, 144 anos, entretanto, em 26 de agosto de 1977 recebeu o título de Capital do Estado de Mato Grosso do Sul e, desde então, tem sido

essa a data comemorativa de seu aniversário. São desse modo, 118 anos. De toda maneira a idade não é o fundamental, mas sim o fato de que certo número de ações tem produzido efeitos na cidade, alguns dos quais são inscritos nas ruas – suas rugas.

Como eu havia contado, neste rolê existem outros personagens que compõem a presente narrativa. Sendo assim, apresentarei mais alguns. A Segurança é uma criatura fantástica na qual o Cidadão de Bem acredita, especialmente quando não está entre os muros altos, grades, cercas elétricas e câmeras de vigilância. Na realidade a Segurança não existe, mas até o presente momento o Cidadão de Bem não foi capaz de compreender isso.

O Cidadão de Bem é o personagem que incorpora ao seu substantivo jurídico um predicado moral, isto é, enquanto sujeito jurídico ele é o Cidadão cuja ação e característica principal é o Bem, oposto – em sua lógica – àqueles cujas ações atribui a qualquer um que, por ventura, evoque o Medo. A Polícia é uma personagem austera que, sob a veste de função administrativa, costuma disfarçar sua proximidade com a violência e o direito (Agamben, 2015c). O Cidadão de Bem é um dos defensores das ações da Polícia.

O Medo e Infração são personagens que desempenham uma função de alerta, como sirenes ou luzes que demandam atenção e cuidado, fazem-se presentes seguindo o *script* descrito em dados estatísticos, notícias veiculadas pela Mídia e, principalmente, fábulas de Segurança. A Justiça é uma personagem que tem, atualmente, funções burocráticas, especialmente no que diz respeito à Promotoria, cuja principal característica é a voz imperativa da acusação. Em contrapartida, a Defensoria, na função de dar assistência jurídica, desloca-se sonolentemente, sendo despertada somente aos chacoalhões. A Mídia é aquela que está sempre postada na janela para acompanhar os acontecimentos e divulgá-los, a partir de certo conjunto de conveniências. Geralmente conversa com os outros personagens, mas o que das conversas retém, é veiculado sem grande perícia, de modo que se deve acreditar, desacreditando.

A Psicologia: criança sapeca que brinca com os elementos sacros da ciência (Agamben, 2007). Doutora em transgredir e torcer as palavras, destitui o trono da forma correta: fechadura é, em sua boca, *chavedura*; caranguejo, *cangareijo*. Enquanto criança ela não sabe que não deve mexer em certas coisas – tomadas são um perigo; por ignorar os perigos se lança sem medo. Vez ou outra espatifa-se no chão e machuca-se, outras, contudo, é salva pelos *Ajudantes* que amortecem a queda. Criança não somente em razão da idade, mas pela condição de incompletude (Agamben, 2013). A incompletude não é a falta de uma parte que, com o amadurecimento, virá a existir, mas justamente o fato de insistir na incompletude

para desafiar um destino que seria certo: transformar-se em adulto, envelhecer. A Psicologia criança não tem medo de largar da mão de uma outra Psicologia, aquela cujo pensamento é tão antigo quanto a própria ciência, para atravessar a rua; joga com o tempo como se fossem bolinhas de gude, com a história como se fossem cinco marias (Agamben, 2005). A Barbárie tenta deslegitimar as narrativas e invenções dessa Psicologia que ora engatinha, ora empreende passos. No rolê ela é aquela que dá ao conceito funções de não conceituar (Barros, 1993), aquela que estranha, espanta-se com os elementos tornados comuns e, especialmente, sabe que, apesar de ainda não ser tão forte, é capaz de magia (Agamben, 2007).

Por fim, já que ela costuma ser sempre a primeira, a Barbárie. Como eu poderia dizer? Bem, já falamos dela anteriormente, mas não custa lembrar que ela é um ser iluminado – não é somente uma figura de linguagem, ela realmente ofusca. Todas as relações com ela são bastante delicadas, pois ela está – e se acha a única dona – em diversos lugares: na academia, na política, na história. Caminha ereta para lá e para cá carregando seu “Vade-mécum das barbaridades”. Isso mesmo, ela não é uma selvagem ou ignorante, pelo contrário: é o exímio exemplo da cultura, erudição, belas artes, da ciência e tem fascínio pelo progresso, independentemente de seus custos que, aliás, são justificados pelos benefícios dos avanços. Como eu já lhe disse, seria ingenuidade ignorar as luzes, então, negocio cotidianamente com a Barbárie – e você verá que ela sabe ser bastante inflexível.

SEGUNDO ATO

PERSONAGENS

Giovana, pesquisadora-catadora.
 Foucault, ajudante.
 Agamben, ajudante.
 Benjamin, ajudante.

ÉPOCA: Presente

LUGAR DA CENA: Sala de reunião

[Uma algazarra é armada na sala de reuniões: Foucault carregando materiais de um lado para outro; Agamben com martelos, pregos e réguas; Benjamin indicando o modo como as coisas deveriam ser postas]

CENA I

Giovana – Mas o que é que vocês estão fazendo? [Todos, como crianças pegadas fazendo arte, olham paralisados]

Foucault – Construindo.

Benjamin – Destruindo, nós estamos destruindo.

Giovana – Tô vendo que estão colocando a sala de pernas pro ar. E agora, como eu vou trabalhar?

Agamben – Trabalhar em quê?

Giovana – Pois não disse que hoje eu tinha a intenção de estudar sem grandes agitações?

Foucault – E desde quando isso é possível?

Giovana – Bom, não digo que seria uma tranquilidade, mas gostaria de pelo menos usar a mesa.

Benjamin – Pois é, mas houve uma urgência: precisamos montar o cenário da Cidade. Você verá que perambular ajuda a tirar a poeira do pensamento.

Giovana – *Ok*, vamos montar o cenário. Onde estão os materiais?

Foucault – Comigo!

Agamben – Pegue aqui o martelo e os pregos pra estrutura.

Giovana – *Ok*, e como faremos? Onde está a planta do cenário?

[Nesse momento os ajudantes desaparecem. As folhas pairam por um instante suspensas no ar. Os materiais mais pesados caem e o barulho ressoa no ambiente].

CENA II

[Depois de os Ajudantes terem desaparecido, tenho que iniciar a montagem do cenário sozinha, contudo, as pistas deixadas por eles auxiliaram no formato preliminar da Cidade. De repente, como que por mágica, aparece Benjamin com panfletos, placas, faixas, setas, *slogans*. Em seguida Foucault e Agamben abrem a porta e olham, por alguns instantes, para o cenário].

Giovana – Então agora vocês aparecem? Onde estavam?

Agamben – Tivemos que sair apressadamente antes que você começasse a fazer muitas perguntas.

Giovana – E o que é que fazer perguntas tem de errado?

Agamben – Não somos nós que responderemos às suas dúvidas.

Giovana – Eu acho engraçado: vocês fazem uma bagunça, me deixam sozinha e agora aparecem como se nada tivesse acontecido. Benjamin! Onde você conseguiu essas coisas?

[Benjamin começa a dispor aleatoriamente os materiais trazidos da rua]

Benjamin – Catei pelas ruas.

CENA III

[Após muitas horas de trabalho, o dia vai chegando ao fim. Os personagens ainda se encontram na Cidade-cenário-sala. De repente um grande estrondo *truum trumm* – passaram tanto tempo por lá que não viram uma tempestade se aproximando. Algum tempo depois acontece um *black out*]

Agamben – Mas o que aconteceu? [Pergunta na escuridão]

Giovana – Um *black out*, daqui a pouco os geradores voltam a funcionar, por enquanto ficaremos no escuro.

Foucault – Mas, o que são as luzes? [Todos riem]

Giovana – Onde está o Benjamin? Benjamin! [Chama pelo Ajudante]

Benjamin [quase como que sussurrando] – Velas!

Agamben – Quem disse isso?

Foucault – Que importa quem fala?

Giovana – Foi o Benjamin. Venham, vamos continuar trabalhando à luz de velas.

CIDADE-CENÁRIO

Meus Ajudantes são bastante solícitos, mas como você deve ter percebido eles costumam sumir subitamente – ou melhor dizendo: estrategicamente. Não considero isso uma falha, pelo contrário, acredito que somem em momentos pontuais, afinal, nossa relação não se dá pela obediência cega – muito pelo contrário, nós discutimos e discordamos em diversos pontos – mas sim pela negociação e, como costuma dizer o Foucault (2008a), “certo número de proposições” (p. 3) que me fazem no que se relaciona às decisões no rolê. É verdade também que meus Ajudantes me acompanham desde os meus primeiros rolês e eles viram como a cidade foi, aos poucos, emergindo como algo importante.

No início do percurso da pesquisa, a cidade aparecia a partir do atravessamento com as medidas socioeducativas. Eu tinha como que uma desconfiança em relação à diferenciação entre as modalidades de socioeducação, pois, para mim, ambas aprisionavam/internavam: a medida em meio fechado por manter os jovens em um estabelecimento prisional e a medida socioeducativa em meio aberto por limitar a circulação dos jovens a certos estabelecimentos, tais como, Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS cuja função de uma equipe específica é avaliar o desenvolvimento do cumprimento da medida e encaminhar para outros estabelecimentos nos quais a mesma é efetivada, sejam escolas, Unidades Básicas de Saúde – UBS, Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, dentre outros. A ideia, a princípio, era pensar a cidade através desse circuito no qual a juventude, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, estava – e está – inscrita.

Nesse contexto primeiro da proposta de investigação, a rua beirava a inexistência. Ora, que coisa era a rua? Era isso: um espaço de passagem, nada mais. De fato, era bem provável que eu questionasse muito mais as ruas de dentro do campus da Universidade – destinadas a ligar um setor ao outro – do que as de fora. Nesse tempo eu enforcava meu pensamento com ideias fixas em objetos passivos: todos esses elementos – o jovem em conflito com a lei, os estabelecimentos da política pública, a cidade encerrada em uma unidade não refletida – já eram íntimos, nada, afinal, poderia ser criado nesse espaço: minhas questões eram folhas em branco das quais eu insistia em fazer cópias. A esta cena meus Ajudantes olhavam atônitos, entretanto nada podiam fazer: diz o conhecimento popular que não se deve acordar um sonâmbulo durante seu sono, é preciso que ele acorde.

A pesquisa felizmente, apesar de certos norteammentos – naquelas negociações com a Barbárie das quais lhe falei anteriormente - não tem um fim preestabelecido, então, alguns acontecimentos mudaram os rumos do rolê, dentre eles: as operações em determinados espaços, como o *shopping*, denominadas Operações de Domingo. Mais adiante contarei como foi o dia em que meu rolê se encontrou com o rolê da Juventude no *shopping*, por enquanto o que importa saber é que essa Operação tinha como objetivo – declarado – conter certo número de desordens, uso de drogas, consumo de álcool e prostituição investigados pelas instituições da justiça e segurança pública, a partir de denúncias de frequentadores e lojistas do estabelecimento de compras¹³.

Recorro à sua paciência e atenção, pois não posso deixar que isso escape: dizer que a pesquisa não tem um fim preestabelecido não significa que não tenha objetivos, método e que as ações sejam displicentes, aleatórias ou não-científicas. Não é para ser repetitiva, mas essas são questões que têm atravessado o caminho do rolê há muitos anos – é uma *treta*¹⁴, inclusive, não só deste, mas de muitos rolês que se distinguem de uma forma positivista de produção de conhecimento. A propósito do positivismo, trata-se de uma lógica que podemos indicar como cisão e qualificação dos métodos de produção de conhecimento, visto que haveria um determinado ponto em que esse conhecimento sairia de uma esfera mítica para a científica, está posta, então, também uma ideia de progresso nessa constituição do saber (Bakos, 2011). Sem deixar de mencionar, é claro, o fato de que o positivismo, enquanto corrente de pensamento que se desenvolveu no século XIX, ao primar a ciência enquanto legítima forma de conhecimento humano, baseando-se no avanço das ciências naturais, estabelecerá certas leis para explicar os fatos – extrapolando seus efeitos também aos estudos humanos e sociais (Brandão, 2011).

Quero que entenda que com essas minhas afirmações não desqualifico qualquer que seja a forma de produção de conhecimento, tampouco tenho a intenção de validar, enquanto científico, o modo como desenvolvo meus estudos – participando da *treta* dos rolês - mas insisto em marcar o espaço do qual falo e, assim, produzir um certo número de críticas no que concerne à pesquisa nos termos em que, enquanto espaço de produção de conhecimento, desqualifica outras formas de saber, produz invisibilidade, morte e constitui/cria espaço de justificação e legitimação de intervenções violentas. Dizer que não pretendo entrar na *treta* é

¹³ O Terceiro Ato será dedicado a pensar as tensões produzidas pela realização dos rolezinhos no *shopping* e a Operação de Domingo.

¹⁴ Treta significa, neste sentido, uma desavença, briga, discussão fervorosa.

quase que um daqueles desejos que nunca serão tornados realidade, visto que, por mais que eu queira, estou dentro da academia, escrevendo um texto que é, apesar das tentativas exaustivas, um texto acadêmico. É importante destacar que não está em questão culpar o pesquisador que faz parte das modalidades de produção de conhecimento aos quais faço essas críticas, mas abrir a possibilidade de se pensar os efeitos dessa produção. Os cuidados que a presente investigação empreende apostam nessa direção: desde os procedimentos, à análise e à forma de escrita respeitando as negociações com a Barbárie e com os possíveis desdobramentos deste estudo.

APELO DE PACIÊNCIA DAS APOSTAS E EFEITOS

No início do meu percurso em pesquisa e durante algum tempo, acompanhei a ansiedade de meus colegas, e a minha própria, no que se refere à contribuição do trabalho que desenvolvíamos. A princípio parecia sem efeito todas as críticas e discussões que realizávamos, pois no grande cenário as coisas tendiam a continuar os seus movimentos, sem alterações. Nessa época eu não dimensionava os efeitos em nossa formação. Queríamos trabalhar junto aos jovens que cumpriam medida socioeducativa de internação, pensando que isso seria uma forma de fazer a diferença. Em apresentações de trabalhos em congressos éramos questionadas das soluções para os problemas sociais que tanto estudávamos, mas não havia resposta pronta.

Depois de um tempo compreendi que os grandes efeitos nas modificações das lógicas só eram possíveis pelo trabalho cotidiano junto àqueles que estão em formação, isto é, os acadêmicos (futuros profissionais), os profissionais que atuam diretamente com as populações. Dizer “formação” não significa que somente quem está na academia produz conhecimento, ao contrário, trata-se justamente do contrário: formação como exercício, não etapa. Compreendi isso mais proximamente durante meu estágio de docência, realizado junto ao oitavo semestre de psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, na disciplina de Psicologia Comunitária da qual minha Orientadora é Docente. Também junto aos alunos de Iniciação Científica. Nas reuniões, núcleos e grupos organizados pelo Conselho Regional de Psicologia – CRP14. E, ainda, nos eventos dos quais eu, e meus colegas de pesquisa,

participávamos. Este relatório de pesquisa negocia com a Barbárie, pois compreendo que é só produzindo outras formas de pensar e, simultaneamente a isso, sem perder de vista o cuidado com essa mesma forma é que outras possibilidades podem ser constituídas, além da produção de invisibilidade.

A produção de invisibilidade e morte se atrela ao que Scisleski e Hüning (2016) apontam como efeitos da epistemologia da luminosidade, discutidas anteriormente nesta escrita, tais como a seletividade, “a formas de inteligibilidade e produção de sentidos sobre espaços e seus habitantes, que produzem, entre outras coisas, realidades de violência e segregação” (p. 14). A morte deve ser compreendida não apenas como morte biológica, mas morte política, isto é, a não participação em decisões coletivas, o não acesso e a violação de direitos, impedimentos no que diz respeito à circulação pela cidade/espços públicos e privados (como é o caso dos *shopping centers*) – não raro por intervenções violentas muito bem justificadas.

Essas intervenções violentas têm sido, frequentemente, justificadas por saberes produzidos pelo campo da ciência; entendo-as enquanto aquelas realizadas através da força e sem consentimento dos sujeitos alvo das intervenções. Dou visibilidade: a. as justificativas utilizadas no caso de usuários de drogas, atrelando as instituições da saúde e da justiça, para a realização de tratamento médico, psiquiátrico, psicológico dentre outros; b. as intervenções pautadas em melhoria das condições de vida operacionalizadas à população em situação de rua, atrelando saúde, justiça e assistência social; c. os encaminhamentos à tratamentos, avaliações e demais procedimentos que visam a correção de comportamentos, como nos casos de avaliação para progressão de pena de internos em estabelecimentos prisionais. Em todos esses casos existe a produção de um saber científico, seja a avaliação, o diagnóstico, os conceitos de saúde, doença, proteção, vulnerabilidade ou a segurança, dentre outros, que subsidiam intervenções e são utilizados como justificativa para as mesmas.

Dito isso é importante destacar que o rolê – como estratégia metodológica - deu abertura a caminhos alternativos e isso fez a diferença no modo como passei a pensar a gestão do cotidiano e na maneira como olhar para essa gestão. Silva (2004) dá sinais sobre uma certa postura a ser tomada em relação àquilo que tomamos como natural, afinal, se partirmos do princípio de que algo *sempre foi assim* e que, por conseguinte, *será para sempre assim*, o que

nos resta a fazer? Também a trilha sonora da cidade sofre com os efeitos dessa naturalização: desenvolvemos um certo tipo de surdez ao combate entre a sinfonia dos pássaros e a percussão dos automóveis que é interrompida vez por outra pelo irromper de um avião. Entenda, não disse que não enxergamos ou não ouvimos, mas nos acostumamos a ver e a ouvir certas coisas que, por fim, não precisamos nos esforçar para compreendê-las.

Vagando um dia pela rua, ao avistar uma caçamba de entulho e lixo, reparei que havia um homem buscando algo dentro dela – não posso dizer se era comida ou qualquer outra coisa – mas, novamente de súbito meus Ajudantes me chamaram a atenção para um poema de Manuel Bandeira:

Ajudantes — Vi ontem um bicho. Na imundície do pátio, catando comida entre os detritos. Quando achava alguma coisa, não examinava nem cheirava: engolia com voracidade. O bicho não era um cão, não era um gato, não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem (Bandeira, 1947, não paginado)

Também essas imagens são tornadas naturais: o que nos assombra não é a procura pelo alimento no lixo, mas ao fim quando o homem – meu Deus! – é comparado ao bicho. Em Campo Grande, mas também em São Paulo, Fortaleza e em Porto Alegre, meus olhos são açoiçados por imagens que não se individualizam, pois não se trata de um sujeito único a dormir, comer pelas ruas; tampouco se trata de cindir a minha existência da existência daqueles que (sobre)vivem a essas/nessas condições. Trata-se, sim, daquilo que a pressa instaurada pela lógica que nos governa, impede-nos de estranharmos.

Muito incomodada que sempre me senti, tive muitas conversas com o Foucault (1984, 1988, 2005a, 2009, 2015), o Benjamin (1913/2009, 1933/1986a, 1940/2012a, 1940/2012b) e o Agamben (2008, 2009) chegamos à conclusão – bem provisória, já que esse é o espírito do rolê – que pesquisar é o mau hábito de se dedicar à “tarefa inexecutável” de manter “fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (Agamben, 2009, p. 62). Combinei com meus Ajudantes que para ser a narradora-personagem desta dissertação-rolê, deveria assumir a posição de pesquisadora-catadora no rolê da pesquisa, pois, aquilo que aqui narro só é possível pelo perambular atento pelas ruas da (s) cidade (s).

Benjamin (1987) parece ter gostado da posição de pesquisadora-catadora. Também ele já havia feito uns rolês na *Rua de mão única* orientados pela ideia de catar. Veja bem, todas essas estratégias contribuíram para que eu pudesse compreender um determinado conjunto de acontecimentos, pois os elementos que me interpelavam no meu perambular demandavam uma postura, como eu dizia, que é a de fazer da evidência um problema. Essa tarefa exige da

pesquisadora-catadora uma escrita que, ora acontece em um cômodo onde a porta semicerrada permite que passe um feixe de luz, sendo o feixe o aspecto das negociações com a academia; ora na rua, em pleno lusco-fusco. Mas isso não é fácil, é preciso muita atenção para enxergar as sombras que as luzes produzem, mas não apenas atenção: é preciso coragem e disponibilidade. Coragem porque nem sempre seremos recebidos de braços abertos e disponibilidade, pois a tarefa será desgastante, consumir-nos-á energia e serão poucos os retornos das nossas investidas.

Enquanto pesquisadora-catadora, gosto de ter comigo alguma bolsa, ou sacola, bolsos de casaco ou das calças para colocar tudo aquilo pelo qual sou interpelada. Que significa ser interpelada? – Você deve estar se perguntando e, se não o estiver, responder-lhe-ei igual: a sensação que melhor descreve é aquela parecida com a qual, quando sonhamos que estamos em queda-livre, há um sobressalto. Esse sobressalto é a interpelação. Trata-se de uma inquietude, um jogo de atração e resistência:

Agamben — Acho melhor você começar a escrever logo, senão não vai dar tempo...

Giovana — Como é que você espera que eu escreva com tanta coisa *pra* fazer?

Agamben — Senta ali e começa, faz uma capa, contracapa....

Giovana — *Hahahaha* como se eu já não tivesse feito isso diversas vezes!

Agamben — Só estou lhe dizendo isso porque daqui a pouco a Barbárie vai bater na sua porta com os prazos e os questionamentos de sempre.

Giovana — Eu sei, mas não é assim que funciona a escrita, não é mesmo? Além do mais estou preocupada com outras coisas.

Agamben — Que tipo de coisas?

Giovana — *Ah*, coisas do tipo “O que me mantém no rolê”...

Agamben — Tenho a impressão de que essa não é uma preocupação somente sua.

Giovana — Também acho... mas essa pergunta é martelada incessantemente na minha cabeça e tenho preferido acreditar que seja algo como uma magia fantástica do tipo que deve ficar sem resposta.

Agamben — Olha, não que você chegará a ela – ou não chegará – mas a resposta é o momento do desencantamento, o que não quer dizer que vivamos no mundo das ideias ou que as pequenas conquistas não façam com que continuemos a caminhar...

Giovana — O que isso significa?

Agamben — Ora, se você soubesse onde esta escrita daria, você a escreveria?

Giovana — Imagino que não, muito embora fosse mais fácil de lidar com as coisas.

Agamben — Eu vim lhe apressar, mas vou te contar uma coisa. “O fim do estudo pode eventualmente nunca ser alcançado” (2013, p. 55)... Não se esqueça que a Psicologia criança joga com a sacralidade da ciência: os resultados e conclusões são importantes para ela não porque designam o final de uma etapa, mas, justamente, porque escancaram a fragilidade do saber.

Giovana — Isso não diminui minhas angústias.

Agamben — Nunca foi meu objetivo diminuí-las. A todo momento você diz “quero que entenda”, “veja bem”, “preste atenção”. Pois agora é a sua vez de seguir seus próprios sinalizadores. O estudo não é uma fase, ele tem relação com o embate e o choque: “aquele que estuda encontra-se no estado de quem recebeu um choque e fica estupefato diante daquilo que o tocou, incapaz tanto de levar as coisas até o fim como de se libertar delas” (2013, p. 53).

Giovana — Sinto-me, de fato, como o esgrimista ao qual o Benjamin se refere nos textos de Baudelaire (Benjamin, 2000).

Agamben — Lembra-se que falou da incompletude da Psicologia criança? Essa incompletude e o estudo conversam, pois ambas se assemelham ao estado que Aristóteles designa de potência. A potência é, ao mesmo tempo, passividade e “tensão irreduzível em direção à conclusão”, isto é, passagem ao ato. Essa angústia que você transforma na pergunta “o que me mantém no rolê?” é o gosto amargo produzido pela “permanência prolongada na esfera da potência” (2013, p. 54).

Giovana — E o que eu devo... [Agamben interrompe antes da conclusão da pergunta]

Agamben — Você bem sabe que não adianta me perguntar o que deve fazer para dar fim a tudo isso, mesmo que eu soubesse não lhe diria. Ademais, não se trata de encaminhar o estudo para seu fim, a obra. Olha, lá vem a Barbárie, ajeite-se com ela.

Barbárie — Qual seu objeto de pesquisa? [Perguntou-me a Barbárie brilhante do alto de seu pedestal]

Giovana — É aquele que resiste a todas as minhas aproximações e exige de mim malabarismos, neologismos, alquimias metodológicas.

Quando chego em casa, depois de muito caminhar, tendo os bolsos cheios. Retiro todos os objetos e os disponho sobre a mesa. Muito do que encontrei (encontrou-me) no rolê, não coube nesta narrativa. Novamente a Barbárie se intrometeu e me disse, bastante benfazeja:

Barbárie — Não poderá fazer caber tudo, não consegue enxergar?

Giovana — Parece-me que precisaremos negociar novamente.

Barbárie — Então organize quatro caixas, lá deverão caber, cada uma com seu objetivo, isso que tens nos bolsos.

Giovana — Como divido uma experiência em quatro partes?

Barbárie — É simples: uma introdução, um desenvolvimento, uma conclusão e as referências. Esses são meus termos.

Giovana — Pois não me entrego facilmente: assim como os objetos resistem, também eu aprendo a resistir.

As interpelações são como vozes que sussurram durante o rolê – por vezes acredito que são mesmo meus Ajudantes a sussurrarem. Deixar-se interpelar demanda que, novamente, estejamos disponíveis e não forcemos um objeto a caber em um conceito. Bernardes (2014) contou que os conceitos são bastante astutos, se não tomarmos o devido cuidado “podemos cair em algumas armadilhas que acabam por encerrar nossos objetos e não por torná-los um problema” (p. 144). Parece-me que meus Ajudantes desaparecem justamente no ponto em que estou a cair na armadilha – armada por mim mesma; fazendo isso eles me abandonam no escuro e eu tenho que me tornar ainda mais cuidadosa, caminhar em passos curtos, agachar para não bater a cabeça em algo que esteja pelo caminho.

Foi em um desses abandonos pontuais que a cidade e a rua passaram a me interpelar e exigir de mim a tal postura desnaturalizante. O estranhamento começou, especialmente, quando várias ações, articuladas a um projeto de revitalização, foram empreendidas. Essa revitalização do centro de Campo Grande fora divulgada enquanto uma proposta cujo objetivo era “garantir o bem-estar estético, cultural e ambiental da população, melhorando a segurança das edificações, combatendo a poluição e degradação ambiental, além de valorizar a preservação e a recuperação do patrimônio histórico” (Planurb, 201-, p. 3). As modificações tiveram como foco obras em umas das principais avenidas, Afonso Pena, cujo resultado dos trabalhos proporcionou “trânsito mais ágil” além de embelezar os “canteiros totalmente urbanizados” (A Crítica, 2012, não paginado).

Em um primeiro olhar essas ações são bastante interessantes para se pensar, pois, realmente o centro da cidade foi revitalizado, mas não porque não havia vida e sim porque questões políticas e econômicas estavam em jogo: a limpeza e tratamento da estética do urbano teve como efeito não somente a modificação das fachadas dos prédios com a função de manter inscrito neles a história da cidade, mas, também, o deslocamento – forçado – da população em situação de rua para cada vez mais longe desse mesmo centro R E V I T A L I Z A D O. Além disso, a Praça Ary Coelho circunscrita entre as ruas 26 de agosto, 14 de julho,

13 de maio e Av. Afonso Pena foi cercada por grades altas o suficiente para evitar que se faça uso desse espaço como dormitório. Algumas lojas instalaram formas pontiagudas, grades e demais obstruções para evitar que pessoas em situação de rua dormissem, também, nesses locais. O banheiro da praça, inclusive, conta agora com catracas e tem a entrada permitida somente após pagamento.

Não posso deixar de fazer uma ressalva sobre a revitalização e a relação desta com a proposta de preservar o caráter histórico dos edifícios. O que quero pensar nessa relação é justamente o fato de que aquilo que foi apagado com a revitalização, ou seja, a normatização das fachadas das lojas, as pichações nas paredes, a própria deterioração das construções, são as marcas que, tal como rugas e cicatrizes, indicam os efeitos do tempo, dos acontecimentos e, por que não dizer, da vida. Claro que não desconsidero a questão de que esse projeto proporcionou a conservação dos prédios, mas aquilo que foi apagado, invisibilizado também conta a história da cidade. O caráter histórico, em proveito do qual os argumentos para a revitalização se basearam, faz parte de um conjunto de práticas cuja máxima é uma cronologia mumificadora: conservo a história, a consistência da existência de algo pelo congelamento dos efeitos do tempo. Que triste não? Viver acreditando que toda história já passou. A revitalização faz parte desse congelamento do tempo, mas é vendida em todas as vitrines como a mais moderna tecnologia botulínica.

APELO DE PACIÊNCIA REVIVA CENTRO

Ao caminhar pelo centro da cidade vi que muitas lojas de cosméticos expõem produtos milagrosos. Existem, de fato, diversas tecnologias que permitem aos humanos a modificação da estrutura externa da pele com a finalidade de corrigir manchas, sinais de nascença e marcas de expressão. Desde cremes, aplicações intramusculares de toxinas botulínicas até operações plásticas prometem remoçar e revitalizar. Continuei caminhando até chegar na esquina da Av. Afonso Pena com a rua 14 de julho. O semáforo estava aberto para os carros e fechado para os pedestres. Parei. Do outro lado da avenida está a Praça Ary Coelho. Essa praça, cujo custo financeiro para revitalizar foi orçado em R\$ 2,1 milhões de reais (Ferreira, 2011), assim como outros tantos pontos turísticos da cidade de Campo Grande passou por um longo processo de

reforma. Enquanto esperava para atravessar admirava – não a beleza, mas o exagero – as grades instaladas ao redor da praça. A reforma dos cartões postais de Campo Grande atingiu também o canteiro da Av. Afonso Pena. Nesse canteiro a grama é verde escura, a calçada aparenta ter sido construída ontem e os bancos de madeira permitem que transeuntes cansados, recuperem o fôlego.

Agamben — Quem ainda envia cartões postais?

Giovana — Acredito que esse termo, neste caso em especial, diz respeito aos espaços que serão as portas de entrada da cidade, os espaços a serem lembrados e que serão responsáveis por marcarem a memória dos visitantes. Afinal, os visitantes, ao visitarem, passam pouco tempo nos lugares. Ao retornarem para seus lares levarão as “primeiras impressões”, “aquelas que realmente contam”.

Benjamin — E desde quando essa tal revitalização tem marcado as ações na cidade?

Giovana — Bem, no ano de 2010 uma Lei Complementar foi promulgada a fim de estabelecer o plano para a revitalização do centro de Campo Grande, tudo isso inspirado no programa Cidade limpa que aconteceu em diversos municípios do país, mas foi desenvolvido especialmente em São Paulo.

Benjamin — Limpa de quê?

Giovana — Dejetos, Benjamin, dejetos.

Agamben — Nessa lei da revitalização estava estabelecido o que e como seriam feitas as intervenções?

Giovana — Dentre os objetivos e diretrizes desse plano estão as ações para o desenvolvimento econômico da cidade, melhoria das condições urbanísticas e ambientais, valorização e recuperação dos marcos simbólicos e históricos (Campo Grande, 2010). Inclusive o projeto de revitalização do centro da cidade somente sairá do papel em outubro de 2017, apesar de, no papel, existir desde o ano de 2013.

Foucault — E como isso é possível?

Giovana — Simples: dinheiro. O lance é o seguinte: não há dinheiro, mas existe uma estratégia chamada empréstimo. Toda a transação foi complicada porque, segundo notícias, havia uma dívida não paga por parte do estado do Rio de Janeiro. Todo modo, o tal empréstimo de US\$ 56 milhões concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID¹⁵, foi concretizado. Diz o prefeito de Campo Grande que foi “Graças a Deus

¹⁵ Trata-se de uma fonte de financiamento cujo objetivo é “melhorar a qualidade de vida na América Latina e no Caribe”, ajudando “a melhorar a saúde, a educação e a infra-estrutura através do apoio financeiro e técnico aos

conseguimos destravar toda nossa parte”, mas pelo que eu li foi graças a uma determinação do Superior Tribunal Federal – STF (Junot, 2017, não paginado).

Agamben — E já disseram que ações serão empreendidas?

Giovana — Algumas. A ideia é mudar a “cara do Centro”, ampliando as calçadas, instalação de bancos, além de painéis e árvores para garantir o “conforto de pedestres contra as altas temperaturas”, mas há também uma articulação com um projeto piloto de habitação, então é possível que uma parte do dinheiro seja direcionada a criação de espaços de comércio, serviço e habitação, mas isso na região central (Junot, 2017, não paginado). O que nos leva a pensar sobre quem é que circula nesse espaço, entendem?

Benjamin — Como assim?

Giovana — Ora, sabia que tem bairros em Campo Grande que têm cheiro?

Foucault — Uhm, diga mais...

Giovana — Não é um cheiro de lixo, apesar de existir muito lixo na rua, inclusive orgânico. É um cheiro de fossa: não só daquilo que está dentro da fossa, mas o contato da evaporação das soluções presentes ali. Há, ainda, os casos que se relacionam as condições dos córregos, quando chove, não é raro o transbordamento do córrego Segredo que provoca a interdição da avenida Ernesto Geisel.

Agamben — E para isso tem projeto?

Giovana — Tem promessas, mas projeto mesmo não. Além do mais, o caráter de revitalização e modernização do centro tem também o objetivo de tornar subterrâneas as fiações elétricas e não para por aí. Se o início dos projetos já atingiu a população em situação de rua, fazendo com que fossem ou levadas para centros de atendimento, albergues etc., imaginem com esse investimento milionário. Afinal, é preciso dar retorno do investimento, pois, como eu ouvi dizerem sobre as reformas da Praça Ary Coelho: as grades não são suficientes para reprimir o crime e proporcionar segurança.

Foucault — O perigo tem que desaparecer.

Giovana — Sim.... Ele tem que desaparecer... mas não totalmente, não é?

Foucault — Pois é, parece mais interessante gerir o perigo mesmo...

Giovana — Sim. Bem, diante dessas questões, a pergunta: em que consiste a ideia de “revitalização dos espaços”? Todas essas estratégias de revitalização constituem, portanto, uma sofisticação do espaço urbano para que uma parcela da população – seja ela denominada

países que trabalham para reduzir a pobreza e a desigualdade” (Banco Interamericano de Desenvolvimento, [201-], não paginado).

elite, categorias politicamente investidas, os Cidadãos-de-Bem – possa circular com segurança. A experiência que - enquanto pesquisadora-narradora e sujeito atravessado e constituído nos/pelos espaços nos quais circulo/habito/territorializo - faço da cidade é singular não por ser individualmente minha, mas por ser uma relação ontológica com o presente.

Se o rolê contribui para algo enquanto estratégia metodológica é para isso: interrogar nossas certezas obrigando-nos a andar e fazendo com que nos debatamos com os ventos da história que, no presente, fazem com que nossos cabelos avoacem. Mas como é difícil interrogar nossas certezas! Afinal, não é confortável a ficção da verdade? As placas nos permitem viver esse conforto: nomes das ruas fazendo com que saibamos nos localizar; placas de sinalização indicando o sentido – para a vida; faixas que nos anunciam produtos/coisas que até o momento não tínhamos, mas sem os quais viver seria impossível, a partir de então. Somos tão engolidas (os) pelas demandas de trabalho, notícias, publicidades, pelas necessidades criadas, prazos e compromissos que o mínimo movimento de colocar em questão aquilo que nos absorve, seria desastroso parar a ordem das coisas.

A Rua, dentro da lógica das certezas, por vezes, aparece como sinônimo de perigo: andar tarde da noite ou muito cedo é estar vulnerável a assaltos, estupros e demais violências – essas questões fazem da cidade um objeto de estudo sobre o qual se pode produzir índices de criminalidade. Sobre a cidade como objeto estático no qual as coisas acontecem, posso dizer acerca de um estudo da relação entre juventude, violência e capital social (Reis, 2013) que se propõe a discutir sobre violência “no singular”, como adverte o autor, justificando que “destacam-se homicídios que são cometidos em Campo Grande, MS, em relação aos jovens de 15 a 24 anos” (p. 156). Seguindo essa mesma lógica, temos o relatório do Mapa da Violência que, apesar de indicar Campo Grande na 26ª posição dentre as capitais em relação às taxas de homicídio, o Estado de Mato Grosso do Sul, exceto nos anos de 1990 e 2010, figurou taxas acima da média nacional (Waiselfisz, 2012).

Nos dois casos anteriores, a cidade é apenas o espaço para um determinado conjunto de acontecimentos; a isso o rolê responde: não é bem assim! A narrativa sobre a Cidade, se limitada à violência como um problema do presente desconectado da história, é feita a partir de fábulas de antigamente, período no qual era possível brincar na rua, andar tarde da noite,

pois não havia perigo; fábulas cotidianas que criam uma cisão entre os bonzinhos e os bandidos; contos em que a onda de violência coloca o cidadão atrás das grades – de casa – e os bandidos ficam soltos. Não se questiona, entretanto, o fato de que o próprio modo como vivemos produz esses elementos, a dizer: o perigo, a violência, a rua na qual não se pode mais brincar, o bonzinho e o bandido. Colocar a paz no passado faz com que o presente seja visto – naturalmente - como um grande erro ao qual se tenta resolver pela procura do culpado.

Quando digo “modo como vivemos” não significa uma forma particular de existência de um grupo de pessoas, mas a época na qual vivemos: a história do presente (Foucault, 1979, 2005a, 2005b, Prado Filho, Lobo, & Lemos, 2014). Toda sorte de reclamações sobre a atualidade produz uma espécie de abstração que faz com que a violência e o perigo se transformem em seres fantásticos que apontam o dedo para a violência, não apenas no Brasil, como elemento que se constitui enquanto um desafio e que deve mobilizar as dimensões governamentais, sociais e de saúde pública. Sendo a criminalidade e a violência responsáveis por afetar “negativamente o desenvolvimento econômico e social” além de diminuir “o capital social, aumentam o grau de exclusão social e de pobreza, colocam em risco a cidadania e a segurança, além de reduzirem a capacidade de o Estado governar efetivamente” (Reis, 2013, p. 155). Não se interroga a época que torna possível que um dado objeto seja alvo de intervenções, mas personifica-se, não eventualmente, em certos sujeitos – os culpados. Pois que o rolê tem, também, essa função: interrogar as proibições, as arbitrariedades e as condicionalidades da circulação.

É claro, ocasionalmente o rolezinho tem seu ritmo alterado em função de práticas que fazem das ruas e da cidade espaços difíceis de transitar. Os terminais de ônibus instalados nas calçadas do centro produzem certo conforto a quem espera o transporte coletivo, mas limitam o seu uso àqueles que pagam a passagem. Nas periferias a imagem é diferente: alguns pontos de ônibus têm bancos e cobertura, enquanto outros apenas um palanque de madeira fincado no chão – acerca desses contrastes já lhe falei um pouco quando me referi ao asfalto e às condições das ruas. Bem, também o transporte coletivo se insere nessas diferenças: ônibus novo e moderno não circula em todas as zonas da cidade, são reservados para os itinerários próximos a áreas centrais ou bairros em que, apesar de não serem considerados nobres – pois nos bairros nobres os ônibus são quase que como aparições, visto que há não somente um número reduzido, mas seus horários também o são – tratam-se de bairros bem valorizados e localizados. Mais adiante você compreenderá que o rolê e o *busão* – um grande *bus* – tem uma história bastante conflituosa.

Por falar em história conflituosa, quando eu lhe contei logo no início que esta escrita acontece sempre no presente, peguei-me pensando se, ao marcar isso em conjunto com a afirmação de que esta escrita também é provisória, não entraria em uma espécie de contradição – não que contradições sejam problemas. Depois de algumas discussões com meus Ajudantes, dei-me conta de que havia era entrado em uma rua sem saída com esse questionamento. Para me fazer entender vou contextualizar a rua sem saída na qual entrei e, posteriormente, conto como saí. A espécie de contradição que pensei ter criado dizia respeito ao fato de que uma escrita sempre no presente seria, desde já, sempre atual; assim sendo, não havia a possibilidade de ser provisória, visto que, estando sempre no presente constituiria, a princípio, sempre uma verdade. De fato, não sei se você chegou a ver quando entrei nessa rua sem saída – viu? – só me recordo que estava andando e *pluft*: lá estava eu de frente para um muro.

Demorei um tempo para sair, pois não se trata apenas de dar meia-volta e retomar o caminho. A retomada de caminho frequentemente abre para novos encontros. Então, como foi que eu saí? Eu explico: não há contradição, pois, a função da escrita estar sempre no presente é a de condizer com a perspectiva assumida pela análise que interroga o presente como o espaço no qual é possível visibilizar a isso que nos tornamos, seja “isso” uma instituição, nós enquanto sujeitos, modos de governar as condutas, gerir as multiplicidades (Foucault, 1984, 1988, 2005a, 2008a, 2014). Trata-se, assim, de uma escrita urgente com relação aos acontecimentos do presente e não permanente enquanto verdade definitiva e universal. Outro ponto importante, já que estamos nesses assuntos, é explicar que o nosso rolê estabelece uma relação com a história que é diferente da que costumamos aprender enquanto disciplina na escola. Isso é importante de avisar, pois, ao construirmos a Cidade-cenário, apesar de recorrer a “documentos históricos”, isto é, aqueles que, cronologicamente, vão marcando o passado, nossa relação com o tempo será um pouco diferente... Calma, calma, eu explico.

A relação com a história se atrela a uma investigação sobre as condições – sejam elas de saber, arranjos sociais, econômicos e de relações de poder – que tornaram possível que um determinado acontecimento emergisse e o modo como esses acontecimentos têm, no presente, seus efeitos, ressonâncias (Foucault, 1984, 2005a, 2008a, 2013, 2014, Rodrigues, 2016). Esta narrativa do rolê que recorre à história para a construção da Cidade-cenário não tem como princípio distinguir a vida entre aqueles que venceram e aqueles que perderam, ambos, “os grandes e os pequenos” (Benjamin, 1940/2012, p. 215), são produtos de uma mesma história. O Benjamin (1940/2012) – com quem eu concordo, neste ponto – chegou a dizer certa vez

que a história a qual se propunha a pensar não era aquela passível de marcar o ponto exato de um acontecimento. Fazer isso, segundo ele, é tarefa à qual o “historicismo” (p. 217) se propõe. Benjamin prefere se ocupar com um outro jeito de fazer com relação à história, não essa que ensina como algo aconteceu e permanece imutável, que resta em paz, mas “despertar o passado” (p. 218), pois, aquilo que passou é presente e pulsante. Nessa discussão, tanto o que passou é pulsante que o Foucault se perde por horas a fio em suas escavações com o objetivo de compreender “historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (Foucault, 1984, p. 7). Não acredito que devamos nos delongar buscando uma definição de verdade, mas interrogar como é possível a produção de algo como uma verdade – àqueles familiarizados com tais questões provavelmente dirão que esse é um problema para outros rolês, mas é preciso ao menos indicar que consideramos tal tópico.

A verdade e a história estão intimamente ligadas – aliás, se elas fossem personagens talvez pudessem ser gêmeas univitelinas! Ocorre que para que um determinado elemento, seja ele uma ideia, um discurso, racionalidade ou coisa, seja considerado verdadeiro é preciso que exista um conjunto de relações favoráveis. Esse conjunto é circunscrito em um determinado momento da história, isto é, depende, também, da “ordem do dia”, do momento social, político e econômico.

Giovana — Diga-me Foucault, o que você pensa sobre a verdade?

Foucault — Bem, no que diz respeito à sociedade ocidental, o modo como certos elementos funcionam enquanto verdadeiros operam com cinco características...

Giovana — Eu poderia apostar que a verdade estaria centrada em um discurso bastante particular, não?

Foucault — Exato. E o que mais você diria?

Giovana — Que essa particularidade está relacionada ao discurso científico.

Foucault — Sim. Mas a verdade está, também, submetida a outras instâncias que a incitam, tais como a dimensão econômica e política.

Giovana — E essa verdade, se você pudesse afirmar, estaria relacionada a outros domínios além do econômico e político?

Foucault — Bem, ela é produzida e transmitida sob o controle desses aparelhos, não exclusivamente, é claro. Além disso é objeto de debate político e confronto social (Foucault, 1984, p. 11). E você, o que me diria sobre esse assunto?

Giovana — Não necessariamente existe uma lei que legisla uma verdade, mas para que uma lei seja possível é preciso aquilo que chamei de conjunto de relações favoráveis exista. Posso trazer para o rolê três momentos em que a infância e a juventude são inseridas nessas relações e a seus respeito operem práticas fundamentadas em algo como uma verdade. No Brasil, em 1927 as *creanças* expostas deveriam ser recolhidas em instituições destinadas a esse fim, enquanto que os condenados de menor idade deveriam ir para uma prisão comum, mas separados dos adultos (Brasil, 1927). Em 1979 os menores, sejam eles abandonados ou infratores, tornaram-se responsabilidade do Estado que iniciou um conjunto de práticas preventivas para intervir na perversão, desvio moral ou inadequação do menor ou da família de origem (Brasil, 199). A partir de 1990 a criança e o adolescente menor de dezoito anos são considerados sujeitos de direito para os quais devem ser direcionadas práticas de atenção, proteção e assegurar aos mesmos seu desenvolvimento integral (Brasil, 1990).

Foucault — Bom, mas e aí? A lei está linda, claro está linda “mais ou menos”, não é? Porque essa questão da atenção a infância e adolescência, se tomarmos apenas em termos de modificação e “avanço” da legislação é papo para boi dormir.

Giovana — Não discordo. Não se trata de um esquema progressivo. No presente, especialmente no que diz respeito à infância em situação de pobreza e aos jovens que são capturados a partir de ato infracional, há um tensionamento das lógicas que fundamentavam os Códigos de Menores. Então, o ECA não é uma poção mágica que transformou as práticas direcionadas à essa infância e juventude que eu indiquei.

Foucault — E quais seriam esses “conjuntos de relações favoráveis” para o tensionamento, no presente, dessas lógicas?

Giovana — Tomemos a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 33/2012 através das quais se pretende reduzir a maioria penal. O que está em jogo nessa PEC (Ferreira, 2012) sob a veste de não implementação do ECA, cometimento de crimes hediondos e de grave ameaça à vida, caráter pedagógico e ressocializador das medidas – punitivas – é o caráter produtivo atribuído à vida.

Foucault — Diga mais...

Giovana — O que é o jovem? No jovem/juventude se localiza uma força produtiva da vida. O jovem é o futuro da nação, da economia, do social. O tempo que importa é esse da contação da vida, divisão da vida em fases que vão receber atenção. Agora, no caso do jovem/juventude que não assume para si essa “profissão de fé” que é desenvolver e partilhar dos propósitos da nação, da economia e da ordem social, para ele não são as estratégias de

investimento aquelas operacionalizadas. A relação com a juventude, no que diz respeito ao caráter produtivo da vida, será aquela em que dar um rolê é perder tempo, resistir aos dispositivos de captura é vadiagem, baderna e transtornar a ordem social, ser aviãozinho do tráfico é colocar em risco a segurança pública e não uma violação dos direitos desse jovem. Mas é preciso cuidado, pois não é para a juventude como um todo: vai ter o jovem que quando pego portando drogas será encaminhado à tratamentos de saúde para recuperação e haverá aquele que, pela avaliação da “autoridade competente” será simplesmente internado.

Foucault — E essa seletividade se fundamenta em quê?

Giovana — Fundamenta-se em um cálculo das vidas que valem a pena, daqueles que “ainda têm jeito”. Mas é mais complexo que isso: serão produzidas estratégias para adequação dos sujeitos, também, as explicações para a não mudança do sujeito, não-ressocialização, não-adequação. Serão criadas toda uma série de procedimentos para verificar as condições de mudança de um comportamento, capacidade de compreensão dos efeitos das ações empreendidas por um determinado sujeito com uma determinada idade.

APELO DE PACIÊNCIA O TEMPO QUE IMPORTA

Se por um lado a aposta desta dissertação-rolê estabelece uma relação com o tempo que não se opera pela ordem cronológica, mas a de uma experiência do tempo - como fora explicado em um ponto anterior desta escrita – há um tempo que importa no que diz respeito às intervenções programadas e direcionadas à população, neste caso específico as relacionadas à juventude. Se pensarmos em uma outra Psicologia, foram e ainda são produzidas diversas abordagens sobre desenvolvimento humano. Desde aquelas de orientação analítica, cognitivistas e neurobiológicas estabelecem critérios cuja máxima é a divisão da vida em estágios/fases cruciais para a aquisição de comportamentos, conhecimentos e, também, experiências. Não raro¹⁶ essas fases tem um marcador bastante específico, justamente pela precisão: a idade. O tempo que importa, assim, em termos de governo da juventude, fundamenta-se no caráter etário para a determinação das ações a serem

¹⁶ Não é o objetivo das problematizações aqui presentes o estudo detalhado das abordagens presentes na psicologia sobre o desenvolvimento humano.

operacionalizadas. Governo que deve ser entendido como o exercício de condução, administração, gestão da população, neste caso, a população jovem (Foucault, 2005, 2008a, 2008b, 2014). As propostas de redução da maioridade penal, como dito anteriormente, apoiam-se no critério da idade e da capacidade de consciência/conhecimento dos jovens sobre as infrações/crimes e seus efeitos. Assim, tanto no que diz respeito às políticas de socioeducação, quanto aquelas de proteção seja no campo da assistência social, educação, saúde e segurança se empreende uma gestão econômica da vida que utiliza a categoria etária para organização de seus sistemas programáticos de investimento. A idade é um elemento importante, portanto, não só para essa Psicologia cuja máxima é a contação da vida, mas pra boa parte do pessoal que trabalha com não-adultos, basta ver que na Assistência Social os grupos atendidos em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Na educação a seriação em relação aos conteúdos curriculares e o tempo de permanência em cada conjunto de instrução formal (ensino infantil, fundamental, médio); Na saúde as campanhas de vacinação, relação entre desenvolvimento físico, cognitivo, peso e altura; Na segurança os focos etários elencados como prioridade, tal como no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI (Brasil, 2007) que tem como foco a população juvenil de 15 a 24 anos.

Nos períodos correspondentes à vigência dos Códigos de Menores de 1927 e 1979, o conjunto de saber que pode ser visibilizado é o do higienismo e eugenismo; isto é, doutrinas que visavam a limpeza da sociedade, das ruas e da raça, a partir de ações direcionadas aos vadios, delinquentes e menores expostos. O termo “expostos” está relacionado à condição das crianças abandonadas no dispositivo denominado Roda dos Expostos. A Roda funcionava como uma forma de manter o anonimato daquele que abandonava a criança aos cuidados de instituições religiosas e asilares. A partir de 1990, mas tendo início com os movimentos de redemocratização do país pós-ditadura militar, com a proclamação da Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei 8.080 (Brasil, 1990) e a outros movimentos de caráter internacional, promulga-se o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Com todo esse conjunto de acontecimentos, há a proposta de modificação do modo como as práticas serão direcionadas à criança e ao adolescente, contudo não significa que o passado menorista não mais tensiona o presente da proteção integral, ao contrário, as racionalidades presentes nos

Códigos de Menores ainda fundamentam certas práticas na gestão da juventude. Sobre esse assunto Scisleski et al. (2015) afirmam que as intervenções direcionadas à população jovem em conflito com a lei, tomada enquanto potencialmente perigosa é, mesmo diante das prerrogativas do ECA, operacionalizada enquanto punição em relação à infração cometida e não nos termos de socioeducação como o Estatuto prevê. Além disso, a distinção entre os sujeitos a serem tomados pelas medidas protetivas (aquelas crianças e jovens que têm seus direitos violados) e aqueles aos quais a medida socioeducativa é efetivada (já que cometeram violações à lei) supervaloriza o caráter punitivo dado à infração e não leva em consideração que também esses jovens tiveram seus direitos violados e que, portanto, deveriam ser protegidos.

Se por um lado os espaços fechados destinados aos jovens que cometem infrações incidem de uma maneira bastante concreta nessa população: estão internados cumprindo “medida restritiva de liberdade”; por outro a gestão da circulação não é da ordem da proibição, mas operam uma administração da circulação. Pensemos em estabelecimentos comerciais *shoppings*, supermercados, farmácias, onde aquele que circula tem uma missão/condição: é preciso consumir. Aquele que consome tem o aval para a circulação (pode estacionar, “se for cliente em compras” como dizem as placas, se for cliente frequente, pode fidelizar-se a algum plano, etc.) – mas a situação toda é tão delicada que mesmo tendo dinheiro para consumir, afinal de contas, não “é só o Playboy que vive em Copacabana” (Mc Bin Laden, 2017) existem outros critérios que podem impedir a entrada e a circulação. A rua como lugar de passeio, de rolezinho, é reduzida, por vezes, a um espaço de passagem com o objetivo de chegar a um fim. Andar não é o problema, mas sim andar sem rumo certo, motivo explícito e legal – esse termo “legal” agrega, aqui, tanto o sentido moral de bom e qualidade positiva, quanto o sentido jurídico de conformidade com a lei. A necessidade de uma finalidade no perambular é – arbitrariamente – instaurada por um direcionamento da circulação cuja função é administrar a ordem/segurança. Isto é, mesmo sendo livre a locomoção em território nacional (Brasil, 1988) e assegurados os espaços aos pedestres para a circulação (Brasil, 2000), existem certos conjuntos de práticas que impedem o rolê.

Agamben — Mas e se alguém argumentar que o *shopping* é um espaço privado e que, portanto, o dono desse espaço pode determinar quem entra e quem não entra?

Giovana — Eu poderia dizer *okay*, o shopping é espaço privado, contudo, aberto ao público. Ou ainda poderia dizer que “é e não é privado”, pois existem órgãos públicos como o Departamento Estadual de Trânsito – Detran e a própria Polícia Federal nesse espaço que,

portanto, podem ser acessados por qualquer um. Mas essa seria uma resposta pouco elaborada. Aquilo que deve ser problematizado no caráter privado do *shopping* não é esse caráter, mas o fato de se constituir como um espaço protegido. Pensando bem, é capaz que, diante da disseminação do Medo, também esses órgãos busquem refúgio nesse espaço de segurança que é o *shopping*.

Agamben — Disseminação do Medo?

Giovana — Sim. Todo esse conjunto de práticas tem se constituído pelo apelo ao Medo e preces à Segurança. Foi interrogando esse conjunto de práticas direcionadas à Juventude que a cidade, e sua história, tornaram-se um problema e, assim, as estratégias de pesquisa puderam ser criadas. Construir um cenário, portanto, não é uma tentativa de reproduzir a realidade da cidade¹⁷ em um palco, ou em uma escrita, mas, ao fazer da cidade um problema, tornar o cenário um espaço de problematizações, em que a Cidade-cenário se constitui como uma estratégia inventada para fazer a história da gestão do espaço e de seus habitantes. A história que aqui é narrada e na qual daremos um rolê não é mais verdadeira que qualquer outra, contudo, não deixa de constituir um espaço de produção da verdade, mas que não se rende e tenta negociar problematizando essa relação com o verdadeiro e seu *status quo*.

¹⁷ No que diz respeito ao uso do termo “realidade” não tenho o objetivo de entrar em discussões filosóficas, mas indicar que a Cidade-cenário não será reprodução arquitetonicamente fiel ao modo como se estrutura a cidade de Campo Grande - MS. Trata-se, sim, da construção de uma Cidade-cenário que compõe o campo de problematizações para a realização das análises sobre o governo da juventude.

A CIDADE = CAMPO (RURAL) + GRANDE (URBANO)

Gostaria que, neste momento, você se juntasse a mim e aos meus Ajudantes para montarmos a nossa Cidade-cenário. Nosso trabalho será o de construir dois cenários principais: 1. O Grande Campo, correspondendo ao modo como o acampamento para boiadeiros foi gradativamente investido para o estabelecimento da cidade. Nessa empreitada não nos preocuparemos com datas específicas¹⁸, tampouco com uma sequência linear de acontecimentos, mas nos ocuparemos com a maneira como os acontecimentos constituem o campo de relações favoráveis para a emergência de algo como uma prática de gestão do espaço, especialmente; 2. Campo Grande, a cidade morena¹⁹ cujas práticas no interior da qual dão visibilidade à ordem do dia na gestão do espaço e de seus elementos, especialmente no que diz respeito à Juventude. Novamente o que nos interessa não é exatamente a localização exata dos acontecimentos numa espécie de calendário monumental (Benjamin, 1927/1986b); nosso rolê na construção dos cenários seguirá a intuição que os “documentos históricos” anunciam: cada prego, madeira, cortina, móvel será incluído pela sua importância na composição das discussões/forma do cenário.

Prometo-lhe que será interessante – ou, no mínimo, divertido – pois assim, conforme o fazemos, posso contar para você como a cidade de Campo Grande se organizou por atravessamentos políticos, sociais e econômicos. Foucault (2008a) comentou certo dia que a cidade, nos séculos XVIII a XIX, se caracterizava “de uma maneira bastante singular em relação às outras extensões e espaços do território”, além de marcar uma “heterogeneidade econômica e social muito acentuada em relação ao campo” (p. 17). Mas isso no contexto europeu, um pouco distante de nós, em alguns termos, mesmo com determinadas aproximações. Le Bourlegat (2000, p. 223), afirma que foi devido a importância de Campo Grande no que diz respeito ao comércio que se deu sua projeção “à condição de cidade”, mas antes de avançarmos a isso vou lhe dizer como seguiremos.

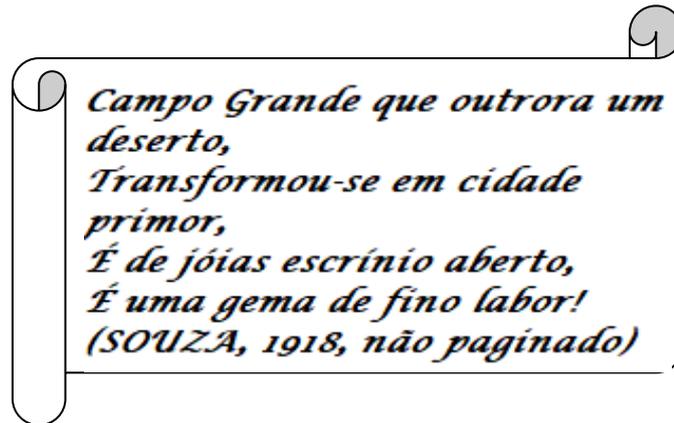
Nosso trabalho, neste momento, será de construir a Cidade do nosso rolê.

¹⁸ Os marcadores temporais, portanto, não são tomados pela via da precisão de ocorrência dos acontecimentos, cristalizando-os em um determinado ponto da linearidade criada para a contabilização e sequenciamento do tempo, mas enquanto expressão de pensamento circunscrito em um determinado arranjo de verdade e, portanto, organizadores das relações de poder.

¹⁹ A denominação de Cidade Morena faz referência à cor da terra, “remetendo também à noção de solo fértil, dadivoso e propício às culturas agrícolas, uma das fontes de manutenção da vida” (Castilho & Moro, 2015, não paginado).

CENÁRIO I: GRANDE CAMPO

Giovana — Venha! Não fique parada (o), pegue ali na mesa aquela placa que o Benjamin carregava. Chegou a reparar no que está escrito? Acho que podemos usá-la para colocar na entrada do cenário. O que você acha?



Os versos inscritos na placa são a primeira estrofe do Hino de Campo Grande, atual capital do Estado de Mato Grosso do Sul e, mesmo em apenas quatro linhas, conta bastante a história – aquela ensinada nas escolas – de constituição da cidade. Não é uma inverdade que quando José Antônio Pereira – conhecido como fundador da cidade – e sua comitiva migraram de Minas Gerais, em 1873, encontraram isso: um grande campo. O encontro de dois córregos – Prosa e Segredo – abrigou o acampamento no Arraial de Santo Antônio de Campo Grande, primeiro nome dado a esta terra. Trubiliano (2012) aponta que foi no ano de 1889 pela Lei Estadual nº 792 que o pequeno aglomerado de boiadeiros foi transformado no Distrito de Paz de Campo Grande que pertenceu à Nioaque até 1918 quando foi emancipado pela Lei nº 772. O autor destaca, ainda, a localização estratégica desse pedaço de chão “num ponto que ligava vários caminhos em todas as direções cardeais” que possibilitou “um aumento significativo do número de viajantes e comerciantes que transitavam pelo local” (Trubiliano & Júnior, 2008, p. 246).

Essa Senhora – se lembra que lhe disse no início do rolê que a idade da nossa personagem era duvidosa? - cujas rugas insistem em denunciar os efeitos do tempo, não pode ter sua história descolada da história de Mato Grosso do Sul – MS. Visto que “mesmo no período em que Campo Grande não despontava como importante cidade do Estado de Mato Grosso, ali já era território ambicionado por elites estaduais” em razão das “possibilidades

econômicas da região” (Trubuliano, 2012, p. 111). Além disso, apesar de somente no ano de 1977 o grande Estado de Mato Grosso – MT, ter sido dividido em dois: ao norte MT cuja capital permaneceu sendo Cuiabá; ao sul MS sendo Campo Grande a personagem principal, o crescimento populacional vinha acontecendo desde o início do século XX. Para Trubuliano (2012) dentre as razões para o crescimento populacional se destaca a ligação da região com outras áreas do país através da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pois “facilitou a vinda de um grande contingente de migrantes do Sul e do Sudeste, de imigrantes japoneses, alemães, russos e búlgaros”, somado ao fato de a Estrada de Ferro ter contribuído para “a transferência do foco comercial de Corumbá para Campo Grande, atraindo as comunidades libanesa, síria, armênia e turca” (p. 111).

É interessante contextualizar, contudo, que o processo de povoamento da região sul do antigo estado de Mato Grosso não se deu ao acaso, mas, sim para garantir a soberania nacional sobre as terras (Bertholi, 2012) e mais: esse processo de povoamento não significa que o espaço era inabitado, Bertholi (2012) aponta que diversos povos indígenas viviam na região “muito antes da chegada do colonizador” (p. 32). Além disso, os povos indígenas já se encontravam na região de fronteira, o que inclui o atual Estado de Mato Grosso do Sul, desde o século XVI, como destaca Lima e Urquiza (2015, p. 117) “bem antes da chegada dos colonizadores europeus”. Além disso, as questões envolvendo posse e demarcação territorial entre fazendeiros e indígenas contribuí para estatísticas de violência contra estes últimos, colocando Mato Grosso do Sul entre os Estados com maior índice de violência contra povos indígenas (Lima & Urquiza, 2015). A extensão e características territoriais do atual Estado de Mato Grosso do Sul possibilitou tanto “culturas comerciais modernas” quanto o “desenvolvimento econômico e a formação social à luz da trajetória da *pecuarização*” (Bertholi, 2012, p. 19-20).

Bertholi (2012) ressalta que a conformação espacial que possibilitou a produção pecuária e, assim, a identidade sul-mato-grossense pode ser traduzida em oito momentos, sendo eles: 1. No século XVIII o início da atividade como subsídio das ações mineradoras; 2. No século XIX, após a Guerra do Paraguai, enquanto parte da constituição das atividades fundiárias; 3. Entre o fim do século XIX e início do século XX como efeito dos trabalhos da Companhia Mate Laranjeira²⁰; 4. Período pré e pós Primeira Guerra Mundial quando ocorreu

²⁰ Grande empresa de exploração de mate nativo. A erva-mate foi, especialmente durante os séculos XVII e XX, um foco econômico importante. No Brasil, a árvore da erva-mate é nativa de áreas como Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e o extremo sul do atual Mato Grosso do Sul – antigo Mato Grosso (Queiroz, 2015).

a expansão dos capitais estrangeiros e do mercado internacional; 5. Momento entre as primeiras metades do século XX em que houve expansão do mercado de carne “a implantação dos frigoríficos no estado de São Paulo e a intensificação do transporte ferroviário pela Noroeste do Brasil²¹” (p. 20); 6. Mercado pela expansão de novas culturas pelo cerrado, realizadas através de ações políticas como a “marcha para o Oeste”²² e a diversificação e aumento das “fronteiras agrícolas” (p. 20); 7. Mercado pela reorganização interna em razão da crise de 1980; 8. Mercado pela “abertura e consolidação dos mercados acompanhada pelas estratégias de inovação frente às exigências da competitividade internacional” (Bertholi, 2012, p. 20).

Trubiliano (2012) contribui para a constituição do nosso cenário, além do destaque feito por Bertholi (2012) com relação à pecuária, a importância da cidade no que se refere ao estabelecimento de uma zona de mercado, possibilitada pela “localização estratégica, num ponto que ligava vários caminhos em todas as direções cardeais” (Trubiliano, 2012, p. 110). Nosso cenário precisa, então, de um espaço para a pecuária e um para algumas casas de comércio.

Foucault — Mas de que modo vamos dispor as coisas?

Giovana — Onde estão os materiais da minha pesquisa?

Agamben — Quais? Aqueles papéis?

Giovana — Sim, os papéis. Onde estão?

Foucault — Aqui! Fiquei curioso para ler, então peguei emprestado.

Giovana — Pronto, obrigada! Pois vamos ver como organizaremos as coisas. Oliveira Neto (2003) vai ser muito útil em nosso empreendimento, diz ele que a cidade foi pensada para ter ruas largas, retas – muitas de mão única – e cortarem o espaço “em forma de tabuleiro de xadrez” (p. 18). A rua 14 de julho, neste cenário, será uma das mais importantes, pois, é por ela que todas as novidades e “as principais realizações da humanidade” serão apresentadas à “sociedade campo-grandense” (Oliveira Neto, 2003, p. 28 – 29).

Benjamin — Mas essa rua servirá somente para comércio?

Giovana — Não.

²¹ Estrada de ferro que, em conjunto com a construção de Linhas Telegráficas Estratégicas, de Mato Grosso até o Amazonas, serviu de rede para defesa da fronteira, além de contribuir com a expansão das cidades e com o povoamento. Segundo Trubiliano (2015, p. 234) “a ligação da Estrada de Ferro, via Bauru, viabilizava a importação de mercadorias e possibilitava a chegada de imigrantes que vinham não apenas para trabalhar nas obras, mas para fixar residência e obter emprego).

²² Foi um “projeto governamental que buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, região distinta do litoral no que dizia respeito ao desenvolvimento humano e econômico” (Galvão, 2011, p. 2).

Oliveira Neto — Durante as décadas de 1950/60, era justamente após o encerramento das atividades do comércio que a 14 de julho se tornava mais agitada, praticamente tomada pelos jovens que a pé circulavam no *footing*, caminhando pelos seus bares, no trajeto entre os cinemas da rua Dom Aquilo e da avenida Afonso Pena, em busca dos encontros, das conversas, ou seja, dos contatos sociais (2003, p. 32).

Agamben — Mas isso gera uma confusão danada hoje em dia, não é?

Giovana — Sim, mas discutiremos isso quando montarmos o outro cenário. Por hora vamos nos concentrar em montar este. Tome, pegue estes materiais, precisamos continuar.

Agamben — O que é isto?

Giovana — É o Código de Posturas, aquilo que, segundo dizem, organizou o modo como os habitantes estabeleceram relações com o espaço.

Foucault — De quando é esse documento?

Giovana — 1905. Por quê?

Foucault — No início você disse que os migrantes chegaram aqui em 1873, mas o Código é de 1905.

Giovana — Sim, ocorre que desde a chegada dos migrantes – e imigrantes – houve todo um processo através do qual o território foi progressivamente organizado, o que fez com que fossem elaboradas estratégias de administração da população que passou a viver ali. O Código de Posturas de 1905, elaborado quando Campo Grande era uma Villa, tratava desde questões relacionadas à economia, asseio dos açougues e mercadorias afins, das práticas proibidas na Villa, sobre a limpeza, disposição dos terrenos e obras públicas, sobre o cemitério, além de determinar quais reuniões eram proibidas. Somado a tudo isso, determinava as punições aos infratores (Código de Posturas, 1905). Acredito que seja preciso nos determos em dois pontos principais sobre o Código, para nossas discussões: 1. O cemitério e sua relação com a saúde e higiene da Villa; 2. As reuniões proibidas e o processo de urbanização que demandou toda uma série de saberes sobre o espaço/população.

O CEMITÉRIO, A VACINA, O ESCRAVO

Pode não ser evidente – palavra de sentido cruel e perigoso – mas em Campo Grande há, desde seus primeiros habitantes, uma divisão social bastante marcante. O cemitério não se exclui desse jogo. Souza (2011) conta que o diferenciava a origem socioeconômica do defunto era a região da cidade na qual a morada final estaria localizada, sendo que “os ricos iam para o Santo Antônio, enquanto os pobres para o cemitério do Cruzeiro ou para o cemitério de Santo Amaro” (p. 341). No que compete ao Código de Posturas (1905), nesse período não havia um regulamento especial sobre os serviços relacionados aos Cemitérios, contudo, estabelecia-se no inciso segundo do 14º artigo que “todo o cadáver devera ser enterrado de modo que fique pelo menos seis palmos abaixo da superfície da terra, não podendo ser enterrado mais de um cadáver em cada cova” (p. 3).

A urbanização do grande campo atinge, assim, os cemitérios pela necessidade não de afastar os mortos, mas aquilo que colocaria em risco a saúde dos vivos. Toda uma preocupação com a contaminação do solo e temor relacionado à proliferação de doenças advindas do mórbido faz com que sejam criadas medidas sanitárias, ambientais e de saúde. Catando sobre esse assunto, aprendi que o necrochorume é um líquido liberado pela putrefação dos cadáveres e sua composição faz com que as atividades microbianas aumentem (Carneiro, 2009) contribuindo para o surgimento de epidemias. O Foucault (1984) bem lembrou que, no século XVIII, houve todo um medo e angústia em relação à cidade, tanto no que concernia aos efeitos da urbanização, como também das epidemias. Relacionado ao processo de urbanização temos um conjunto de questões: o crescimento desordenado de habitações, a ausência de condições sanitárias, o aumento da circulação de pessoas e, com isso, também de doenças. É preciso apenas indicar que o processo de urbanização, no Brasil, se dá nas décadas iniciais do século XX, período no qual “as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico” (Maricato, 2013, p. 151). No Brasil, no que diz respeito aos cuidados a serem tomados acerca dos cemitérios, as medidas datam do século XVIII – XIX período no qual começam a ser criadas medidas legislativas sobre o assunto. Carneiro (2009) chega a mencionar que no ano de 1801 uma carta régia de Minas Gerais proibia o sepultamento de corpos nas igrejas e “ordenava ao governador da capitania que procurasse, com auxílio do bispo, fazer construir cemitérios separados da cidade” (p. 8).

Voltando à construção do nosso cenário, as questões sanitárias não se resumiam ao cemitério, mas a um conjunto de Posturas em relação à vacinação das crianças, a título de obrigação estando todas as pessoas não vacinadas “obrigadas a ir a Câmara Municipal nos dias que forem por esta designadas” e não apenas isso: também os “filhos curatellados e tutelados, fâmulos, escravos e em geral, qualquer pessoa que esteja em seu poder ou guarda” (Código de Posturas, 1905, p. 3). Àqueles que infringissem a determinação deveriam ser punidos com a multa 10\$000 reis ou quatro dias de prisão além de seus dependentes terem que ser vacinados.

Desse excerto destaco duas questões: a. os escravos; b. a obrigação da vacinação. É sabido que em 13 de maio de 1888 a Princesa Imperial Regente, Princesa Isabel, declara extinta a escravidão no Brasil (Brasil, 1888). No nosso rolê a gente até gostaria, mas não é possível acreditar em fábulas legislativas, assim não é uma lei que determina o cessar de certas práticas, muito embora regulamente as ações. O destaque para a questão dos escravos a qual o Código (1905) menciona se refere ao fato de o mesmo ser um dispositivo jurídico ilegal, nesse aspecto, ao legislar sobre um elemento que foi, em esfera superior, extinto. Vale dizer que a questão sobre a utilização do termo escravo, mesmo após sete anos de abolição, e seus efeitos não serão discutidos na presente escrita. Por não se tratar de negligência em relação ao assunto, destaco que James Houlston (2013) em seu livro “Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil” dedica toda uma seção de sua obra a inclusão de sujeitos à categoria de cidadão brasileiro.

O que o Código (1905) dá visibilidade não é apenas a essa condição grotesca da sua existência, mas a uma prática que ainda era existente – e que, no presente, ainda o é se pensarmos, na exploração do trabalho infantil ou em fazendas pelo Brasil. No ano de 2011, inclusive, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou uma cartilha intitulada “Manual de Combate ao trabalho em condições análogas às de escravo”, na qual busca elaborar condutas e abordagens para garantir o direito dos trabalhadores e punir os responsáveis pelas práticas ilícitas no campo do trabalho (Brasil, 2011).

Sobre a obrigação da vacinação temos aí a dupla função do Código: regulamentar “posturas” e punir os infratores. Por falar nisso: o que são posturas? Todo o Código é escrito na voz ativa do verbo, indexando as ações regulamentadas a um sujeito. Assim é que “ninguém poderá matar ou esquartejar rezes para o consumo, a não ser dentro do Matadouro público”, ou “obstruir as ruas com materiais para construção”, ou, ainda, quando determina que todas as pessoas vacinadas são obrigadas “a ir ou mandar os vacinados a Câmara

Municipal, oito dias depois a fim de verificar se o estado da vacina” (Código de Condutas, 1905, p. 2-3). As posturas são, você pode ver, a conduta – ou comportamento, ou, no fim, os próprios habitantes do lugar. A primeira função do Código dá visibilidade ao conjunto de medidas tanto de caráter individual, quanto coletivo e, também, da organização da Villa de Campo Grande, constituindo-se, portanto, em uma tecnologia de gestão (Foucault, 2008a, 2008b). A segunda função, punir os infratores, nos permite seguir para a discussão do segundo ponto destacado: as reuniões proibidas.

Antes de seguirmos, gostaria que nos detivéssemos um pouquinho para pensar sobre a proibição de reuniões – sem querer adiantar muito a discussão, é claro. E por que essa questão é necessária? Quando eu tive acesso ao Código de Condutas e minha leitura alcançou o tópico das proibições, por um instante me surpreendi pelo alerta que as reuniões suscitavam – suscitaram e suscitam. O rolezinho no *shopping* é uma dessas ações suspeitas que despertam o Cidadão de Bem de seu sono tranquilo embalado por melodias – supostamente – seguras.

A proibição de atividades ou manifestações, além de reuniões, também esteve em cena no ano de 1968 com o Ato Institucional nº 5 (Brasil, 1968). Não estou equivalendo o Código de Posturas, os Atos Institucionais do período referente à ditadura militar – evento ao qual não atribuo maiúscula propositalmente – e as operações direcionadas à juventude rolezeira. Tomo apenas o as proibições à reunião de pessoas. O que está em jogo? Um levante – como em um motim? Não, mesmo sendo possível. A tentativa de conter os revoltosos, desordeiros? Bem, talvez... muito embora os atos de contenção serem posteriores a ocorrência de um determinado evento.

Talvez fosse melhor inverter a questão, colocando-a do seguinte modo: “o que as proibições a reuniões colocam em jogo? ”. Ora, elas não colocaram em jogo somente a função repressiva e negativa (Foucault, 1988), mas, também – e principalmente – fazem falar, circular e dão visibilidade às lógicas que as sustentam. As proibições dão visibilidade não à linha que divide o legal do ilegal, mas, justamente à quais sujeitos são atribuídas condutas perigosas – ou, no limite: potencialmente perigosas.

Vale dizer que no Código de Posturas as “proibições” diziam sobre atos: eram as bulhas, as algazarras, as paredes rabiscadas aquilo ao qual eram atribuídos o caráter irregular. No rolezinho os atos são irrelevantes – ou pouco importantes no conjunto dos acontecimentos. Não se trata propriamente do rolezinho, mas do rolezeiro. Isto, contudo, discutirmos adiante. Por hora, voltemos ao Código.

REUNIÃO PROIBIDA E OFFENSAS A MORAL

As reuniões e ofensas à moral não eram apenas proibidas, mas “expressamente proibido”. Certamente meus Ajudantes e eu seríamos punidos, visto que o Art. 45 do Capítulo 10 apresenta das seguintes proibições:

§ 1º Fazer-se bulha ou algazarra e dar-se gritos a noite.

§ 2º Fazer-se sambas, Catiretes, ou outros quaesquer brinquedos que produzam estrondo ou vozeria dentro da Villa.

§ 3º Proferir-se palavras obscenas ou licenciozas que offendam a moral publica.

§ 4º Escrevinhar nas paredes das casas, ou muros ou desenhar figuras indecentes ou garatujas. Os infractores d'este art. e seus paragraphos ficam sujeitos a multa de 10\$000 ou cinco dias de prisão (Código de Posturas, 1905, p. 10).

Os parágrafos 1º, 2º e 3º fazem parte de um conjunto que visa à preservação da ordem pública. Não me pergunte como eu sei, mas bulha significa desordem – talvez eu saiba em razão de minhas perambulações pelos mundos da palavra. O curioso desse artigo é incluir como proibição algo que, atualmente, denomina-se pichação ou as “figuras indecentes ou garatujas”. Veja que a manutenção da ordem pública e as pichações são incluídas nos vetos à conduta que seriam produto da reunião e que ofenderiam a moral. As práticas de administração da Villa serão fundamentadas no Código de Posturas que aglutina em sua estrutura, e funções, uma espécie de código civil, penal, plano diretor e política de saúde – nomes atribuídos com todo o excesso de cuidado, visto que os anacronismos resultariam em um mal-entendido lastimável.

Trubiliano e Silva (2013) em um artigo sobre o Código de 1905, compreendem este enquanto aquilo que em si reúne questões de ordenamento e de controle do espaço social. Destacam, inclusive, que “sob o signo do progresso ordeiro” o regime político-social no Brasil “passou a combater todo e qualquer tipo de sublevação popular no país [...] em nome da manutenção da ordem pública e dos interesses do conjunto da Nação” (p. 197). Todo um conjunto de acontecimentos de ordem nacional cuja máxima baseada no progresso, modernização, caráter científico/sanitário/social/moral culminaram na produção, nas primeiras décadas do século XX, de documentos locais – os Códigos de Posturas – que

tinham o objetivo de “reger as relações sociais, tanto no âmbito coletivo quanto no individual” (p. 199).

Juntamente com o progresso e modernização, aparecem os focos de riqueza. A Vila de Campo Grande foi, aos poucos, se transformando na “cidade primor” que atraía por ser “de joias escrínio aberto” aqueles interessados em fazer a vida no sul do Mato Grosso. O processo de urbanização, portanto, fez da cidade um produto de práticas através de intervenções, planejamentos e organizações do espaço. Posteriormente ao Código de 1905, implanta-se, em 1909, a regulamentação sobre o alinhamento das ruas e praças, o que fez com que Campo Grande fosse a primeira cidade a ter uma “planta urbana desenvolvida e aplicada” (Batiston, 2014, não paginado). Essa planta teve como uma das razões a instalação da 5ª Brigada Estratégica que, por necessidade de proteção da fronteira, deveria ser realizada em Campo Grande. Themístocles Paes de Souza Brasil, engenheiro militar, foi o responsável por realizar o “Memorial descritivo dos trabalhos da medição e demarcação das terras destinadas ao Rocio da Vila de Campo Grande”, documento este datado de 1910 (Brasil, 1910). Além disso, segundo Campestrini (20--, não paginado) desde o ano de 1892 “Presidente da Província de Mato Grosso baixou a Lei n. 20, determinando o reexame de todos os títulos de posse. Os proprietários deviam apresentar prova de morada habitual e de exploração da terra”. Ainda segundo Batiston (2014) uma série de levantamentos foi realizada até que os atuais Planos Diretores, obrigatório nas cidades com mais de vinte mil habitantes, fossem criados. Dentre essa série de levantamentos, encontram-se os: topográficos, uso do solo, habitações e áreas vazias. Cabe mencionar que somente após a criação do Estatuto da Cidade (2001) os Planos Diretores passaram a ser elaborados com a participação popular, através de audiências públicas.

Todas essas ações podem ser compreendidas enquanto a constituição de saberes sobre o espaço/população associados aos quais teremos, também, uma série de sanções às condutas. Com o aumento de propriedades e do contingente populacional outros dispositivos foram produzidos para a manutenção da ordem, bem como para que o progresso tivesse espaço. Os Códigos de Posturas – e os posteriores planos de urbanização – emergem, então, pela necessidade de dar forma a um espaço para que algo como uma gestão das multiplicidades que nele circulam seja possível; possibilita, também, visibilizarmos o modo como se inscrevem no social as relações político/econômicas, a partir de práticas que constituem isto que, no presente, é a Cidade, esta, contudo, não é apenas efeito, mas produz/demanda práticas.

APELO DE PACIÊNCIA
AS ORDENS DO PROGRESSO

No rolê, às vezes, é preciso parar e tomar um fôlego, então, acredito que este seja o momento. Assim, antes de encerramos a construção deste primeiro cenário – Grande Campo – apelo à sua paciência e digo mais duas ou três palavras sobre as ordens do progresso.

Benjamin (1915/1986c) denuncia a eternização do tempo, cuja máxima é a produção de monumentos históricos, alegando que, esse tipo de concepção da história, negligencia o presente. A crença operante é que aqueles que venceram e contribuíram para o crescimento da cidade foram os trabalhadores que pelo poder – conquista –, prosperidade – trabalho duro – e altruísmo – operacionalização mais em uma dimensão moral por parte daquelas condutas que aderiam à proibição de reuniões e ofensas à moral – fizeram do pouso de boiadeiros o destaque econômico desta região centro-oeste.

Essa história – a “oficial” – contada acerca da constituição de Campo Grande – MS é uma história da vitória daqueles que insistiram, determinados pela força do progresso, na independência de um espaço que se tornou estratégico para o desenvolvimento do país.

Benjamin — A gestão desse espaço e da população que o habita faz parte da tempestade do progresso!

Giovana — Veremos, adiante, que toda essa produção de cartões postais não se restringe ao centro da cidade, Benjamin. A Barbárie ajudou a construir espaços de segurança, o *shopping* é um deles.

Benjamin — E a Juventude não entra no cartão postal?

Giovana — Uma parte dela sim, como aquela que está em *outdoors* fazendo propaganda das melhores escolas – particulares – que fazem da cidade, além de limpa e segura, exemplo de investimento na educação e futuro do país.

Benjamin — Mas, e a outra parcela da Juventude?

Giovana — Esses estão no rolê que não quer destruir os *shoppings*, museus ou placas em homenagem a personalidades. Eles estão no rolê denunciando a Barbárie que, na história, colocou (e coloca!) em jogo suas vidas que continuam a ser deixadas pelo caminho aberto pelas ordens de grandeza e prosperidade do progresso.

CENÁRIO II: CAMPO GRANDE

Nosso rolê agora tratará de construir o segundo cenário, não mais o grande campo, mas Campo Grande, cujo sacrifício, no passado, em nome do progresso, transformou-a na planejada Cidade Morena. A ideia da montagem e da escolha dos figurinos de nossa cidade-personagem é o de pensar a lógica a partir da qual uma certa forma de funcionar é instaurada, colocando em jogo o rolê e a Juventude. Isto é, pensar como se produzem e operacionalizam-se práticas que, em alguns espaços, permitem o rolê e aqueles nos quais o mesmo é um problema a ser combatido ou, ainda, pensar sobre os efeitos das práticas cotidianas que tomam a vida, modificam as relações entre os sujeitos, a organização dos espaços dentre outros.

O jogo de planejamento da cidade não inclui certas presenças, mas conta fielmente com a chance de produzir expulsões. De modo análogo ao que fizemos no primeiro cenário, montaremos nosso palco a partir de materiais catados aqui e ali pelas perambulações nas ruas, jornais amassados, conversas ouvidas nos transportes coletivos, enquanto transeuntes, enquanto passeantes, mas sempre catando, para voltar com os bolsos fartos. Diante de uma Campo Grande moderna e planejada, daremos visibilidade às suas ruínas. Não aquelas que denunciam a destruição ou envelhecimento pelo tempo, mas os vestígios que nos dão sinais daquilo que tem sido produzido em nome da Segurança e da ordem.

A Segurança aqui não é tanto o campo da segurança pública, mas sim um personagem que se alimenta das práticas de segurança, tomadas a partir de sua lógica. Acredito que essa aposta implica um duplo deslocamento: 1. Deslocamento das corporações e dos agentes para uma leitura daquilo que organiza, sustenta, fomenta e produz práticas de segurança; 2. Deslocamento da infração como transgressão da lei, para uma infração entendida como a própria vida daquele que pode vir a infringir a lei.

DAS CORPORAÇÕES E DOS AGENTES PARA AS PRÁTICAS DE SEGURANÇA

Ao fazer este primeiro deslocamento tenho o propósito de não criar uma cisão entre aquele que seria o responsável por garantir a segurança e aqueles que oferecem risco e produzem desordem, em outros termos: polícia *versus* bandido. Esse objetivo faz parte de um conjunto de preocupações dentre as quais está a não culpabilização dos sujeitos. Eu explico: não se trata de culpar policiais pela violência, truculência em relação ao jovem ou adulto que, de algum modo, infringe a lei. Vi uma imagem em uma rede social no período em que as rebeliões em presídios de Manaus contabilizaram dezenas de mortos, início de 2017. Na imagem havia um homem segurando o que parecia ser um taco de *baseball* em que estava escrito *Direitos Humanos*. A imagem acompanhava um texto sobre o modo como os teóricos dos direitos humanos defendem bandido enquanto policial é morto enquanto protege a paz. Pouco instrutivos, mas bastante interessantes – apesar de ser difícil ler, às vezes – são os comentários em postagens desse tipo, também em redes sociais ou em jornais *online*. A tendência nessas discussões é uma polarização que, frequentemente, não faz mais do que afundar o chão por onde se pisa sem se sair do lugar produzindo não apenas equívocos no que diz respeito aos direitos humanos, às questões sociais que atravessam os conflitos como, mais seriamente, a banalização da violência. A proposta, portanto, é pensar a lógica que constitui o campo das possibilidades de emergência de práticas.

No que diz respeito ao campo da segurança pública, Lima, Bueno e Mingardi (2016) afirmam que, desde sua criação, houve um processo de submissão “às forças policiais e, mesmo após a constituição de 1988, não consegue ser pensada para além da gestão da atividade policial e da lógica do direito penal”, acrescido a questão de que “as respostas aos fenômenos do crime e da violência nos últimos 27 anos têm se mostrado insuficientes para a promoção de uma sociedade segura e garantidora de direitos” (Lima, Bueno, & Mingardi, 2016, p. 50). De fato, os órgãos que compõem a segurança pública são: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis e polícias militares e corpos de bombeiros militares (Brasil, 1988). Esse conjunto de instituições, somados dos estabelecimentos e regulamentos específicos, bem como dos seus respectivos agentes constituem o campo da segurança pública cuja função é a proteção daquilo que é interior, íntegro e interessa ao Estado, com o objetivo de preservar a ordem e a incolumidade –

segurança, proteção, conservação – das pessoas e patrimônio. É curioso pensar a segurança atrelada a órgãos que operam ações repressivas, especialmente quando se tem em mente que no ano de 2007 foi instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. O objetivo desse programa foi o de melhorar a segurança pública, a partir da articulação de ações de prevenção, controle e repressão da criminalidade. Essas ações seriam norteadas pela promoção dos direitos humanos, fortalecimento da cultura de paz, das redes sociais e comunitárias, modernização das instituições de segurança e do sistema prisional. Ações que se somariam à valorização e intensificação da proposta de reinserção social dos apenados, garantindo acesso à justiça, “especialmente nos territórios vulneráveis”, incentivo à produção de estudos sobre violência e garantia da participação da sociedade civil (Brasil, 2007, não paginado).

Indico, ainda, os focos prioritários do PRONASCI: “população juvenil de quinze a vinte e quatro anos”, dentre os quais aqueles “egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência”, acrescido do foco territorial, sendo estes aqueles que apresentem “altos índices de homicídios e crimes violentos”, além do combate ao crime organizado (BRASIL, 2007, não paginado). E por que é curioso? Bem, justamente pelo fato de que o Programa prevê, não apenas investimentos nos agentes da segurança e nas instituições, mas também coloca em jogo o social como espaço de intervenção. Contudo, em nenhum ponto prevê o uso da violência como ação para o controle e repressão da criminalidade, ou uso de armamento para o mesmo fim. É interessante marcar, entretanto, o fato de que pelo dispositivo da lei 13.022 (Brasil, 2014) instituem-se as normas gerais para a guarda municipal, prevendo o porte de arma. As ações da Guarda Municipal devem seguir os princípios de proteção dos direitos humanos, exercício da cidadania, preservação da vida, compromisso com a evolução social e, ainda mais curiosamente, “uso progressivo da força”, isto é: violência. Destacando, ainda, que dentre as competências da guarda está a função de “coibir infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais” (Brasil, 2014, não paginado). É neste ponto que a pergunta ecoa: como coibir infrações? Seguindo as diretrizes estabelecidas nas políticas de segurança e que se relacionam à educação, preservação dos direitos ou, ainda, fortalecimento das redes comunitárias e participação popular? Não, faz-se, ou pelo menos tenta-se fracassadamente, mas insistentemente, através da intimidação – e das vias de fato propriamente ditas: pelo uso progressivo da força; isto é, pela violência.

Em 2016, após a realização de um curso de 600 horas, a Guarda Municipal passou a usar armas em Campo Grande. A seleção de guardas foi realizada por uma empresa privada que aplicou provas escritas e psicológicas. Segundo o comandante geral da Polícia Militar “a guarda tem um bom relacionamento com a Polícia Militar e faz um serviço de excelência na Capital. A entrega das armas mostra a parceria entre os órgãos” (Oliveira & Rocha, 2016, não paginado). Essa parceria pela segurança acontece pela arma, ou mais explicitamente: pela violência. O secretário municipal de Segurança Pública, também se posicionou sobre o assunto, afirmando que o armamento da Guarda Civil Municipal tinha como objetivo auxiliar a Polícia Militar – gerida pelo Estado – realizando “patrulhamento ostensivo nas ruas, como executar abordagens a suspeitos”, reforçando, a princípio, o policiamento “da região central e outros pontos importantes do comércio na cidade”, além de destacar que não somente armas de calibre 38, mas de calibre 12 estariam disponíveis, entretanto, esta última teria o uso restrito, visto que “é uma arma de impacto psicológico muito forte. Só se muito necessário ela será usada. É um trabalho mais de intimidação visual mesmo” (Ribeiro, 2016, não paginado).

As políticas públicas podem ser compreendidas como um conjunto estratégico de normativas que tem como objetivo organizar uma série de intervenções necessárias a um dado contexto, essas intervenções podem ser a possibilidade de disponibilização de armas de fogo para coibição de possíveis infrações, além da parceria entre uma Guarda Municipal que, a princípio, teria funções de proteção patrimonial, com a Polícia Militar, responsável, também, pela preservação da ordem pública e pelo policiamento ostensivo. Não se trata, portanto, de analisar a constituição e ações da segurança pública enquanto campo, mantendo, assim, as questões no âmbito da técnica, ou seja: explicitando o modo como tem sido as operações dos órgãos, os efeitos de tais operações. Trata-se, sim, de colocar em análise o modo como a lógica de segurança que, além de extrapolar o âmbito da política de segurança, produz práticas de gestão da cidade e da população, especialmente no que diz respeito à juventude (Foucault, 2008a, 2008b). Pensar segurança como uma lógica que produz estratégias de gestão possibilita compreender que a realização de investigações, levantamentos de dados/índices de criminalidade em um determinado território e os fundamentos utilizados para justificar as ações. No caso das operações direcionadas ao rolezinho, a vulnerabilidade e a proteção foram argumentos para o planejamento e execução da intervenção.

DA INFRAÇÃO-LEI À INFRAÇÃO-VIDA

“Ação preventiva é melhor do que a impunidade que essa molecada tem direito! ²³”

Nas conferências, organizadas no livro *A verdade e as formas jurídicas*, que Michel Foucault realizou na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1973, o autor buscou dar visibilidade a como práticas sociais produzem e engendram campos de saber e forjam tanto as condições de possibilidade para emergência de novos “objetos, novos conceitos, novas técnicas”, mas, e principalmente, “formas totalmente novas de sujeito e de sujeitos de conhecimento” (Foucault, 2013, p. 18). Isso significa que não é somente – ou é pouco, inclusive – certa evolução no campo do saber científico que faz nascer objetos, conceitos e técnicas, mas, é o social o espaço no qual tais elementos têm possibilidade de existir e no qual são forjados.

O rolezinho não é crime. Aliás, o inciso XVI do artigo 5º da Constituição estabelece que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização” (Brasil, 1988). Se fosse crime, o rolezinho para doar sangue (Saviani, 2014) teria sido alvo de algum tipo de impedimento não apenas legal, mas interpelado por força policial. Não cabe, também, produzir aqui uma cisão entre ricos e pobres o que daria à discussão um caráter simplista e reducionista, visto que é uma questão delicada e complexa. Contudo, tampouco cabe, aqui, excluirmos as circunstâncias relacionadas à posição socioeconômica do Cidadão de Bem que é contrário ao rolê, pois já houve *Shopping* de classe alta fechando as portas em razão da possibilidade de jovens de periferia darem um passeio no centro de compras (O Popular, 2014). Não houve solicitação de presença policial para conter 700 jovens de paróquias que realizaram um *flash mob* na praça de alimentação para divulgar a Jornada Mundial da Juventude (RS 21, 2013). Tampouco se aciona a rede de proteção da infância e juventude para os alunos de escolas particulares, próximas ao *shopping* – com mensalidades no valor de cursos de graduação – que dão um rolê no almoço ou depois da aula perfeitamente uniformizados. O que está em jogo, então, no rolê para o qual uma operação policial é articulada?

²³ Este subtítulo é a reprodução literal de um comentário em uma das reportagens sobre as ações que tiveram como alvo o rolezinho no *shopping* Campo Grande, no ano de 2017. A Operação de Domingo será analisada no Terceiro Ato.

Pode parecer uma afirmação abrupta, mas, por não se tratar de uma resposta que encerra o assunto, e sim uma abertura para discussão: o que está em jogo é o medo enquanto um dos elementos que organiza uma série de procedimentos, comportamentos e estratégias. Poderíamos dizer, inclusive, que há não apenas uma produção de medo, mas investimentos no medo que têm como efeito não só demandas para o setor econômico relacionado à segurança, mas, e principalmente, a constituição de sujeitos/espacos/situações/horários aos quais se deve temer. A Segurança e o Medo, aquelas criaturas fantásticas nas quais o Cidadão de Bem acredita, sinalizam os caminhos e não esperam que a lei seja transgredida para que uma infração seja possível. A infração, nesse conjunto de relações, não será indexada a uma lei, mas a uma vida.

Foucault — Você consegue explicar melhor sobre essa relação entre a Segurança e o Medo?

Giovana — Acredito que esse é o grande desafio. Bem, por enquanto vamos deixar de lado a Juventude e o rolezinho... Falarei sobre algumas das minhas catações e, assim, vamos conversando. Pode ser?

Foucault — Acho que os outros também podem se interessar. Venham, Agamben e Benjamin, chegou o momento de ouvirmos algumas palavras sobre certas coisas.

Giovana — Aí do local onde você está, o que enxerga? Se eu olhar pela janela eu vejo um muro. No muro alto, uma cerca elétrica. Portões quase que completamente fechados. Tranca na porta, são, aliás duas portas na entrada. E do que chamam isso tudo? Dão a isso, coloquialmente, o nome de segurança. Estamos seguros em casa.

Foucault — Bem, eu discordo...

Giovana — Escute, tenha paciência. Quando alguém fala ou quando lemos algo, precisamos ter paciência. Às vezes, antes de emitirmos algum parecer, precisamos esperar. Podemos continuar?

Foucault — Sim.

Giovana — Pois então, estamos seguros em casa. Mas o que essa segurança coloca em questão? Para produzir essa – suposta – segurança é preciso criar uma série de elementos – caros elementos. É caro estar seguro. Segurança custa dinheiro. O aspecto econômico da segurança foi um dos que catei por aí. Mas veja: econômico, a princípio, no sentido estritamente financeiro/de mercado. Esse espaço seguro não se resume às nossas casas: nos exercitamos em academias fechadas, mesmo existindo algumas possibilidades ao ar livre; os

carros têm travas, alarmes etc. As praças: grades. Mas a questão da segurança que quero discutir não se resume a isso que acabo de dizer.

Agamben — E por que você disse?

Giovana — Para considerarmos que elas se inserem em um campo bastante delicado de relações. Delicado não por ser frágil, mas que demanda uma discussão atenta.

Benjamin — Atenção com os rumos dos ventos, não é?

Giovana — Também Benjamin, também.

Foucault — E qual é esse campo do qual você fala?

Giovana — Lembra-se que fizemos os deslocamentos para pensar a segurança como lógica?

Ajudantes — Sim!

Giovana — Pois bem, a distribuição das relações/coisas nesse campo não será da ordem da divisão entre aquilo que é proibido ou permitido. A segurança é um elemento que será inserido num conjunto calculável de acontecimentos.

Foucault — Assim como o roubo, não é mesmo? Pois aquilo que chamei de dispositivo de segurança, tomando como fenômeno o roubo, se relacionará a uma certa “série de acontecimentos prováveis”. Aliás, também as intervenções serão colocadas em jogo, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento de um limite “do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir” (2008a, p. 9).

Giovana — Sim, compreendendo desse modo, o dispositivo de segurança (Foucault, 2008a) não é apenas câmera de vigilância, ou as grades que foram instaladas ao redor da praça Ary Coelho ou, ainda, os alarmes que acompanham os produtos e soam quando detectados nas portas de lojas. Compreende todo um cálculo das possibilidades de ocorrência de um evento, é, também, o conjunto de articulação entre diversas instituições que tem como função capturar, regular, estabelecer parâmetros, designar intervenções, prescrever condutas. É, assim, todo um arranjo que mobilizará a ordenação de um espaço, de práticas e, desse modo, movimentos, reordenamentos, reconfigurações.

Foucault — Não vai ser só um elemento negativo, no sentido de que opera proibições e interrupções de fluxos, mas é, também, carregado de positividade. Isto é, cria arranjos e rearranjos nas relações, produzindo movimentos (2008a).

Giovana — Sim. É por isso que não se trata de produzir argumentos baseados em nos direitos legitimados tanto na Constituição Federal (Brasil, 1988) quanto nas legislações específicas, do ECA (Brasil, 1990, não paginado), ou do Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Porque não é segredo algum que se deve “promover o território como espaço de integração” (Brasil, 2013, não paginado). Esse espaço no qual a população jovem circulará e, não apenas se deslocará de um ponto a outro, mas fará trocas, estabelecerá relações, resistirá a determinações estabelecidas em lei, criará demandas, esse espaço é a cidade. A questão não é bater o martelo no prego das violações de direitos, aliás, esse prego já está entortando faz tempo.

Benjamin — E qual você pensa ser a questão?

Giovana — O caminho que tenho feito é o de interrogar a cidade, pois ela além de se constituir enquanto um dos elementos de gestão, vai ser alvo de regulações das atividades que podem ser exercidas, dará visibilidade ao modo como a circulação vai acontecer.... E, ao mesmo tempo, o cenário da cidade será efeito de um projeto político. Nesse aspecto, a partir do que temos discutido, o que se aponta é essa emergência de um projeto fundado em uma lógica de segurança que produz, através do investimento no medo e consequente criminalização de certos sujeitos, inimigos.

Foucault – Mas o que está em jogo no medo do rolezinho?

Giovana – O medo é de a rua extrapolar a rua.

APELO DE PACIÊNCIA MEIO-FIO

O modo como para o rolezinho têm sido direcionadas práticas de gestão da circulação da juventude e o tipo de abordagem utilizada, dão visibilidade ao fato de que a infração-vida, diferentemente da infração-lei, não precisa previamente de um ordenamento jurídico que a estabeleça, apontando para a constituição de uma vida que desde já é culpada de sua existência. O medo não é do rolezinho, do pulão, da infração: é da destruição da fábula de segurança na qual seria agradável viver. O *shopping* é um dos espaços nos quais a fábula se situa e como em toda ficção desse tipo: as lições de moral dão visibilidade à produção da luta do bem contra o mal.

TERCEIRO ATO

PERSONAGENS

Cidadão de Bem
 Cidade
 Defensoria
 Juventude
 Justiça
 Lei
 Medo
 Mídia
 Polícia
 Promotoria
 Segurança

ÉPOCA: Presente

LUGAR DA CENA: Shopping Campo Grande

[A cena transcorre no *shopping* e imediações. A Juventude, um encontro. A Polícia - que não foi convidada - compareceu e acabou com o evento. A Justiça mandou a Promotoria e a Defensoria passarem por lá. O Cidadão de Bem estava no *shopping* e alimentou o Medo, pois também não havia sido convidado para o encontro, tampouco consultado sobre o mesmo. O Cidadão de Bem e a Juventude caminham pelos corredores do *shopping*. Na escada rolante, o primeiro contato direto]

CENA I

Juventude (retira do bolso da calça um celular) — Hei, olha a *selfie*! OW! Olha pra *selfie*! “Vamo tirá” uma pra postar! (*todos olham, então, para a câmera*).

Cidadão de Bem (incomodado com a gritaria e com o tumulto ao sair da escada, reclama) — Me deem licença! Estão atrapalhando a passagem!

Juventude (*todos olham e riem*) — Calma aê que nós “tamo” tirando uma *selfie*. Tá com pressa, passa logo!

[A Juventude se direciona a uma das lojas e o Cidadão de Bem segue seu passeio. Muitas pessoas circulam pelos corredores].

CENA II

Mídia (atropelando todos os outros envolvidos, é a primeira a dar notícia do ocorrido) — a Juventude marca rolezinho no *shopping* e lojistas, temendo arrastões, acionam as autoridades competentes.

Promotoria (calmamente se justifica) — As ações são pela proteção da própria Juventude e manutenção da ordem!

Defensoria (chegou depois que a cena já havia transcorrido, e fala apressadamente em tom de reprimenda à ação da Polícia) — A Juventude não deve ser apreendida, salvo em caso de flagrante de ato infracional.

Cidadão de Bem (vocifera sobre o caso, defendendo a Polícia) — Chega de baderna! Deixa a polícia trabalhar! Nós precisamos de mais Segurança!

Polícia (fala em tom de desabafo e culpa a Lei pela falta da Segurança) — Tá vendo, a polícia prende e a Lei solta.

Juventude (fala, entre si, ao fim da cena. Não são consultados sobre o ocorrido) — Foi só um *rolê*, a gente não marcou arrastão. O convite foi: *se pá, cola no rolezinho no shopping*.

[A Lei não se pronunciou, porque a Juventude não havia feito nada contra ela. Enquanto tudo isso acontecia, a Cidade assistia atônita ao fuzuê no Rolezinho].

O MEDO DA RUA EXTRAPOLAR A RUA

Chegou o momento de lhe contar sobre o encontro com a Juventude que mudou os rumos do meu rolê. Mas não foi com qualquer Juventude, foi com uma parcela bem específica: aquela que ao pegar o *busão* para ir ao *shopping* curtir com a galera são atribuídas a prática de não pagamento da tarifa do transporte coletivo; aquela que, andando na rua desperta o Medo do Cidadão de Bem; a juventude do *rap* da Orla e do Horto Florestal – lugares nos quais sua presença é tolerada o que implica uma articulação entre gestão da população e gestão dos espaços – da cidade; a Juventude que leva a rua e a micropolítica do rolê para dentro dos espaços seguros criados pelo/para o Cidadão de Bem.

APELO DE PACIÊNCIA

ANTES, UMA NOTA

Quando afirmo que a juventude para a qual têm sido direcionadas práticas violentas é uma parcela bastante específica dessa população - e não a categoria juventude como um todo - não é com o objetivo de colocá-la em uma posição de merecedora de pena e compaixão. Mas para dar visibilidade a um certo número de questões, tais como: os insistentes processos marginalizadores; a desqualificação da vida indexada aos moradores das periferias da cidade; a constituição de uma população que é alvo de práticas criminalizadoras; ao modo como a produção de conhecimento subsidia essas práticas que acabo de indicar; a questão de que essa juventude não precisa que lhe seja dada a voz, o que não implica que se essa mesma juventude quisesse poderia reverter a situação na qual se encontra, pois isso implicaria uma adequação às lógicas que denunciam: o rolezinho denuncia que o rolê em si não é o problema, mas essa infração-vida ameaçada de extermínio, expulsão e pena perpétua, pois é a vida seu crime.

A fome a cada dia faz um ser pro crime
 Ser pobre num é querer nascer humilde
 Requite, age na humilde, mas que vinte
 Periferia é o seguinte, realidade vive
 Pode crer, daria um filme
 Massacre desossado, protege de AR-15
 (Sabotage, 2002, não paginado)

A cidade não é um espaço homogêneo, como você já deve ter reparado. Do mesmo modo são as intervenções para cada espaço dessa cidade. Assim, se no *shopping* são desenvolvidas um tipo de prática, na periferia rola outro, nos parques outro, tendo como efeito não somente uma gestão do espaço, mas especialmente daqueles que nele circulam. Isso implica, ainda, o tipo de relações que serão estabelecidas com os transeuntes. É acerca disso que é preciso tratar agora.

Eu gostaria de falar sobre o conjunto estratégico de ações que foi utilizado para capturar aqueles sujeitos aos quais foi associado a potencialidade do perigo, capaz de comprometer a segurança de outros frequentadores do *shopping*. Para falar disso, contudo, eu preciso contextualizar três questões a fim de que você compreenda a razão pela qual eu digo que existe um medo de a rua extrapolar a rua e, principalmente, porque o extrapolar da rua para dentro do *shopping* fez com que fossem acionadas as instituições da justiça e segurança pública.

Benjamin — Mas por que a rua?

Giovana — Porque, como disse a Beatriz Sarlo “a rua nos recorda, embora de maneira intermitente, que a intempérie existe e que nem tudo está sob controle” (2013, p. 66).

Benjamin — E o *shopping* seria esse espaço de segurança?

Giovana — Sim, mas o que eu acredito que está em questão não é somente a demarcação de uma distância social entre as pessoas, pois isso já é visível nos usos de grades, cercamentos, no modo depreciativo com o qual determinadas populações, especialmente as economicamente pobres, são marcadas (Caldeira, 2011).

Benjamin — E qual seria a sua questão?

Giovana — Minha questão é a de que o medo e a segurança justificarão, legitimarão e autorizarão medidas que, para além da demarcação de distâncias, produzirão a eliminação das diferenças. E essas diferenças serão no nível do extermínio da vida seja ela em termos políticos no ponto em que não está em jogo apenas o exercício de um direito, mas a participação social, visibilidade pública; seja, ainda, extermínio em termos biológicos: a morte pela ação policial, pela ação entre outros grupos de pessoas e demais violências.

Mia Couto (2011) diz, em uma fala durante a Conferência Estoril, que “há, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas” (não paginado) e, ainda, “há quem tenha medo que o medo acabe” (não paginado). O que entendo estar em

pauta na fala feita por Mia Couto é, primeiramente, a produção de um medo que não é um sentimento individual, mas opera no coletivo; e, também, que esse medo é fundamental não só para criar impedimentos, mas, ao contrário, para fazer funcionar a segurança – “os anjos, quando chegaram, já era para me guardarem” (Couto, 2011, não paginado).

O medo da rua extrapolar a rua não é simplesmente pelo risco de a juventude rolezeira realizar roubos no *shopping*, está em questão, principalmente, o espaço sagrado de segurança que abriga o Cidadão de Bem. Se, como Agamben (2007), compreendermos a religião como “aquilo que subtrai coisas, lugares, animais ou pessoas ao uso comum e as transfere para uma esfera separada” (p. 65), não é incorreto concluir que o templo sagrado do consumo e segurança ou, ainda, os enclaves fortificados (Caldeira, 2011) não devem ser violados, tampouco suas doutrinas/regras, transgredidas. Aquilo que realiza e regula a separação entre o sagrado (divino) e o profano (humano) é o sacrifício, constituído por um conjunto de rituais minuciosos. A passagem da esfera humana para a divina não é, contudo, definitiva e irreversível, de modo que “aquilo que foi separado ritualmente pode ser restituído, mediante o rito, à esfera profana” (Agamben, 2007, p. 66).

Profanar significa, assim, restituir para o uso dos homens elementos cuja propriedade é divina, e essa restituição pode ser de dois modos: a. através do contato, onde no rito que efetuará a passagem para a esfera divina, o elemento do sacrifício é tocado por um dos participantes do rito; b. através do jogo: trata-se, no jogo, de fazer uso “totalmente incongruente do sagrado” (Agamben, 2007, p. 66). Há uma aproximação possível entre o rolezinho e a profanação, ao passo em que não apenas a juventude rolezeira faz uso incongruente às finalidades do *shopping*, mas, especialmente, destituem esse espaço de seu uso exclusivo pelo Cidadão de Bem. O medo e a segurança operam o rito de passagem da esfera humana ao sagrado, enquanto que o rolê profana o elemento do sacrifício ao tocá-lo, e joga com os limites que separam as duas esferas.

ROLÊ DE BUSÃO

Eu ouvi de um motorista de *uber*²⁴ que Campo Grande tem tudo o que uma capital precisa, mas com jeitinho de interior. Esse mesmo motorista disse que as coisas na cidade não são longe, mas se equivocou a tomar como parâmetro sua cidade de origem, pois a distribuição espacial de Campo Grande obriga, às vezes, que se faça uso de meios de transporte, dentre os quais: o ônibus. Meus rolês no período da graduação levavam, no mínimo e com sorte – quando conseguia descer de um e, em seguida, pegar outro – uma hora e meia. Isso significa que para eu estar às 7:30 na sala de aula, precisava sair de casa às 6h – sem contar o tempo necessário entre acordar e sair. Assim, dizer que as coisas em Campo Grande são próximas depende do ponto do qual se fala e, principalmente, os serviços aos quais se acessa. Não apenas aqueles que se dirigem ao trabalho, escola ou outro compromisso fazem uso dos ônibus, mas, também, as pessoas que desejam ir até lugares de lazer como parques, *shows*, *shopping* para dar um rolê. É sobre o uso do busão para ir ao *shopping* que falarei agora, mas antes é preciso dizer algumas palavras sobre o transporte público da Cidade Morena.

Em Campo Grande – MS a tarifa atual é de R\$ 3,55, prestes a aumentar, sem modificações adequadas dos veículos nos quais, por vezes, chove dentro quando há chuva fora. Isso mesmo: chove dentro! Não simplesmente “molha”, mas chove. Aliás, chove nos terminais de ônibus também. Para tomar um ônibus é preciso comprar um cartão unitário, ou cartão recarregável, nos postos de revenda ou nos terminais de ônibus. Os terminais são estações nas quais se pode, após o pagamento de uma tarifa de entrada no próprio terminal ou no veículo que tem a estação como destino, seguir em outro coletivo sem pagar uma nova tarifa, de modo que não é possível fazer pagamentos dentro do ônibus.

Dentro dos ônibus existe uma catraca que é liberada quando da apresentação do cartão a um sensor eletrônico. Crianças até cinco anos, idosos, estudantes em seu itinerário escolar e pessoas com deficiência juntamente com seus acompanhantes têm isenção da tarifa, sendo que os três últimos portam um cartão especial para o transporte. Assim que liberado, o passageiro deve atravessar para a parte de trás do ônibus rodando a catraca em sentido anti-horário. Em diversas cidades do país a prática de não pagar a passagem, pulando a catraca, já havia sido

²⁴ Empresa que oferece serviço de transporte de pessoas. Os motoristas se cadastram e, após aprovação, são habilitados a prestar o serviço.

veiculada pelas mídias nacionais, geralmente relacionando a ação à Juventude. Outro modo de não pagar a tarifa ocorre quando a catraca não é rodada totalmente a ponto de travar e necessitar de uma nova apresentação do cartão, assim é possível que uma segunda pessoa consiga passar pela catraca, de modo que dois passageiros são transportados pelo valor de um único.

Com o objetivo de conter a prática de não pagamento da tarifa²⁵ ou de uso irregular da passagem gratuita foram instaladas câmeras logo acima da catraca e anexado o aviso de que aqueles que utilizam cartões especiais de gratuidade devem olhar para a câmera, no ato da apresentação do cartão. Outra estratégia foi a colocação de avisos, nos terminais, de que o não pagamento constitui crime.

A cidade de Campo Grande, MS, tem três grandes centros de compras: *shopping* Campo Grande inaugurado em 1989, *shopping* Norte Sul Plaza inaugurado em 2011 e o *shopping* Bosque dos Ipês inaugurado em 2013. Algumas linhas de ônibus fazem itinerários expressos, o que significa que não entram em terminais que se encontram entre o ponto de saída e o destino, dentre os quais estão as linhas cujo destino são os *shoppings*. Como em Campo Grande existem esses três grandes centros de compras, cada um desses ônibus sai de um terminal base, isto é, o ônibus que vai direto para o *shopping* norte/sul sai do Terminal Moreirão, aquele que vai para o *shopping* Bosque dos Ipês sai do Terminal Nova Bahia e aqueles com destino ao mais antigo centro de compras, o *shopping* Campo Grande, sai do Terminal das Moreninhas, Júlio de Castilho, Terminal Aero Rancho, além de linhas que, saindo do Terminal General Osório, passam em uma rua paralela ao estabelecimento.

Centremos nossa atenção no *shopping* Campo Grande. É importante ressaltar que todo o complexo de bairros da região na qual esse *shopping* se localiza constitui uma parte nobre da cidade, com edifícios comerciais e particulares de alto padrão. Em 2014 esse estabelecimento instalou grades em uma de suas áreas de acesso, justificando que seriam fechadas somente “em períodos em que o local estiver fechado” (Prado, 2014, não paginado). A escadaria localizada na Av. Afonso Pena, foi aquela que recebeu as grades. Em frente ao *shopping*, nessa mesma avenida, existe um terminal de ônibus de grande fluxo que, em horários de grande deslocamento de pessoas, produz dificuldade no acesso às escadarias e,

²⁵ Em Campo Grande - MS, até o momento, somente as câmeras de vigilância são as estratégias utilizadas em casos de não pagamento da tarifa. Em um contexto nacional, nas cidades de Ribeirão das Neves – em Belo Horizonte (Silva, 2016) e Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza – CE (Faheina, 2016), as empresas de transporte coletivo instalaram catracas duplas, isto é, uma na altura do quadril e outra, logo acima, na altura do tórax, com o objetivo de evitar os *pulões*, a prática de pular a catraca.

consequentemente, aglomeração nas calçadas. Existem outros três pontos de acesso ao interior do estabelecimento, entretanto, devido ao fluxo reduzido nos mesmos, não foram objeto de modificações estruturais.

As grades instaladas na escadaria, as catracas dos ônibus, os avisos sobre o não pagamento da tarifa de ônibus dizem mais sobre o modo como a cidade vai sendo organizada em razão dos acontecimentos e das lógicas vigentes, do que meramente sobre um impedimento. Muito embora essa organização da cidade implicará na administração da circulação de certos sujeitos, mas sobre isso vamos discutindo com calma. A interrogação a ser feita não deve ser “o porquê e quem são esses que tumultuam o *shopping* ou pulam a catraca”, mas, sim: como essas práticas dão visibilidade a um conjunto de estratégias que tem como finalidade a produção de sujeitos indesejáveis e as intervenções para os mesmos. Veja: existe uma produção de sujeitos indesejáveis, de modo que esses não são desde já indesejáveis. Com isso, desloca-se a pergunta de uma questão individual, para as condições que possibilitam a emergência de um elemento como problema. Gomes (2014) faz um alerta sobre a proporção que os rolezinhos tomaram no Brasil: “Recordemos: nenhum incêndio começa grande” (Gomes, 2014, não paginado). O que esse alerta – feito no jornal eletrônico *Campo Grande News*²⁶, mídia bastante acessada pela população cidade de Campo Grande - incita/implica? Pois isso: é preciso conter/intervir prematuramente e já nos pequenos indícios de acontecimentos que têm potencialidade de se tornarem um transtorno maior e, portanto, mais difícil de ser controlado/manejado.

Façamos outras perguntas: como os “pulões” dão visibilidade às ordens do progresso? A questão não parece ser tanto o não pagamento de R\$ 3, 55, mas justamente conter a faísca que produzirá o grande incêndio. Não foram raras as vezes em que ouvi posições contrárias aos pulões, tais como: o trabalhador tem que pagar o “passe”²⁷ e esses moleques não. Conter a faísca tem sido uma estratégia utilizada de maneira bastante astuta: o valor da tarifa é ajustado – para mais, sempre para mais – e, em contrapartida, as empresas de ônibus disponibilizam “novos carros”, “novas linhas”. Não, isso não é inteiramente verídico: quem utiliza o transporte coletivo sabe: R\$ 3, 55 é um valor abusivo para a qualidade do transporte. Tudo isso somado às condições das vias públicas. Mas voltemos aos pulões.

²⁶ Esse jornal possibilita que não apenas os jornalistas publiquem reportagens, mas abre espaço para que advogados, juristas e demais profissionais tenham textos de opinião divulgados sobre assuntos diversos.

²⁷ O termo “passe” também é utilizado para fazer referência à tarifa de transporte público.

A quem essa prática incomoda? Destacando, novamente, que esse “quem” não é um sujeito isolado, mas, sim, uma lógica, aquilo que de algum modo organiza, dá o tom, rege as relações. Essa lógica, entretanto, não é arquitetada por uma individualidade. A lógica a qual nos referimos é a lógica econômica, a de segurança e, por que não, uma lógica do medo. Nesse sentido, as grades, os avisos e as câmeras não têm somente a função de inibir uma determinada conduta, mas uma função de captura. Não servem para que as pessoas deixem de fazer uma determinada ação, mas, sim – e principalmente – para que quando a realizem seja possível sua identificação e, conseqüentemente haja punição. Novamente é possível visibilizar que, diferentemente da prática de não pagamento da tarifa de transporte, o rolezinho não constitui crime.

APELO DE PACIÊNCIA

Andar de ônibus pode ser uma aventura, além de exigir condicionamento físico e, especialmente, uma capacidade intuitiva por parte do usuário. Uma aventura da qual eu destaco duas questões: 1. Com a alteração do modo de funcionamento no pagamento da tarifa, não existem mais cobradores dentro dos ônibus, ou seja, se o veículo é assaltado a empresa de transporte coletivo não é a principal prejudicada, mas os passageiros; 2. No mesmo período em que houve a modificação que indiquei acima, iniciou-se o processo de instalação de caixa eletrônico – por enquanto somente de uma empresa bancária – dentro dos terminais. Destaco, ainda, que as cabines nas quais os funcionários dos terminais ficam para receber dinheiro e recarregar os cartões de transporte é bastante protegida, enquanto os caixas estão em espaços abertos, como os bebedouros. Exige condicionamento físico porque não é fácil entrar em um ônibus nas horas de pico: pela manhã (entre as 6 e 8 horas), próximo ao almoço (entre as 11 e 13 horas) e ao fim da tarde (a partir das 17 horas), além das condições das ruas – esburacadas – que contribuem para o sacolejar da viagem. É claro, a intuição: mesmo que os horários de saída e chegada estejam disponíveis na internet – para consulta de quem possui internet – isso não é suficiente. Há como que um sussurro responsável por avisar que o transporte vai adiantar – ou mais comumente: atrasar. Nem tudo é tão ruim: no ônibus temos a possibilidade de atualizar-nos sobre o cotidiano, as separações, as discussões, as corrupções e, como não poderia faltar, os palpites para que as coisas deem certo.

BATALHA DE RAP

Um das minhas aproximações com o *rap* se deu por um encontro, não com o *rap* propriamente, mas com algumas pichações espalhadas pela cidade, especialmente quando eu assistia da janela do ônibus o filme cotidiano das paisagens da Cidade Morena. Nessas inscrições pelos muros eu não vi vandalismo, mas denúncias: Eu li a/o insistência/desafio: “*eu pixo e vc pinta vamo vê quem tem mais tinta?* ”; eu li a violência produzida pela instituição escolar – que também é produto do atual contexto social, político, econômico: “*estudo controlador escola fascista*”; e li aquele que possibilitou esta escrita sobre a Batalha: “*e a tal da chance?* ”. A frase estava escrita em um dos arcos – monumentos construídos em forma de arco entre um trecho e outro – da Orla Morena.

As Batalhas acontecem não somente na Orla, mas em espaços como o Horto Florestal, ou parques da cidade, nesses lugares existem pistas de *skate* e não apenas os jovens, mas diversas outras pessoas costumam utilizar os locais para práticas de esporte, encontros com amigos e demais atividades. O *rap* tenciona o presente, não apenas no que diz respeito às letras que falam sobre violência policial, o cotidiano de pobreza, as dificuldades em relação ao modo como o mundo se organiza, os preconceitos, mas pela própria maneira como se cria um *rap*: recurso à memória para uma improvisação que acontece no instante.

O agrupamento dos jovens nesses espaços não desperta atenção em razão da qualidade das letras e das habilidades recrutadas para que seja possível uma batalha, mas pela desconfiança, medo e suspeita: a droga, a violência, o possível roubo daquilo que tanto o Cidadão de Bem trabalha para conquistar. O medo do Cidadão de Bem é egoísta e burguês: não é só medo da fome, da morte, da dor, mas de perder o tênis, o celular, o carro, a *TV*, o dinheiro. O Medo quando afeta a Segurança faz com que se acendam as luzes de alerta, solicite-se patrulhas policiais devido à bagunça da Juventude. As reclamações do Sr. De Bem se somam às investigações, aos dados estatísticos e às notícias sobre criminalidade: “jovens são presos na Orla Morena com cartelas de LSD compradas na internet” (Mecchi, 2017); “Operação prende 7, entre eles fornecedor de drogas na Orla Morena” (Garnes & Chuva, 2017); “Denúncia de venda e consumo de droga leva polícia a prender 4 homens na Orla” (Oliveira, 2017).

Na batalha do *rap* quem vence não mata ou destrói, mas produz: produz uma estratégia para a vida ter espaço, produz a certeza de que os números relacionados à

criminalidade e produzidos por conhecimentos advindos da ciência estão apenas transformando em dados citáveis o “cotidiano normal” vivido por essa população. Nessa manifestação é possível visibilizar o modo como a vida é tomada cotidianamente não apenas por práticas de proteção e investimento, mas por aquelas que expõe à “desproteção social e jurídica, e à morte biológica e/ou política de determinados sujeitos” (Scisleski et al., 2014, p. 662). Por desproteção social e jurídica entende-se a operacionalização de práticas que violam os direitos da infância e juventude, tais como acesso à educação de qualidade, segurança, lazer, saúde e alimentação, dentre outros estabelecidos pelo ECA (Brasil, 1990) e pela Constituição Federal (Brasil, 1988). No que concerne a exposição à morte biológica deve-se entender as próprias práticas de extermínio em ações policiais e entre grupos rivais e, por morte política, as práticas que, de algum modo, impedem o acesso e exercício dos direitos estabelecidos em lei.

APELO DE PACIÊNCIA

A batalha começa no par ou ímpar. Em volta, uma roda de pessoas que, com as reações às rimas, apoiam as articulações complexas de ritmo e poesia. Há um “árbitro”, ele autoriza o início e anuncia o fim. Há, também, uma pessoa responsável por cronometrar o tempo de cada rimador (a). A batalha tem início. O (a) primeiro (a) escolhe o tema e rapidamente emite as primeiras palavras. No que diz respeito à análise de poemas, existem, na Língua Portuguesa, não apenas critérios métricos, mas classificações de rimas: pobres – quando as palavras pertencem à mesma classe gramatical, tais como, pranto/espanto (subjativos); há as rimas ricas – quando os vocábulos são de classes gramaticais distintas, um exemplo seria rua/construa (substantivo e verbo); existem as rimas raras – aquelas que são pouco usuais ou convencionais, como estrela/vê-la. Na Batalha isso não importa. O que importa é a rima que desmonta a argumentação do oponente. Quem termina, começa o outro *round*, e no fim o julgamento. O público mal pode esperar pelas novas rimas, pelo clima do próximo momento. A luta não envolve corpos em combate, a Batalha de *rap* é pela linguagem e pela arte. Aos gritos de “sangue, sangue, sangue” nenhuma gota é derramada, não há truculência, não há empurra-empurra ou socos, ao ser ovacionado (a) o vencedor (a) não destrói o (a) oponente, mas sai com a alma lavada.

VALE QUANTO, OU É POR METRO?²⁸

Avenida Afonso Pena

Quanto você pensa que a rua da sua casa vale? Eu, até este rolê, não havia pensado na cotação de quadras, esquinas, becos. Pois imagine minha surpresa no momento em que, buscando informações sobre algumas ruas de Campo Grande, tropecei em uma série de reportagens realizadas, no ano de 2017, pelo Bom Dia MS em homenagem ao 117º aniversário da cidade.

Nessas reportagens se festeja a chegada do progresso, sem o qual a aparência do espaço parecia uma fazenda, nessa época “os vizinhos não eram os prédios comerciais”, além disso, com o avanço do progresso pela avenida o “novo se ergue sobre construções que só ficaram na memória” (Bom Dia MS, 2017, não paginado).

Benjamin — Não quero culpar o novo, mas que tristeza esse progresso que encaixota a história na memória....

Giovana — Ainda que fosse uma memória potente que possibilitasse pensar o presente... Mas no fim das contas fazem isso mesmo: encaixotam em algo como uma memória-arquivo.

Benjamin — Sim, essa é a parte da tristeza. Mas fiquei curioso, essas construções que se erguem não esbarram nas diretrizes do Reviva Centro?

Giovana — Astuto você, *hein* sr. Benjamin! Sim, esbarram. O que a reportagem transmite é que esse processo de construção, especialmente na av. Afonso Pena, não é algo simples e mais: “exige muito mais cuidado do que em outras regiões da cidade” (Bom Dia MS, 2017, não paginado).

Benjamin — Suspeitei desde o princípio. E quais são os critérios?

Giovana — Para construir é preciso seguir cuidadosamente as diretrizes urbanas que estabelecem desde as regras de acessibilidade, de estacionamentos no comércio. Essas exigências são maiores justamente pelo intenso movimento da avenida. Além disso, é preciso um projeto prévio para a construção que é aprovado pela prefeitura, de modo que aquele que deseja construir tem que receber uma licença ambiental e prever no projeto uma análise de impacto da vizinhança (Bom Dia MS, 2017, não paginado).

²⁸ Inspirado no filme “Vale quanto ou é por quilo?” (2005).

Benjamin — Mas não dá para ser ingênuo e acreditar que, em razão das diretrizes, tudo é cumprido.

Giovana — De fato não. Se lembra que eu comentei que andar é uma prática em desuso?

Benjamin — Sim, recordo-me.

Giovana — Pois bem, existem áreas em que a estrutura para trânsito – de pedestres e automóveis – são melhores. Isso depende de alguns aspectos, tais como: é área comercial? Zona residencial? Qual o fluxo de veículos e pessoas? Etc.

Benjamin — E por que “vale quanto, ou é por metro”?

Giovana — Porque esses aspectos que eu descrevi incidem diretamente no preço do metro quadrado da av. Afonso Pena. Nessa reportagem que eu lhe falei é explicado que a tal avenida tem o metro quadrado mais caro de Campo Grande, mas que, ao longo dos quase 8 km de extensão, os valores variam. A dizer: do início da avenida lá na Duque de Caxias até a Calógeras, o metro quadrado vale cerca de 1.700 reais, é o mais barato da Afonso Pena. Da Calógeras à Arthur Jorge, onde se concentra o comércio, o valor quase dobra, varia de 3 a 4 mil reais o metro quadrado, é o trecho mais valorizado. Na última parte, até a entrada do parque dos poderes, o valor volta a cair vai de 1800 a 2.800 reais o metro quadrado (Bom Dia MS, 2017, não paginado).

Benjamin — O que é que tem nesses pedaços?

Giovana — Não dá para destacar tudo, bem, de fato até dá, mas esse não é o objetivo. Então, vou destacar algumas coisas. Pode ser?

Benjamin — *Okay*, pode ser.

Giovana — O primeiro trecho – Duque de Caxias até Calógeras – é o centro velho, a parte histórica “antiga”. Nesse lugar nós temos alguns hotéis, casas antigas, igreja, hospital, pequenos comércios. Claro, não é uma área pobre, não se trata de um espaço desvalorizado.

Benjamin — E da Calógeras à Arthur Jorge?

Giovana — A reportagem não destaca, mas pelas minhas perambulações esse trecho pode ser dividido em pelo menos dois: uma parte que vai da Calógeras até a rua Rui Barbosa é um comércio mais popular, tem-se, inclusive, comércio de rua, vendedores ambulantes. Já a outra parte que vai da Rui Barbosa até a Arthur Jorge é um outro tipo de comércio, além de situar prédios residenciais, órgãos públicos como a Prefeitura.

Benjamin — No último trecho tem o que?

Giovana — Aí é que está a questão. Da rua Arthur Jorge até o Parque dos Poderes há certos comércios como uma loja da Harley Davidson, casas de *show*, bares e restaurantes, o próprio *shopping* Campo Grande está nesse trecho e, claro, prédios residenciais de alto padrão.

Benjamin — A circulação é diferente em cada trecho, então.

Giovana — Sim. Para quem anda no grande centro, ali pelas ruas de comércio popular, especialmente próximo às praças, é possível ver um maior contingente de policiais, tanto os de trânsito, quanto policiais militares. A circulação no grande centro vai envolver um volume grande tanto de transeuntes quanto de pedestres, enquanto que nas extremidades o fluxo de veículos é maior do que o de pedestres.

Benjamin — Interessante.

Giovana — Ah, antes de chegar no Parque dos Poderes existe um grande espaço que as pessoas usam para atividades físicas como corrida, caminhada, ciclismo, andar de *skate* e outras modalidades, tomar *tereré*²⁹ com os amigos, tocar violão. Serve pra um monte de atividades. Esse lugar é o Parque das Nações Indígenas. Nesse parque existe um museu, uma concha acústica onde são realizados *shows* e é possível ir a pé do *shopping* até o parque.

Benjamin — Tem rolê no parque também?

Giovana — Claro que tem. Mas não é tão problemático quanto no *shopping*.

Benjamin — Sigamos a ele, então?

Giovana — Partiu!

²⁹ Bebida feita de erva-mate e água gelada.

CENAS DE UM SHOPPING CAMPO-GRANDENSE³⁰

Abra-te sésamo

Nenhum esforço é demandado para que as portas se abram. Não é preciso bisbilhotar pelas frestas ou fechaduras – o vidro transparente e liso escancara os tesouros em tecido e couro, prata e ouro, quinquilharias tecnológicas de última geração. De repente, ao fazer menção de entrar em um desses espaços cercados por vidros, olhos famintos vêm em minha direção, e, então, a pergunta: “olá, posso lhe ajudar? ”, que tem como resposta “só estou dando uma olhadinha”. Para que a olhadinha progrida para “vou provar este” e, posteriormente, “vou levar”, diversas formas de facilidades são apresentadas: débito, crédito, crediário, X% de desconto, “aproveita que está na promoção”. É possível pagar com um dinheiro que ainda não existe – mas que virá a existir. Escolhido o tesouro, decidida por levar, uma surpresa: o baú custa mais do que o próprio conteúdo.

Coleção outono-inverno, primavera-verão

Diante de uma vitrine o espectador vê a si mesmo projetado no objeto que é produzido para ser seu desejo. Não é preciso que ele imagine como ficará em uma determinada roupa, pois não é por acaso que os manequins não têm expressão facial e servem para simular um corpo. A calça rasgada pelo uso – ou por um eventual encontro com formas pontiagudas - e escondida no fundo de alguma gaveta não tem o mesmo valor de mercado daquela que foi produzida para ser a tendência atualíssima. O 44 é o atual 42; o 42 é o atual 40; o 40 é o atual 38 e assim mingam as carnes para caber na política do *jeans*. A transparência da vitrine se constitui, portanto, como um espelho no qual o expectador é, ao mesmo tempo, manequim e reflexo, cuja imaginação foi produzida sem esforço no ato da projeção de sua imagem na figura sem rosto que está do outro lado do vidro.

³⁰ As cenas aqui escritas advém dos momentos em que estive no *shopping* Campo Grande. Elas são estranhamentos **alegóricos** em relação ao próprio modo como eu habitava esse espaço.

Dimensão paralela

Sarlo — Já ouviu falar de um lugar em que nunca é dia ou noite, quente ou frio, chove ou faz sol?

Giovana — Não! Onde fica? É longe?

Sarlo — Isso depende do ponto de partida.

Giovana — E como faz para entrar?

Sarlo — As portas abrem automaticamente quando detectam movimento.

Giovana — E o que mais tem nesse lugar?

Sarlo — Arbustos e plantas.

Giovana — Mas isso existe em qualquer lugar.

Sarlo — Não como nos *shoppings*. Esses têm um tamanho intermediário que nem a natureza, nem a jardinagem anterior a esse lugar previu.

Giovana — Esse rompimento com o exterior é levado para outros âmbitos?

Sarlo — Sim, “respiramos ar reciclado, as luzes são sempre artificiais” além disso os sons do exterior não devem entrar.... Ah, é claro, não posso deixar de mencionar que “a ausência de janelas nega toda comunicação com o lado de fora” (2013, p. 68).

Giovana — E há quem queira ir para um lugar hostil como esse?

Sarlo — Há quem pague.

Proibido para menores

Diante da porta há uma régua que, somente após exame, aciona o dispositivo para que automaticamente seja possível entrar. O exame não barra o que efetivamente é, mas a possibilidade de ser. Depois de realizado o exame, o coletor de urgências rapidamente impede a entrada do elemento. Em casos de impossibilidade de impedimento, atribui-se uma marca para que o elemento possa ser facilmente identificado quando circulando entre os demais. O erro pela entrada de maus-elementos não é atribuído à régua, mas ao próprio elemento que, pela astúcia, foi capaz de ludibriar os critérios de exame. Justificadas as ações remediadoras, conclui-se que é preciso asseverar, o já austero, projeto político de segurança.

CAMPO DE GUERRA

Domingo - dezembro de 2015. O calor, como de costume, marcava sua presença e o sol fazia arder a pele de quem se arriscasse a se expor a ele. Pois bem, nesse dia eu fui ao *shopping* Campo Grande, o único, aliás, dos três centros de compras que fica em uma área nobre da capital de Mato Grosso do Sul – este detalhe não é irrelevante, o leitor atento o guardará para compreender as voltas e idas desta escrita. Seria um final de semana qualquer, não tivesse sido a ocasião em que eu me encontraria com os personagens que mudaram os rumos da minha vida.

Recordo-me de que não utilizara, nesse dia em especial, o transporte coletivo. Lembro-me também que nenhum dos guardas presentes nas entradas do estabelecimento questionou minha entrada no espaço comercial, tampouco me impediram de circular nos corredores olhando as vitrines ou de apenas entrar nas lojas mesmo sem comprar nada - e este é outro detalhe relevante. Naquele contexto eu não representava, a princípio, qualquer que fosse o perigo. Por falar nisso: você, leitor, já foi abordado, devido à sua aparência, de modo constrangedor por estar em um determinado lugar? Você já sentiu que as pessoas à sua volta estavam preocupadas por terem que sentar ao seu lado? Ou desviaram o caminho por você ser um perigo em potencial?

Dentro do *Shopping* havia uma movimentação intensa, mas nada que não pudesse ser compreendido, por mim, em razão do contexto: cinema, praça de alimentação, domingo, jovens. Faz sentido, não? Ir ao *Shopping* no domingo, com os amigos, para ver um filme e comer algo na praça de alimentação, ou apenas passear e fazer *selfie* – fotografia de si mesmo. Depois de um tempo me peguei pensando que o fato de esses acontecimentos fazerem sentido para mim, só era possível devido ao espaço do qual eu pensava, já que, para outros, aquela agitação no *Shopping* foi motivo de medo.

Os corredores se tornavam apertados devido à quantidade de pessoas circulando: crianças, idosos, adultos, jovens, sacolas, conversas indefiníveis, tudo se misturava e no fim o que se ouvia não era possível de se distinguir. As palavras não faziam sentido, era um uníssono, eu não era capaz de identificar as pessoas, a multidão se transformou em movimento. Quando saí pelo estacionamento, contudo, a cena que a pouco fazia sentido se transformou em *assustadora*. Policiais encaminhando jovens para aguardarem sentados no chão do estacionamento. Policiais armados abordando jovens nas imediações do

estabelecimento e dando *a alguns* a direção de onde deveriam aguardar ou deixando que partissem - *a alguns* é um detalhe importante também.

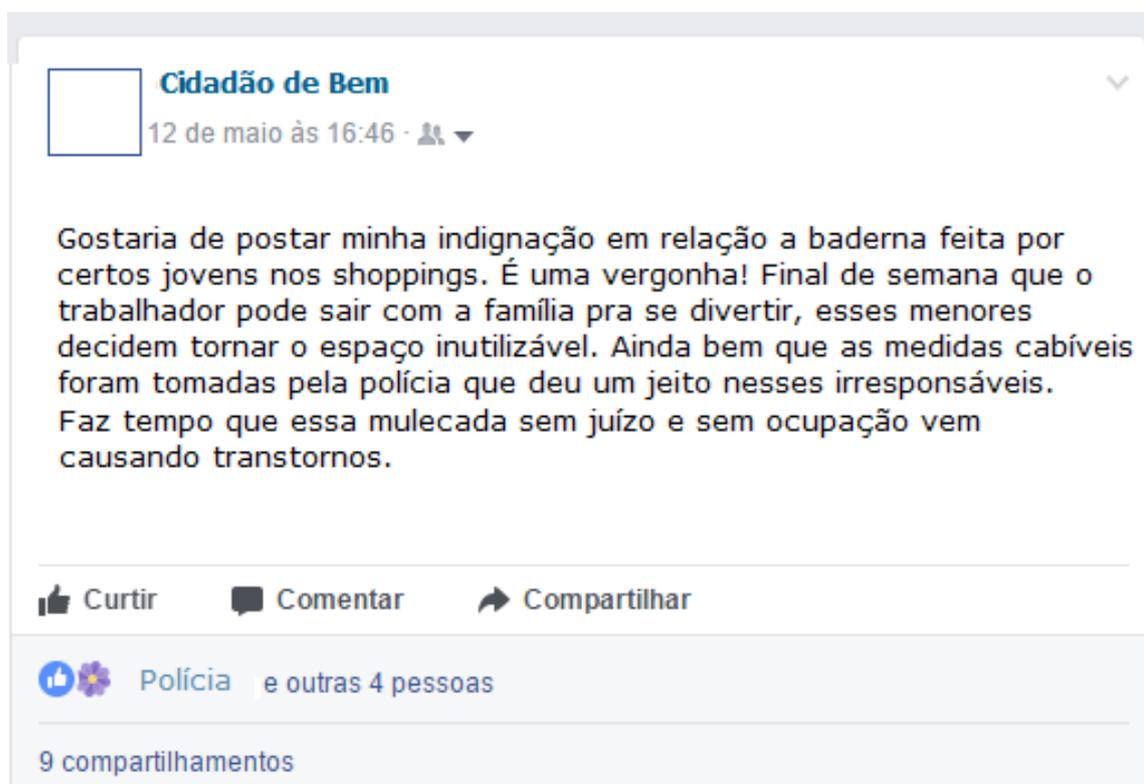
Ao sair pela porta do *shopping* o calor somou-se ao assombro diante das práticas naquele espaço. O estacionamento fora transformado em um campo de guerra pelo qual eu atravessava, assistindo às ações, como que blindada e em câmera lenta. A mim não questionaram o trânsito, nem às senhoras com sacolas nas mãos. A cena nesse momento era justamente aquela em que os vencidos iam ao chão. A violência ali não era a dos campos de batalha, era, sim, anterior e definitiva. Em um campo de batalha ambos os lados têm a possibilidade de – em algum nível – se preparar para o enfrentamento. Naquela situação, pelo contrário, era a emboscada a estratégia, de modo que a guerra era, ao mesmo tempo, anterior à batalha e o seu fim.

Eu atravessei o campo e na boca minava um gosto amargo enquanto uma sensação de estranhamento me açoitava o corpo, diante daquele silenciamento criado pela força da justiça cuja força era visibilizada pelo excesso da polícia e de justiça, constituía-se apenas pelo nome da instituição que possibilitou a denominada: **Operação de Domingo**.

CENA III**PERSONAGENS**

Cidadão de Bem

Juventude

ÉPOCA: Presente**LUGAR DA CENA:** *Facebook*[Cidadão de Bem faz um *post* no *facebook*]

[Rapidamente alguns *likes* são atribuídos ao *post*, contudo, uma discussão se inicia nos comentários]

**Juventude**

Qual é o problema do rolezinho? Não é pq vai ter rolê que vamos roubar ou algo do tipo. Só queremos algo pra "se divertir" e nada mais, agora as pessoas sai falando coisas que não sabem.

Curtir · Responder · 2 · 24 de junho às 08:17

**Cidadão de Bem**

Primeiramente essa é minha opinião, são uns desocupados sem educação. Em segundo lugar até pode ter uns que não roubam, mas mesmo assim perturbam.

Curtir · Responder · 2 · 24 de junho às 09:53

**Juventude**

É engraçado que a galera pobre não pode frequentar lugar onde foi "feito pra rico", como se pobre fosse ameaça. Polícia chega metendo o loko como se fosse tudo bandido.

Curtir · Responder · 3 · 24 de junho às 22:27

**Cidadão de Bem**

Pessoas de bem não tem nada que temer. A função da polícia é garantir a tranquilidade aos trabalhadores.

Curtir · Responder · 2 · 24 de junho às 22:39

**Juventude**

E quem disse que a gente não trabalha e é desocupado? Vocês não sabem.

Curtir · Responder

**Cidadão de Bem**

Ninguém anda com placa na cabeça avisando se é gente de bem ou bandido.

Curtir · Responder

**Juventude**

Geral que foi parado lá no *shopping* sem ter motivo. Mandaram a gente senta no chão do estacionamento enquanto que uns nem eram parados nem nada. Pode até não andar com placa, mas é fácil parar o neguinho do busão e deixar passar o cara com camiseta de escola particular.

Curtir · Responder

**Cidadão de Bem**

Como eu disse podem não ser todos bandidos, mas perturbam igual. Hoje a criminalidade praticada por jovens é crescente, então tem que deixar a polícia trabalhar! Pegar esses malandros e sentar a porrada.

Curtir · Responder



Escreva um comentário...



“ARRASTÃO NO *SHOPPING* É MÓ IDEIA ERRADA”³¹

ROLEZINHO

Nos anos de 2013 a 2016 à reunião de jovens em *shoppings* do país foi atribuído o nome de rolezinhos. Os eventos eram marcados através de redes sociais pelas quais os jovens se comunicavam. “Dar um rolê”, gíria associada a uma atividade de lazer que implica a reunião com outras pessoas interessadas em passear, fora transformado em um problema quando deslocado para o rolezinho no *shopping*, espaço de comércio não tão popular e com preços pouco acessíveis - se comparado às lojas comerciais dos centros da cidade.

Pinheiro Machado e Scalco (2014) em um texto sobre os rolezinhos apontam que esses eventos caracterizados pela presença de adolescentes moradores das periferias urbanas que utilizavam os *shoppings centers* das cidades para passear, fez com que os proprietários e demais frequentadores desse espaço solicitassem judicialmente o impedimento da realização do evento, barrando, assim, o acesso desses jovens em específico. Desse modo, aos rolezinhos foram associadas queixas de roubos, perturbação da ordem pública e uso de drogas. Assim, o evento foi transformado em problema para/por uma parcela da população que frequenta o estabelecimento e para/pelos lojistas, fazendo com que as instituições da justiça e da segurança fossem acionadas.

Li reportagens, comentários sobre as mesmas, *posts* nas redes sociais e diversos textos sobre o rolezinho (Pereira, 2014, Socal & Cardoso, 2015, Bhering, 2014, Fígaro & Grohmann, 2014). O conteúdo desses textos, contudo, realizava uma análise que me incomodava bastante porque restringia-se a uma relação de classes onde havia uma luta entre a juventude pobre e os ricos pelo espaço do *shopping* ou a criminalização da pobreza e, ainda, encerrava as discussões – encarcerando o pensamento – em uma conclusão já bastante conhecida: a exclusão. O que esses textos colocavam em movimento era todo um conjunto de conhecimento sobre os jovens do rolezinho, colocando-os em uma posição de passividade diante do modo como as relações se organizavam – e organizam. Com isso não ignoro que sim, as ações para conter os rolezinhos tiveram como alvo a parcela já marginalizada da

³¹ Frase retirada na íntegra do vídeo intitulado “Você conhece as rolezeiras? Descubra quem são e o que pensam essas meninas” (UolMais, 2014, não paginado).

população; e sim, invariavelmente, essa população era economicamente pobre, mas, que outras possibilidades além dessas seriam possíveis de serem analisadas? Essa pergunta - talvez tardia neste ponto do texto - interpelou-me a fim de que eu pudesse analisar o confronto entre lógicas de segurança e de resistência que se embatem no que tange à juventude na cidade

E por que eu digo que tal pergunta seja, talvez, tardia? Acredito que seja porque os rolês tradicionais exigam que os problemas/perguntas sejam apresentados - assim como quando dizemos nosso nome ao conhecer alguém - logo de início, muito embora os problemas/perguntas somente sejam constituídos ao final do rolê da pesquisa - seja ela tradicional ou não. Mas este não é um rolê tradicional e, como eu já devo ter dito, há uma necessidade de que a escrita seja condizente com a aposta que meu estudo realiza.

Por falar em escrita condizente, lembro-me de uma pergunta que deixei sem resposta. Ao falar sobre a juventude me perguntaram se eu não fazia parte desse conjunto múltiplo de sujeitos. Pois bem, isso depende. Sim, faço parte se considerarmos apenas o critério etário, já que a legislação determina que a juventude é a faixa etária de 15 a 29 anos e, matematicamente, contando eu 24 anos, sou incluída nessa categoria. Diria que a resposta a essa pergunta “depende”, também, porque eu não fui abordada nas operações no *shopping*, não fui alvo fácil no campo de guerra, nunca fui um elemento suspeito como o são, cotidianamente, as (os) jovens do rolê. Então, nesse caso, não, não faço parte dessa categoria.

Entretanto, a Barbárie que os toma não é diferente da Barbárie com a qual eu tenho negociado. Claro, o que está em jogo nas minhas lutas cotidianas não é a minha vida - como é a da juventude rolezeira; a, já dita, “posição privilegiada” que eu ocupo - e que você provavelmente também ocupa - permite-me que eu saiba, boa parte das vezes, onde buscar auxílio; aliás, uma das grandes diferenças entre essa juventude que tanto é alvo de ações marginalizadoras resta em paz aí: no auxílio. Esse auxílio não é da ordem do favor, é da ordem do acesso ao direito que me é legítimo e que, legalmente, também o é - deveria ser - a essa juventude.

A Barbárie com a qual eu tenho negociado é aquela que tenta, em razão de seus títulos de grandeza, deslegitimar minha inserção e ações enquanto Psicologia criança; aquela que ousa sugerir que eu consulte meus superiores para saber se aquele lugar - o Mestrado - é o meu lugar; a Barbárie com a qual eu lido me diz que eu sou nada. Mas a minha “posição privilegiada” me assegura a negociação tão insistentemente subtraída da juventude rolezeira.

OPERAÇÃO DE DOMINGO

“Ninguém anda com placa na cabeça avisando se é gente de bem ou bandido”³²

No ano de 2015 diversas ações policiais tiveram como foco a população jovem, tendo como principal parcela aqueles que circulavam nas proximidades e no interior do principal *shopping center* da capital sul mato-grossense. Foi no *shopping* Campo Grande que ocorreu a denominada “Operação de Domingo”. Segundo as notícias veiculadas “a direção do shopping afirmou que a ação realizada em parceria com órgãos de segurança teve o objetivo de manter o conforto e segurança de seus visitantes, lojistas e colaboradores”. Além disso, em entrevista, a delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à infância e Juventude – DEAIJ afirmou que foi resultado “de um levantamento que durou cerca de 30 dias, feito com base em denúncias de uso de drogas e ocorrência de outros fatos ilícitos ocorridos na região”, fatos dentre os quais consta que “adolescentes estariam fazendo o uso de drogas e até se prostituindo” (Faustino & Prado, 2015, não paginado).

Dentre os frequentadores do *shopping* estão não apenas jovens da periferia da cidade, mas aqueles de escolas particulares que têm suas sedes nas imediações do estabelecimento e que utilizam o espaço comercial para se reunirem, não apenas aos finais de semana, mas durante a semana; a esse público, contudo, não se aciona a polícia. A Operação de Domingo, segundo Ueno (2015) visava, não a totalidade da população jovem, mas uma parcela bastante específica: os jovens das periferias da cidade aos quais foram atribuídos atos de vandalismo e ameaça à segurança de outros frequentadores.

Na operação realizada havia a abordagem dos jovens, solicitação dos documentos pessoais e encaminhamento ao estacionamento do centro de compras, onde ficaram sentados no chão aguardando os procedimentos desenvolvidos pela polícia. A abordagem na Avenida Afonso Pena contou com policiais armados que abordavam pessoas para fiscalização. As ações podem ser reunidas em três justificativas principais: a primeira delas estava relacionada à perturbação das atividades da parcela da população que frequenta o *shopping* para realizar compras ou fazer uso de alguns dos serviços disponíveis no local tais como Polícia Federal (especificamente o departamento de passaporte, que fica localizado no *shopping*), Correios, acesso a terminais de banco e, ainda, acesso à agência do Departamento Estadual de Trânsito – Detran. A segunda justificativa estava relacionada aos moradores da região, cuja segurança

³² Comentário de jornal.

era ameaçada pelos jovens; e, por último, a justificativa da proteção, visto que foram feitas denúncias sobre uso de drogas e prostituição.

Ueno (2015) aponta que na Operação de Domingo “centenas de adolescentes foram abordados e passaram por procedimento de verificação de identidade. Os que estavam no local sem documento ficaram retidos até a chegada dos pais ou responsáveis” (Ueno, 2015, não paginado).

Foucault – Escuta, por que você não conta de quanto ficamos assustados com os jovens também? Do modo como está contando sobre a operação vai parecer que você nunca se preocupou com o rumo dos rolês.

Giovana — Mas você acha que vale a pena contar?

Foucault — Não gosto muito dessa palavra, mas é: ó b v i o.

Giovana — O que vocês acham Benjamin e Agamben?

Agamben — Bem, mal não vai fazer...

Benjamin — Concordo! Inclusive agrega valor.

Giovana — *Okay*, eu conto. Mas prestem atenção! [Nesse momento os Ajudantes se sentam no chão para ouvir, novamente, a história]. – Eu não me recordo especificamente quanto tempo se passou desde a Operação de Domingo, mas foi também em um domingo que voltei ao *shopping*. Aliás, desde a Operação, o *shopping* deixou de ser um espaço para o qual eu ia sem vontade – é fato que sempre me senti em um zoológico nesses espaços sendo eu, no caso, enquanto consumidora, o alvo dos olhares dos vendedores. Mas estou me delongando nisso: fui ao *shopping*. Passando pela porta – que se abre automaticamente quando o sensor avisa que um elemento está próximo – segui pelo corredor até uma escada rolante – que permite uma visão panorâmica das vitrines àquele que sobe, ou desce. No segundo piso reparei que haviam jovens em grupos, quase em uma rodinha, mas não conversavam... *liam*. Achei estranho, mas não foi aí que me assustei, mas sim quando reparei que mais a frente havia outro grupinho que também *lia*.

Foucault — Mas *liam* o quê?

Benjamin — *shhhhhh!!!* Não acabe com o suspense. Deixe em suspenso até ela dizer.

Giovana — Entrei em uma loja e, olhando de dentro para o corredor, fixei os olhos até compreender que era uma bíblia o que aqueles jovens tinham nas mãos.

Ajudantes — Ahhhhhhhhhhh!!!! Uma bíblia!

Giovana — Sim. Comecei a entender que as outras pessoas estranhavam tanto quanto eu toda aquela intervenção no espaço – foi assim que compreendi o que estava acontecendo, como uma intervenção. Achavam estranho, mas não reclamavam afinal os guris e gurias estavam quietos, “bem vestidos” e não ofereciam perigo – a princípio. Aliás, esse acontecimento me lembrou de um *flash mob* realizado em 2013. Foi na praça de alimentação onde 700 jovens realizaram a exibição para promover a Jornada Mundial da Juventude.

Benjamin — O que significa “bem vestidos”?

Giovana — Significa que usavam jeans, camiseta, tênis, algumas meninas de vestido e saia, mas não eram muito acima do joelho e as blusas não eram decotadas ou faziam referência a estilos musicais tais como *rap* e *funk*. Diferentemente das roupas que os jovens costumam ser identificados como fazendo parte do rolezinho: “short, tomara que caia e melissa”, “super sensual”, “igual piriguete, de vestido, de short” e ainda “bermuda branca, com um nike shoks e uma camiseta da hollister ou da aeropostale, um juliet e um boné, tá perfeito, esse aí é o gato do rolê” (UolMais, 2014, não paginado)

Agamben — Mas como é que se reúne tanta gente assim?

Foucault — Adivinha....

Giovana — Pelas redes sociais! Eu li que “um grupo de jovens fez a proposta à Arquidiocese de Campo Grande e conseguiu fazer vingar o evento na Capital” (Rede Século 21, 2013, não paginado)

Foucault — Governamentalidade do rolê!

Benjamin – Curioso a bíblia nesse espaço... O capitalismo é uma religião!

Agamben – O *shopping* expressa bem essa ideia.

Giovana — Bem isso: para o rolezinho profano chama a Barbárie; para o *flash mob* sagrado, encomenda pão e vinho.

Os desdobramentos da Operação de Domingo, organizada para intervir no rolezinho, envolveram desde a intervenção da Defensoria Pública que, recorrendo ao ECA, teve o objetivo de barrar as ações da Polícia Civil, até a rápida manifestação do Promotor da Infância

e Juventude, Sérgio Harfouche³³, que afirmou ter “esperança de que o Tribunal de Justiça não acolha o *habeas corpus*, não dê provimento e que a imprensa apoie a polícia” (Santos, 2016, não paginado). A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul impetrou, no mesmo ano, pedido de *Habeas Corpus* preventivo requerendo a não solicitação de documentação de adolescentes bem como a “abstenção de consulta de existência de antecedentes infracionais de adolescentes que não tenham sido apreendidos em situação de flagrante da prática de ato infracional ou quando houver ordem neste sentido” (Mato Grosso do Sul, 2016, p. 1).

A Defensoria baseou seu pedido de *Habeas Corpus* preventivo nos argumentos de que o Estado, através da polícia, com o objetivo de defender a preservação da ordem pública utilizou práticas de abordagem policial antecipando práticas delituosas, ressaltando que, apesar de o ECA permitir a identificação compulsória de sujeitos que infringem a lei, estabelece que deve haver não somente dúvida fundada do cometimento da infração (Mato Grosso do Sul, 2016, p. 1). Além disso, ressaltam no documento que a Operação de Domingo “ensejou a privação de liberdade dos adolescentes tiveram por várias horas” (p. 3) enquanto os policiais verificavam as informações referentes à identificação pessoal e antecedentes infracionais, implicando na impossibilidade de os jovens saírem do local.

Ainda no pedido de *Habeas Corpus* é possível ler a descrição das medidas às quais os jovens foram submetidos, tais como serem obrigados a andar de mãos dadas pelas ruas e, também, pelo estacionamento do centro de compras *Shopping Campo Grande*, amontoados em um local do referido estabelecimento, expostos a constrangimento e exposição vexatória visto que os clientes do *shopping* puderam acompanhar o desenrolar das ações (Mato Grosso do Sul, 2016). E mais: a Defensoria afirma, no documento, que a abordagem e a busca pessoal em certos adolescentes sem, contudo, que existissem “relevantes suspeitas, evidentemente caracteriza um abuso de autoridade por parte dos policiais, agravado pelo fato de muitos

³³ Não pedirei um “apelo de paciência” para falar sobre o promotor Sérgio Harfouche, de modo que esta pequena nota deve servir para explicar quem é esse senhor e sobre as coisas nas quais ele está envolvido aqui no Mato Grosso do Sul. Pois bem, ele é promotor de Justiça da Infância e Juventude desde 1992, além de ser idealizador e palestrante do Programa para Prevenção da Violência e Evasão Escolar que tem como objetivo a prevenção de atos violentos nas escolas, para tanto, idealizador de um projeto para disciplinar alunos identificados como “malcomportados” em razão de brigas, depredação e outras ações denominadas indisciplinadas pelo projeto de lei 219/2015 (Mato Grosso do Sul, 2017). O promotor também apoia o projeto de lei que tem como objetivo implementar o Programa Escola sem Partido, projeto de lei nº 867 de 2015 (BRASIL, 2015). O referido promotor protagonizou no dia 25 de maio de 2017 um espetáculo grotesco de coação dos responsáveis por alunos da rede pública de ensino. Tudo aconteceu na cidade de Dourados – MS. Os responsáveis receberam em suas residências uma convocação obrigatória – feita pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude sob pena, para quem se ausentasse, de multa de 3 a 10 salários mínimos, além de responder judicialmente por abandono intelectual (Tardelli, 2017). O acontecimento foi veiculado por mídias regionais e nacionais, especialmente em razão do teor de pregação religiosa feita pelo promotor Sérgio Harfouche (Consultor Jurídico, 2017; Fantástico, 2017, Midia Max, 2017).

desses policiais estarem com armas em punho, como se estivessem lidando com criminosos de alta periculosidade” (p. 4).

O pedido de *Habeas Corpus* preventivo foi, contudo, negado pelo Tribunal de Justiça do Estado, com a justificativa de que as ações da Polícia Civil foram “precedida de estudos de georreferenciamento, investigação e inteligência, os quais indicaram que supracitada região é local de incidência de práticas delituosas como tráfico e uso de entorpecentes, fornecimento de bebida alcoólica a menores, roubo, furto e até mesmo estupro” (Mato Grosso do Sul, 2016, p. 12). Quero destacar um ou dois elementos dessa justificativa: 1. O caráter preventivo das ações que articulam a proteção à infância e adolescência, a preservação da ordem pública e a garantia dos direitos dos cidadãos; 2. A função da produção de saber sobre os acontecimentos cotidianos e os efeitos destes na legitimação das práticas.

Agamben — Por “razões de segurança” não é apenas um elemento casual para justificar as operações, ao contrário, é o elemento definitivo que possibilita visibilizar o estado de exceção que se tornou a regra (2004).

Benjamin — Para os mais pobres, o estado de exceção é a própria condição de existência, é uma situação permanente para eles.

Barbárie — Vocês estão delirando! Vivemos em um Estado Democrático de Direito, está escrito aqui em meu livro!

Agamben — Devo lhe dizer que sua luz está a lhe cegar. Saiba que o estado de exceção é, nadam mais, nada menos, que “a resposta imediata do poder estatal aos conflitos internos mais extremos” (Agamben, 2004, p. 12), contudo, não é preciso que haja uma declaração técnica oficial para o extermínio tanto de “adversários políticos” quanto “categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (Agamben, 2004, p. 13).

Barbárie — Suspende-se o direito, não serei ludibriada por tamanha impropriedade sobre fatos históricos perfeitamente documentados.

Benjamin — Pois saiba que “a história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo: ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio” (1940/2012b, p. 251).

Agamben — Dizer que os fatos se encerram no passado como os mortos em suas sepulturas é ignorar pelo menos duas questões primordiais: a. o tempo não é contínuo; b. na história somente os vivos – vencedores – têm lugar.

Benjamin — Pois saibam que “o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é *privilégio exclusivo* do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (1940b/2012, p. 244).

Giovana — É Benjamin, você já denunciava essa ideia há tanto tempo e ela ainda continua... Basta ver o modo como o Campo de Guerra deu visibilidade a cena em que os vencidos iam ao chão.

Barbárie — Pois o Benjamin somente alimentou meus argumentos, ao invés de contrariá-los: *privilégio exclusivo do historiador!* Até onde eu sei nenhum de vocês três é historiador. Temos aí o Foucault, filósofo e psicólogo; o Agamben, jurista e filósofo; o Benjamin, ensaísta, crítico, filósofo. E a Giovana, o que você é mesmo? [com tom de deboche].

Giovana — Eu sou uma das Psicólogas criança e não tenho medo de apostar em uma política de pesquisa potente que não se reduza a delimitações disciplinares.

Barbárie — Mas a ciência...

Giovana — A ciência é U M A das possibilidades, além do mais não se trata de uma possibilidade homogênea. Eu jogo com os elementos da ciência, arrumo *treita*, inclusive, com aquela outra Psicologia que insiste em tomar a juventude pela via do desenvolvimento emocional, cognitivo e não enquanto experiência. Também a psicologia constitui uma das formas não só de produzir saber sobre o jovem, mas criar e subsidiar as estratégias de intervenção em relação à essas vidas.

Foucault — Não só o passado ainda se faz presente, mas tencionam-se, hoje, as lógicas que estabelecem uma forma de governo desses jovens.

Benjamin — O que você entende por governo, Foucault?

Foucault — Entendo o governo como cálculo estratégico de intervenção e implica a produção de saber sobre a população (2008a, 2008b).

Benjamin — Trata-se dos vivos, então?

Foucault — Também... as intervenções se dão a fim de que se faça viver a população e mesmo as mortes que, eventualmente, sejam produzidas, são para que essa outra parcela viva. A isso chamo de racismo de Estado (2005b).

Benjamin — Pois, para mim, o governo não é apenas dos vivos, mas dos vencidos, ou, dos mortos.

Foucault — Entendo que o racismo de Estado fará funcionar uma série de tecnologias cuja função é de normalização social, especialmente para que seja possível manter a integridade do Estado. E, nesse sentido, haverá a operacionalização de uma espécie de guerra interna (2005b).

Agamben — Também acredito que, no presente, operam tecnologias cuja finalidade é a produção de extermínio e morte, mas não necessariamente para que outros possam viver (2004, 2014).

Foucault — Bem, creio que, para me fazer entender, será preciso retomar alguns pontos importantes, pois eu entendo que o modo como para a vida são direcionadas intervenções sofre uma alteração com a emergência dos Estados-nação. Há uma transformação de um poder que enquanto operado na lógica da soberania dispunha da vida de seus súditos – deixando-os viver e fazendo-os morrer, enquanto que, com a emergência dos Estados-nação passa-se para uma lógica na qual a vida deve ser investida, invertendo as estratégias, para uma intervenção cujo objetivo era fazer viver a população. A morte, nesse cenário de investimento na vida, será também uma estratégia vinculada ao poder que incide e administra a vida (1988, 2008a, 2008b).

Agamben — Não vejo dessa maneira. Para mim, a tanatopolítica, gestão/produção de morte, não opera a partir de uma lógica de governo, mas de soberania (2004, 2014). Acredito que aqui temos dois conceitos distintos e que terão, também, implicações analíticas distintas.

Benjamin — Não falo nesse sentido de vocês, mas de um “governo” que é visibilizado no momento em que “todos os que agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão” (1940/2012b, p. 244). E quando eu disse sobre os vencidos, compreendam por esses os mortos. Vencidos não é apenas um termo para me referir ao grupo oposto ao dos vencedores, mas, sim, um conceito. Pois, para mim, a política e, portanto, a história, são constituídas também pelos mortos.

Agamben — Eu entendo, Benjamin, mas, novamente, partimos de campos diferentes, porque, muito embora eu entenda o que você diz sobre as questões relacionadas ao governo e uma política dos mortos, eu parto de que Carl Schmitt para pensar o estado de exceção (2004).

Benjamin — Sim, mas, mesmo diante das divergências de pensamento, concordamos que para os oprimidos o estado de exceção é a regra. De modo que “precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento” (1940/2012b, p. 245).

Agamben — Concordamos nesse ponto, e é onde discordo do Foucault sobre o governo.

Foucault — Bem, de fato se pensarmos que no estado de exceção o que opera é a soberania....

Agamben — Exato, ocorre que, para mim, o estado de exceção opera como paradigma de governo. Nesse sentido enquanto para você o biopoder – esse poder que incide sobre a vida – coloca em jogo a vida e a ela direciona tecnologias de fomento, ou, em suas palavras “fazer viver”; para mim, o estado de exceção é a relação que liga e abandona o sujeito ao ordenamento jurídico, ou, em outros termos, é a inclusão pela exclusão que coloca a vida, ou melhor, a morte, na dinâmica política (2004).

Giovana — Com os jovens em conflito com a lei é bastante visível essa inclusão pela exclusão, pois somente a partir da infração eles eram inseridos no ordenamento e, mesmo assim, não para a garantia dos direitos, pois estes continuavam a ser violados.

Benjamin — Com o rolezinho não é diferente! Ocorre que se com os jovens que cometeram infração havia de fato uma infração, lembre-se de que com a juventude rolezeira a infração dirá respeito à lei, mas a própria vida.

Agamben — Retornamos à insistência da Barbárie ao nos questionar sobre a ciência, questões sobre as quais ela me parece bastante equivocada, pois “vida e morte não são propriamente conceitos científicos, mas conceitos políticos, que, enquanto tais, adquirem um significado preciso somente através de uma decisão” (2014, p. 160).

Giovana — Essa decisão coloca em jogo os “fazer viver e morrer” e, não raro, a morte, biológica e política, tem destinatários muito bem definidos...

Benjamin — É em razão de tais questões que a história não deve ser o monumento aos mortos, como uma homenagem, mas a lembrança o exercício político que coloca os mortos no presente.

Giovana — O rolê, ao resistir em ser objeto, demandando se constituir como método, determina a impossibilidade desta dissertação-rolê ser da ordem do monumento; implicando, ao contrário, colocar em jogo o exercício político que não encerra os vencidos no passado.

No que diz respeito ao caráter preventivo das ações, é possível visibilizar que a força do argumento para indeferir o *Habeas Corpus* preventivo e autorizar as estratégias empregadas na Operação de Domingo – mesmo diante de seu caráter violento – reside no fato de que o que está em jogo, por um lado, é a proteção da infância e juventude dos “males” como drogas, álcool; por outro lado, a manutenção da ordem pública que é afetada pela baderna empreendida pelos jovens; e, por fim, a proteção da parte da população que pode estar em vias de ser roubada pelos potenciais infratores. Justificar intervenções se baseando na proteção, legítima, assim, qualquer tipo de prática, independentemente de seu caráter ilegal – como é o caso das ações da polícia que violam o pressuposto pelo ECA em relação às abordagens policiais à adolescentes. As violações não devem ser entendidas como uma simples falha na operacionalização da lei, mas como a própria efetivação do paradigma da exceção, isto é, a necessidade criada pela segurança possibilita a suspensão do ordenamento jurídico – Estado de direito - e que ações que não tem forma de lei, mas, sim, sua força, sejam colocadas em funcionamento (Agamben, 2004).

Sobre a função da produção de saber sobre os acontecimentos cotidianos e os efeitos destes na legitimação das práticas, o argumento específico utilizado para indeferir o *Habeas Corpus* faz referência a estudos de georreferenciamento, no caso relacionados à criminalidade, que demandam um conjunto de procedimentos para transformar em elementos territoriais/geográficos a uma determinada informação. Isto é, atribuir a uma localização às informações sobre a criminalidade e, a partir disso, direcionar as estratégias para intervir. Serão os dados produzidos por esses estudos que determinarão as medidas a serem tomadas. Os efeitos não estão apenas na identificação dos crimes e nível de criminalidade de uma determinada região, mas, sim, aquilo que efetivamente será operacionalizado, ou seja, ações que incidem diretamente na população.

O georreferenciamento não pode, contudo, identificar quais são exatamente aqueles que – e SE – oferecem perigo. As ações são audaciosas justamente por operar a partir e com um universal: “há crimes sendo cometidos por adolescentes em uma determinada região”, “desenvolve-se uma operação para intervir nos crimes cometidos por essa população”, “destitui-se e violam-se os direitos dessa população em razão dos índices produzidos nos estudos”, por fim: autoriza-se, legitima-se e fundamenta-se toda e qualquer tipo de operação para resguardar os princípios de ordem, proteção e segurança; no caso dos rolezinhos, aquelas ações tiveram como alvo o jovem.

Giovana — Mas onde é que vocês se metem quando eu preciso de vocês?

Benjamin — Não ouvi você chamando nenhum de nós...

Foucault — Tampouco eu. O que houve?

Giovana — Estou incomodada, aliás, demasiadamente incomodada.

Agamben — Cheguei!! O que houve, porque o incomodamento?

Benjamin — Espero que seja um incomodamento potente.

Giovana — A juventude é pensada como idade, como população a ser governada, com uma série de medidas e de prescrições que visam a normalizá-la. Mas ela não é pensada como experiência, Benjamin.

Benjamin — Porque a experiência implica em compartilhar e em comunicar, você bem já disse isso.

Agamben — Ademais, venha aqui: eu entendo que isso lhe deixa furiosa – como tantas outras coisas – mas você sabe que tem uma galera que não pensa assim e isso já é algo bem importante.

Psicologia criança — Sim! Faço minhas as palavras do Agamben. Nem todos estão de acordo com a Barbárie, mas é preciso que as mudanças não tenham o objetivo de transformar o mundo, não é uma revolução.

Foucault — Concordo. Pense o rolezinho e a juventude rolezeira: apesar de ser um evento em que comparecem jovens em grande número o que está colocado ali não é a transformação total da realidade. Uma revolução, nesses termos, seria tão totalitária quando as razões de segurança que insistem em exterminar as possibilidades do rolê.

Giovana — E como essa juventude pode ter essa possibilidade? Como eles conseguem comunicar a experiência que têm da vida que vivem?

Foucault — Resistindo, Giovana, resistindo.

Agamben — É uma juventude potente, que persiste, que tensiona, lembra-se? Essa juventude poderia muito bem ceder às demandas da Barbárie: estudar do modo como ela quer, comportarem-se como ela quer, (sobre)viver como ela quer, mas não! E não se trata de uma incapacidade deles é, ao contrário, a denúncia desse projeto bárbaro da ordem e progresso.

Giovana — Então, entendo que insistindo nesses rolês, nessas batalhas diárias que enfrentam, nesse andar na contramão dessa rua de mão única, é que o possível se faz presente para eles.

Benjamin — As onças famintas devem ser manejadas com cuidado triplicado, Giovana. Seu incomodamento é justificado, afinal, que outra posição poderia ser ocupada por uma Psicóloga criança que olha para a ciência na qual se constitui e faz força, muita força para negociações tão duras?

Foucault — Se essas barbaridades são efeito do endurecimento das práticas, nós devemos nos calejar. Calejar-se não significa que sejamos duros, mas que é um pouquinho mais difícil deter-nos.

Agamben — Calejar de onde saem essas coisas Foucault?

Foucault — Pergunte-se o que é um calo. Ele não se constituiu por processos de solidificação, mas pelo atrito que insistiu em se repetir.

Benjamin — O rolezinho é a citação que faz do projeto político, que o administra e quer exterminar, a ordem do dia. Não olhemos para ele como apenas mais um acontecimento vinculado à juventude, mas, sim, aquilo que dá visibilidade ao confronto entre a juventude e a segurança na cidade.

Giovana — Estou ouvindo trovões, Ajudantes!

Ajudantes — É a tempestade do que chamamos de progresso que anuncia sua presença.

Esta escrita não tem o objetivo de “dar voz ao jovem”, mas de problematizar e de fazer denúncia de um projeto político de segurança articulado e posto em ação que não tem como objetivo salvaguardar e proteger qualquer sujeito, muito pelo contrário: para alguns, esse projeto é justamente o que reúne nos universais “crime” e “sujeito perigoso” o ponto de partida para ações que se assemelham a estratégias de guerra: atira-se primeiro, pergunta-se depois. É a esse projeto político de segurança que a política de pesquisa, da qual esta escrita emerge, resiste

ÚLTIMO ATO

PERSONAGENS

Juventude

Barbárie

ÉPOCA: Presente

LUGAR DA CENA: Rua.

[A Juventude é interpelada na rua, pela Barbárie, durante o rolezinho].

CENA I

Barbárie — Apaguem as pegadas!³⁴ (*esbraveja a Barbárie fazendo a Juventude sobressaltar-se*) — Não sabem que suas ações são tolas e estéreis?

Juventude (*lançando olhar à Barbárie*) — Cê é loca tia? Qual é?

Barbárie — Quero que escutem o que digo: isso que desejam, pois, eu também já desejei. Vocês devem pensar no futuro e fazer algo de útil das suas vidas.

Juventude — Ó as ideia! Vô te mandá a real: não vem com esses teus papos não, e deixa a gente curtir.

Barbárie — Tolos! Não veem que o que proponho é uma possibilidade para que vivam? E que não importa aquilo que vistam, calcem e tenham: existe em ti a marca da periferia. Basta olhar.

Juventude — Se liga tia, não vem pesar nas ideia³⁵ não. O Bonde³⁶ tá tranquilo, só querendo curtir e zoar, falô³⁷?!

Barbárie — Vocês se comportam como selvagens. Perturbam a ordem. Acaso não compreendem que a presença de vocês causa temor no Cidadão de Bem?

Juventude — Nem todo mundo é os loki³⁸, tia, se liga! Geral encostou³⁹ aqui de boa. A gente não é da galera do arrastão. Nosso lance é dar um rolê⁴⁰ e curtir um som.

Barbárie — Som! Não tem vergonha de chamar o que fazem de música? Isso que produzem é ruído, baderna, desordem!!!

Juventude — Tia, cê vai peitá? Cai pra dentro então, vamo vê até onde cê guenta ouvir.

³⁴ Diálogo inspirado no poema de Bertold Brecht *Poemas de um manual para habitantes das cidades* (1926-1933/1987).

³⁵ Dar lição de moral.

³⁶ Grupo de amigos, pessoas.

³⁷ Expressão utilizada, também, com o sentido de encerrar um assunto.

³⁸ Bagunceiros.

³⁹ Compareceu, chegou. Tem o sentido de reunião.

⁴⁰ Passear.

CENA II⁴¹
Juventude

*Se liga aí, Barbárie, bem no que eu vô te dizê.
Cê se acha mó sabida, mas sei mais do quê você.
Cê me acha inconsequente, sempre me manda crescê,
Mas quem cresce sem comida, educação e lazer?
A pergunta que eu fiz,
cê não pode responde,
mas direto solta PEC só querendo nos ...
241, congelando investimento
171, criando menor detento
Tu anda solta e livre, dando um rolê na rua
Mas eu tô metendo o loco com a verdade nua e crua
Cê acha que eu não sei nada, tudo que faço é baderna
Eu não quero a sua luz iluminando minha caverna.
Não é ignorância, ou selvageria,
Tem muita gente massa, hoje, na correria
Não falo por todos, não sou unanimidade
Só tô comunicando o que eu vivo na cidade.*

CENA III
Juventude

*O que eu vivo na cidade, tô comunicando
Porque tem muito irmão na rua entrando pelo cano
Nois cola no rolê, pra ficar de boa
Mas os homi⁴² já encosta e enquadra nós à toa
No shopping não pode ir,
A praça, mandaram cercá
Na rua não pode andar,
O parque tá lotado, mas geral qué vê nois vazá⁴³
Desse rolê loko, vou me despedindo
Um salve com respeito pra quem acorda, luta e segue sorrindo
E pra você, Barbárie, cheia de razão, dona do saber
Até paro por aqui, mas tenho mais pra dizê.*

⁴¹ As letras das rimas das Cenas II e III são de minha autoria e constituem-se como efeito dos meus rolês.

⁴² Gíria referente à Polícia.

⁴³ Significa ir embora, sair de um determinado lugar.

LEITURAS DO ROLÊ

- A Crítica. (2012). Campo Grande (MS): Avenida Afonso Pena ganha trânsito mais ágil e se embeleza com canteiros totalmente urbanizados. *Mobilize: mobilidade urbana sustentável*. Recuperado de <http://www.mobilize.org.br/noticias/1323/campo-grande-ms-avenida-afonso-pena-ganha-transito-mais-agil-e-se-embeleza-com-canteiros-totalmente-urbanizados.html>
- Agamben, G. (2004). *Estado de Exceção*. I. D. Poleti (Trad.). (2. ed.). São Paulo: Boitempo. (Estado de Sítio). ISBN 978-85-7559-057-7.
- Agamben, G. (2005). *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. H. Burigo (Trad.). Belo Horizonte: UFMG. ISBN 978-85-7041-459-5.
- Agamben, G. (2007). *Profanações*. S. J. Assman (Trad. e Apres.). (1. Ed.). São Paulo: Boitempo. (Marxismo e literatura). ISBN 978-95-7559-093-5.
- Agamben, G. (2008). *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. S. J. Assman (Trad.). (1. ed.). São Paulo: Boitempo. (Estado de Sítio). ISBN 978-85-7559-120-8.
- Agamben, G. (2009). O que é o dispositivo?. In: _____. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. V. N. Honesko (Trad.). (1. ed.). Chapecó, SC: Argos. ISBN 978-85-7897-005-5.
- Agamben, G. (2013). *Ideia da prosa*. J. Barreto (Trad., prefácio e notas). (1. ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. ISBN 978-85-65381-36-9.
- Agamben, G. (2014). *Homo Sacer I: o poder soberano e a vida nua*. H. Burigo (Trad.). (2. ed.). Belo Horizonte: Editora UFMG. (Humanitas). ISBN 978-85-7041-829-6.
- Agamben, G. (2015a). *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. A. Guerreiro (Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. ISBN 978-85-8217-245-9.
- Agamben, G. (2015b). *Bartleby, ou da contingência*. V. Honesko (Trad.). (1. ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. ISBN 978-85-8217-517-0.
- Agamben, G. (2015c). *Meios sem fim: notas sobre a política*. D. P. Carneiro (Trad.). (1. ed.). Belo Horizonte: Autêntica Editora. (Filô/Agamben). ISBN 978-85-8217-511-8.

- Arca. (1967). Memorial descritivo e normas para uso do brasão e da bandeira do Município de Campo Grande. *Brasão e Bandeira*, Campo Grande. Recuperado de http://portal.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=4081
- Backes, J. L. (2017). *Parecer sobre a versão da dissertação de mestrado para banca de qualificação “Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie”*. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. (Documento não publicado).
- Bakos, M. (2011). Augusto Comte e o positivismo no Brasil. *Estudios Historicos – CDRP*, (III), Uruguai. Recuperado de <http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0707.pdf>
- Banco Interamericano de Desenvolvimento. ([201-]). Conheça o BID. Recuperado de <http://www.iadb.org/pt/sobre-o-bid/sobre-o-banco-interamericano-de-desenvolvimento,5995.html>
- Bandeira, M. (1947). *O Bicho*. Recuperado de <https://pt.slideshare.net/soniasantana65/o-bicho-manuel-bandeira>
- Barros, M. (1993). *Livro das ignoranças*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record.
- Batiston, F. (2014). Plano Diretor de Campo Grande: democratizar conhecimentos para o processo de revisão. *Semana Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Anhanguera Uniderp – set*. Recuperado de em: < <http://www.capital.ms.gov.br/planurb/wp-content/uploads/sites/18/2016/12/Plano-Diretor-de-Campo-Grande-democratizar-conhecimentos-para-o-processo-de-revisa%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.
- Benjamin, W. (1913/2009). “Experiência”. In W. Benjamin, *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (pp. 21 - 26). M. V. Mazzari (Trad.). (2. Ed.). São Paulo: Editora 34. ISBN 976-85-7326-234-6.
- Benjamin, W. (1915/18986c). A vida dos estudantes. In W. Benjamin, *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (pp. 151-159). C. H. M. Ribeiro de Sousa (Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. (1927/1986b). Nova literatura na Rússia. In W. Benjamin, *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (pp. 101-105). C. H. M. Ribeiro de Sousa (Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. (1930-1986). Politização da Inteligência. In W. Benjamin, *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (pp. 116-120). C. H. M. Ribeiro de Sousa (Trad.). São Paulo: Cultrix.

- Benjamin, W. (1933/1986a). Experiência e pobreza. In W. Benjamin, *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos* (pp. 195-198). C. H. M. Ribeiro de Sousa (Trad.). São Paulo: Cultrix.
- Benjamin, W. (1934/2012c). *FRANZ KAFKA a propósito do décimo aniversário de sua morte*. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 129 – 146). S. P. Rouanet (Trad.). (8. ed.). São Paulo: Brasiliense. ISBN 978-85-11-15628-7.
- Benjamin, W. (1936/2012a). O narrador. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 213-240). S. P. Rouanet (Trad.). (8. ed.). São Paulo: Brasiliense. ISBN 978-85-11-15628-7.
- Benjamin, W. (1940/2012b). Sobre o conceito da história. In W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 241-252). S. P. Rouanet (Trad.). (8. ed.). São Paulo: Brasiliense. ISBN 978-85-11-15628-7.
- Benjamin, W. (1987). *Rua de mão única*. R. R. Torres Filho (Trad.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Benjamin, W. (2000). *A modernidade e os modernos*. H. K. M. da Silva, A. Brito & T. Jatobá (Trad.). (2. ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Bernardes, A. G. (2014). Trabalhar conceitos como um exercício de transgressão: acontecimento e acontecimentalizar. *Revista Polis e Psique*, 4(2), 143-154. Recuperado de http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/51095/pdf_60
- Bertholi, A. (2012). Peculiaridades do desenvolvimento no Mato Grosso do Sul: formação sócio-espacial e pecuarização. (Tese de Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100919/314312.pdf?sequence=1>
- Bhering, T. N. S. (2014). O fenômeno dos “rolezinhos” nos shoppings: um estudo sobre a criminalização da pobreza. *Alethes*, 1(4), 203-218. Recuperado de <http://periodicoalethes.com.br/media/pdf/5/o-fenomeno-dos-rolezinhos-nos-shoppings-um-estudo-sobre-a-criminalizacao-da-pobreza.pdf>
- Bom Dia MS. (2016). Altos da Afonso Pena retrata belezas de Campo Grande. *GI Mato Grosso do Sul*. Produção: Chico Jr. Imagens: Magno Lemes, Sérgio Saturnino, Wilson Bisol. Pesquisa de Imagens: Walfrido Gomes. Videografismo: Thiago Fontoura. Edição e finalização: Rose Borges. Edição de texto: Jaqueline Bortolotto.

Coordenação: Lucimar Lescano. Recuperado de <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/bom-dia-ms/videos/v/altos-da-afonso-pena-retrata-belezas-de-campo-grande/5262288/#>

- Borges, A. (2012). Alegoria redimida em Walter Benjamin. (Dissertação de Mestrado em Letras), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG. Recuperado de http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-8R3HX8/disserta_o_em_pdf.pdf?sequence=1
- Brandão, A. R. P. (2011). A postura do positivismo com relação às ciências humanas. *Theoria – Revista Eletrônica de Filosofia*, 3(6)80 – 105. Recuperado de http://www.theoria.com.br/edicao0611/a_postura_do_positivismo.pdf
- Brasil, T. P. S. (1910). *Memorial descritivo dos trabalhos da medição e demarcação das terras destinadas ao Rocio da Vila de Campo Grande*. Recuperado de <http://www.campograndems.net/registro.html>
- Brasil. (1888). Lei nº 3.353 de 13 de maio de 1888. *Declara extinta a escravidão no Brasil. Chancellaria-mór do Império*. Palácio do Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm
- Brasil. (1927). Decreto nº 17.943 de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm
- Brasil. (1940). Decreto-Lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Presidência da República. Código Penal. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm
- Brasil. (1968). Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm
- Brasil. (1979). Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. *Diário Oficial da União*, Brasília, Senado Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm

- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Brasil. (1990). Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, Senado Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Brasil. (2000). Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm
- Brasil. (2007). Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm
- Brasil. (2011). *Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego*. Recuperado de <http://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Manual-de-combate-ao-trabalho-em-condi%C3%A7%C3%B5es-an%C3%A1logas-%C3%A0s-de-escravo.pdf>
- Brasil. (2013). Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Brasília, Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm
- Brasil. (2014). Lei nº 13.022 de 8 de agosto de 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. *Diário Oficial da União*, Brasília, Congresso Nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113022.htm
- Brasil. (2015). *Projeto de lei nº 867, de 2015*. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília – DF, 23 de março de 2015. Recuperado de <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>
- Caldeira, T. P. R. (2011). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. F. Oliveira & H. Monteiro (Trad.). (3. Ed.). São Paulo: Editora 34; Edusp.

- Campestrini, H. O. ([20--]). “Registro” de Campo Grande. Recuperado de <http://www.campograndems.net/registro.html>
- Campo Grande. (2010). *Lei Complementar nº 161 de 20 de julho de 2010*. Institui o Plano para Revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências. Recuperado de <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/lei-complementar-n-1612010-2/>
- Carneiro, V. S. (2009). Impactos causados por necrochorume de cemitérios: meio ambiente e saúde pública. *I Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, 2009*. Recuperado de <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/article/view/21956/14325>
- Castilho, M. A. del., & Moro, N. del M. (2015). ‘A origem do nome ‘Cidade Morena’’. *Correio do Estado, Campo Grande – MS*. Recuperado de <http://www.correiodoestado.com.br/opiniao/maria-augusta-del-castilho-e-nataniel-del-moro-a-origem-do-nome/260119/>
- Código de Posturas da Villa de Campo Grande de 30 de janeiro de 1905. (1905). *A Câmara Municipal da Villa de Campo Grande, de Acordo com a organização Municipal decreta e promulga as seguintes: posturas*. Paço da Câmara Municipal da Villa de Campo Grande. Recuperado de <http://www.jmesquita.brtdata.com.br/misouza/Codigo%20de%20Posturas%201905.pdf>
- Coelho, N. (2017). Juristas exigem atuação enérgica sobre convocação de pais a estádio. *Midiamax, Dourados, MS, 28 maio de 2017*. Recuperado de <http://www.midiamax.com.br/justica/juristas-exigem-investigacoes-energica-atuacao-autoridades-caso-harfouche-342704>
- Conselho Nacional de Saúde. (2016). Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana. *Diário Oficial da União, 24 de maio de 2016, seção 1, páginas 44, 45 e 46*. Brasília. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Consultor Jurídico. (2017). Evangelho de Harfouche: procurador ameaça com processo pais de alunos que não assistirem sua palestra. *Conjur, 28 de maio de 2017*. Recuperado de <http://www.conjur.com.br/2017-mai-28/procurador-ameaca-processo-pais-alunos-nao-assistirem-palestra>

- Couto, M. (2011). Murar o medo. *Conferência Estoril*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE>
- Faheina, C. (2016). Em teste, ônibus com catraca dupla começa a operar em Caucaia. *O Povo online*, Caucaia – Fortaleza, CE, jul. Recuperado de <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/07/13/noticiasjornalcotidiano,3635046/em-teste-onibus-com-catraca-dupla-comeca-a-operar-em-caucaia.shtml>
- Fantástico. (2017). Palestra para pais convocada pelo MP em Dourados provoca polêmica. *G1*, 04 de junho de 2017. Recuperado de <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/palestra-para-pais-convocada-pelo-mp-em-dourados-provoca-polemica.html>
- Faustino, M., & Prado, F. (2015). Em “parceria” da Polícia Civil com shopping, megaoperação prendeu 7. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS, 2015. Recuperado de <http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-parceria-da-policia-civil-com-shopping-megaoperacao-prendeu-7>
- Ferreira, A. N. (2012). *Texto da PEC 33 de 2012*. p. 1, 3, 8, 11-12. Recuperado de <http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3041940&disposition=inline>
- Ferreira, M. (2011). Em obras da 16ª revitalização, praça Ary Coelho ganha cor de terra vista de cima. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/em-obras-da-16-revitalizacao-praca-ary-coelho-ganha-cor-de-terra-vista-de-cima>
- Fíguro, R., & Grohmann, R. (2014). Luta de classes e os ‘rolezinhos’: uma abordagem na perspectiva dos estudos de recepção. *XXIII Encontro Anual da Compós*, Universidade Federal do Pará, 27 a 30 de maio de 2014. Recuperado de http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT15_RECEPCAO_PROCESSOS_D E_INTERPRETACAO_USO_E_CONSUMO_MIDIATICOS/figarogrohmanngtrecepcaocompos2014_2277.pdf
- Foucault, M. (1977/2003). Poderes e estratégias. In M. Foucault. *Estratégia, poder-saber*. M. B. Mota (Org. e seleção de textos). V. L. A. Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Ditos & escritos; IV). ISBN 85-218-0313-3.
- Foucault, M. (1984). *Microfísica do poder*. R. Machado (Trad. e Org.). (4. Ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal.

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. M. T. C. Albuquerque (Trad.). (1. ed.). Rio de Janeiro: Edições Graal. ISBN 978-85-7038-082-1.
- Foucault, M. (2005a). O que são as Luzes. In M. B. MOTTA (Org.). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 335-351). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Coleção Ditos & Escritos).
- Foucault, M. (2005b). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. M. E. Galvão (Trad.). (1. ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos). ISBN 85-336-1004-1.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. E. Brandão (Trad.). (1. ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos). ISBN 978-85-336-2377-4.
- Foucault, M. (2008b). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. E. Brandão (Trad.). (1. ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Coleção tópicos). ISBN 978-85-336-2402-3.
- Foucault, M. (2009). *A Arqueologia do saber*. L. F. B. Neves (Trad.). (7. Ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Campo teórico). ISBN 978-85-218-0344-7.
- Foucault, M. (2013). *A verdade e as formas jurídicas*. E. Jardim & R. Machado (Trad.). Rio de Janeiro: Nau. ISBN 978-85-8128-016-5.
- Foucault, M. (2014). *Do governo dos vivos*. E. Brandão (Trad.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. ISBN 978-85-7827-892-2
- Foucault, M. (2015). *A Sociedade Punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. I. C. Benedetti (Trad.). (1. Ed.). São Paulo: Wmf Martins Fontes. (Coleção obras de Michel Foucault). ISBN 978-85-469-0010-7.
- Galvão, M. E. C. G. (2011). A marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingú. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo. Recuperado de http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890981_ARQUIVO_MarchaparaoOeste.pdf
- Garnes, G., & Chuva, A. P. (2017). Operação prende 7, entre eles fornecedor de drogas na Orla Morena. *Midiamax*, Campo Grande, MS. Recuperado de

<http://www.midiamax.com.br/policia/operacao-7-sao-presos-policia-apreende-maconha-drogas-sinteticas-339570>

- Gomes, L. F. (2015). Do “rolezinho” ao desmoronamento do país. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/artigos/do-rolezinho-ao-desmoronamento-do-pais>
- Hüning, S. M. (2017). *Parecer sobre a versão da dissertação de mestrado para banca de qualificação “Partiu rolezinho: juventude, cidade, barbárie”*. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. (Documento não publicado).
- Junot, L. (2015). Acordo milionário para implantar Reviva Centro será assinado dia 12. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS, Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/acordo-milionario-para-implantar-reviva-centro-sera-assinado-dia-12>
- Kafka, F. (2009). *O Processo*. Guimarães Editores (Trad.). Portugal: Bis/Leya. ISBN 978-989-6600-96-9.
- Le Bourlegat, C. A. (2000). Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/127532>
- Lima, G. R., & Urquiza, A. H. A. (2015). Agronegócio, desenvolvimento e territórios indígenas tradicionais: os desafios dos direitos humanos em Mato Grosso do Sul. *RIDH*, Bauru, 3(2), 115-131. Recuperado de <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/288>
- Lima, R. S., Bueno, S., & Mingardi, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, 12(1), 49 – 85. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v12n1/1808-2432-rdgv-12-1-0049.pdf>
- Maricato, E. (2003). MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, 17(48), 151 – 167. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>
- Marques, C. F. (2015). “Este pé aqui, ele não é um pé inteiro, é um pedaço de pé”: constituição de si no campo da hanseníase. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS.
- Mate, R. (2011). *Meia-noite na história: comentário às teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos.

- Mato Grosso do Sul (Estado). (2016). Habeas Corpus – Nº 1400503-70.2016.8.12.0000 de 27 de abril de 2016. *Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, MS. Recuperado de https://jurisprudencia.s3.amazonaws.com/TJ-MS/attachments/TJ-MS_HC_14005037020168120000_0cc1e.pdf?Signature=Ibk5qvTievNDIuU5tHxBQS00%2BeA%3D&Expires=1504800307&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMB&response-content-type=application/pdf&x-amz-meta-md5-hash=33bc764c9d5888bcf05d7d151b85c3ce
- Mato Grosso do Sul (Estado). (2017). Projeto de Lei n. 219/2015. Lei Harfouche – Dispõe sobre a implantação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar na Rede Pública Estadual de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Campo Grande, MS, 25 de abril de 2017. Recuperado de http://consulta.projeleis.al.ms.gov.br:8080/sistema_legislativo/anexos/PARECER%20CJR%20PL%20219%202015.pdf
- Mc Bin Laden. (2017). Tá tranquilo, tá favorável. *É grau*. Recuperado de <https://www.letras.mus.br/mc-bin-laden/ta-tranquilo-ta-favoravel/>
- Mc Dudu. (2016). Funk da mega ultra ostentação. *Vem Com Nós*. Recuperado de <https://www.letras.mus.br/mc-dudu/funk-da-mega-ultra-ostentacao/>
- Mecchi, Y. (2017). Jovens são presos na Orla Morena com cartelas de LSD compradas na internet. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/jovens-sao-presos-na-orla-morena-com-cartelas-de-bsd-compradas-pela-internet>
- O Popular. (2014). *Shopping de classe alta fecha devido a rolezinho*. Brasília. Recuperado de <http://www.opopular.com.br/editorias/cidade/shopping-de-classe-alta-fecha-devido-a-rolezinho-1.463536>
- Oliveira, V. (2017). Denúncia de venda e consumo de droga leva polícia a prender 4 homens na Orla. *JDC notícias*, Campo Grande, MS. Recuperado de <http://www.jdcnoticiasms.com.br/Noticia.aspx?codigo=77515>
- Oliveira, V., & Rocha, L. (2016). Guarda Municipal deve começar a usar armas a partir de novembro. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/guarda-municipal-deve-comecar-a-usar-armas-a-partir-de-novembro>
- Pannuti, D. V. (2015). *As relações de semelhança e a experiência do sentido no universo escolar* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (2012). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina. ISBN 978-85-205-0530-4
- Paul, W. (2000). Ordem e progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, 95, 251-270. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67468/70078>>
- Pereira, A. B. (2014). Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. *Revista Pensata*, 2(2), 8 – 16. Recuperado de <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/d-Alexandre.pdf>
- Pinheiro-Machado, R. & Scalco, L. M. (2014). Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*, São Paulo, (1), não paginado. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98372/97108>
- Planurb. ([201-]). Reviva centro. Recuperado de <http://www.capital.ms.gov.br/centro/>
- Portal Brasil. (2014). Sistema de aluguel de bicicletas faz sucesso em todo país. *Ciência e Tecnologia*. Brasil. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2014/02/sistema-de-aluguel-de-bicicletas-faz-sucesso-em-todo-o-pais>
- Porto Alegre. ([20--]). BikePoa. TDCCUCZ. Recuperado de http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=228
- Pozzana, L. (2013). A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. *Fractal, Rev. Psicol.*, 25(2), 323-338. Recuperado de <http://www.periodicoshumanas.uff.br/Fractal/article/view/1113/864>
- Prado Filho, K. & Teti, M. M. (2013). A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói*, (38), 45-59. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/barbaroi/n38/n38a04.pdf>
- Prado Filho, K., Lobo, L. F., & Lemos, F. C. S. (2014). A história do presente em Foucault e as lutas atuais. *Fractal, Rev. Psicol.*, 26(1), 29 - 42. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n1/v26n1a04.pdf>
- Queiroz, P. R. C. (2015). A Companhia Mate Laranjeira, 1891-1902: contribuição à história da empresa concessionária dos ervais do antigo sul de Mato Grosso. *Revista Território & Fronteiras*, Cuiabá, 8(1), 204 – 228. Recuperado de <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/336>

- Régio, J. (1925). Cântico Negro. Recuperado de http://www.releituras.com/jregio_cantico.asp
- Reis, A. F. (2013). Violência e desenvolvimento local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS. *Interações*, 14(2), 155-164. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122013000200002&script=sci_abstract&tlng=pt.
- Ribeiro, R. (2016). Primeiros guardas com licença para atuação armada iniciam rondas amanhã. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS, não paginado. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/primeiros-guardas-com-licenca-para-atuacao-armada-iniciam-rondas-amanha>
- Rodrigues, H. B. C. (2016). *Ensaios sobre Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos, ressonâncias*. (1. ed.). Rio de Janeiro: Lamparina. ISBN: 978-85-8316-042-7
- RS 21. (2013). *Flash mob em shopping de Campo Grande (MS)*. Recuperado de <https://www.rs21.com.br/noticias/destaque-pagina-imagens-menores/flash-mob-em-shopping-de-campo-grande-ms/>
- Sabotage. (2002). O gatilho. In Sabotage. *Uma luz que nunca irá se apagar*. Recuperado de <https://www.letras.mus.br/sabotage/1323126/>
- Santos, A. (2016). Para promotor, Justiça deve rejeitar denúncia contra abordagem policial. *Campo Grande News*, Campo Grande, MS. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/para-promotor-justica-deve-rejeitar-denuncia-contra-abordagem-policial>
- Sarlo, B. (2013). *Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo*. J. A. d'Avila Melo (Trad.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ. ISBN 978-85-7108-371-4
- Saviani, R. (2014). 'Rolezinho' para doar sangue reúne mais de cem pessoas no Paraná. *GI PR*, Londrina – PR. Recuperado de <http://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2014/02/rolezinho-para-doar-sangue-reune-mais-de-cem-pessoas-no-parana.html>
- Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Ver. Polis e Psique*, 6(1), 8-25. Recuperado de <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/61374>

- Scisleski, A., Bruno, B. S., Galeano, G. B., Santos, S. N., & Silva, J. L. C. (2015). Medida Socioeducativa de Internação: estratégia punitiva ou protetiva? *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 505-515. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822015000300505&script=sci_abstract&tlng=pt
- Scisleski, A., Galeano, G. B., Silva, J. L. C., & Santos, S. N. (2014). Medida Socioeducativa de Internação: dos corpos dóceis às vidas nuas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 34(3), 660-675. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000300660
- Silva, C. (2016). Ônibus de Ribeirão das Neves circulam com duas catracas e revoltam passageiros. *Em.com.br*, Belo Horizonte, MG. Recuperado de http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna_gerais,806306/onibus-de-ribeirao-das-neves-circulam-com-duas-catracas.shtml
- Silva, R. N. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 12-19. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a03v16n2.pdf>
- Socal, C. R. D., & Cardoso, K. R. (2015). Shopping center, rolezinho e exclusão social: uma nova cara do sistema democrático brasileiro. *XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea & VIII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos*. Recuperado de <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/13149>
- Souza, F. W. (2011). A cidade dos mortos: da monumentalidade do mármore aos cemitérios parques na cidade de Campo Grande – MS. *Anais do I Seminário Internacional da História do Tempo Presente*. Florianópolis, UDESC, ANPUH-SC. Recuperado de <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/271/190>
- Souza, T. B. (1918). Hino de Campo Grande de 7 de set. *ARCA*. Recuperado de http://portal.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=4082
- Tardelli, B. (2017). Ministério público do MS coagiu pais a irem em palestra com pregação religiosa. *Carta Capital*, São Paulo, 27 de maio de 2017. Recuperado de <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/27/ministerio-publico-do-ms-coagiu-pais-irem-em-palestra-com-pregacao-religiosa/>
- Trubiliano, C. A. B. (2015). Algumas considerações sobre a Ferrovia Noroeste do Brasil: migração e ocupação em Campo Grande MT/MS (1905-1940). *Metis: história & Cultura*, 13(27), 233-251. Recuperado de <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/3181>

- Turbiliano, C. A. B. (2012). Do “povoado de uma rua só” para “Canaã do Oeste”: as políticas de normatização e controle social em Campo Grande (1905-1930). *URBANA*, 4(5), 109-126. Recuperado de <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/933>
- Turbiliano, C. A. B., & Junior, C. M. (2008). O progresso chega ao sertão: transformações urbanas em Campo Grande no início do século XX. *Revista de História Regional*, 13(2), 246-262.
- Ueno, T. (2015). Operação aborda 2 mil pessoas nos altos da Afonso Pena. *Diário da Mídia*, Campo Grande, MS, 14 de dezembro de 2015. Recuperado de <http://diariodamidia.com.br/noticias/geral/operacao-aborda-2-mil-pessoas-nos-altos-da-afonso-pena-3813>
- UolMais. (2014). *Você conhece as rolezeiras? Descubra quem são e o que pensam essas meninas*. Recuperado de <http://mais.uol.com.br/view/1575mnadmj5c/voce-conhece-as-rolezeiras-descubra-quem-sao-e-o-que-pensam-essas-meninas-04024E9B3162CCC14326?types=A&>
- Vale quanto ou é por quilo? (2005). Direção: Sergio Bianchi. Produção: Luís Alberto Pereira e Pratrack Leblanc. Intérpretes: Ana Carbatti; Ana Lúcia Torre; Caco Ciocler; Cláudia Mello; Herson Capri; Lena Roque; Leona Cavalli; Myriam Pires; Silvio Guidane e outros. Roteiro: Eduardo Benaim e Sergio Bianchi. Fotografia: Marcelo Corpani. Brasil, (110 min), son., color. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=2NEcwzvbNOk>
- Waiselfisz, J. J. (2011). Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil. (1. ed.). São Paulo. Recuperado de http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf